

REITOR

Prof. Dr. Armando Octávio Ramos

VICE-REITOR

Prof. Dr. Raphael Lia Rolfsen

CENTRO DE PUBLICAÇÕES CULTURAIS E CIENTÍFICAS

DIRETOR: Prof. Dr. Fernando de Azevedo Corrêa

Conselho Consultivo:

Presidente: Prof. Dr. Fernando de Azevedo Corrêa

Membros: Prof. Dr. Antônio Christofolletti

Prof. Dr. Dilermando Perecin

Prof. Dr. Francisco Habermann

Prof. Dr. Irineu de Moura

Equipe Técnica:

Elga de Souza Pastore

Maria Sylvania C.A. Corrêa

Vanderli P.A. Horikiri

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

0313036734



ALFA

Revista de Lingüística

ISSN 0002-5216
ALFAD5

ALFA	São Paulo	V. 27	p. 1-97	1983
------	-----------	-------	---------	------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados à:
Correspondence and articles for publication should be addressed to:

ALFA: Revista de Lingüística

Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação
Estrada Araraquara-Jaú, Km 1 — C.P. 174
14.800 — Araraquara - SP — Brasil

Comissão de Redação

Alceu Dias Lima
Ieda Maria Alves
Ignacio Assis da Silva
Nildemir Ferreira de Carvalho
Rafael Eugenio Hoyos-Andrade

Diretor da Revista

Ignacio Assis da Silva

Publicação anual / Annual publication
Solicita-se permuta / Exchange desired

ALFA: Revista de Lingüística. (Universidade Estadual Paulista) São
Paulo, SP - Brasil, 1962-1977; 1980-

1962-1977, 1-23
Publicação interrompida de 1978-1979.
1980-1983, 24-27

ISSN 0002-5216
ALFAD5

Os artigos publicados na ALFA: Revista de Linguística são indexados por:
The articles published in ALFA: Revista de Linguística are indexed by:
CLASE-CHICH-UNAM, Índice de Revistas, MLA: International Bibliography of Books and Articles on
Modern Languages and Literature, Revista de Sumários, Sociological Abstracts.

SUMÁRIO / CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES	
O ESTADO DA LINGUÍSTICA SEGUNDO O FUNCIONALISMO.	
The state of linguistics according to functionalism.	
R. E. Hoyos-Andrade	1
O SENTIDO E A FORMA NA ESTRUTURA DO SIGNO.	
Le sens et la forme dans la structure du signe.	
W. Beividas	9
O VERBO E A ESTRUTURA DO DISCURSO.	
The verb and the structure of discourse.	
J. Almeida	23
EM TORNO DO VOCABULÁRIO DA MANDIOCA: SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DE UM CAMPO CONCEITUAL.	
A propos du vocabulaire du manioc: contribution pour l'étude d'un champ conceptuel.	
M. A. N. P. Fonseca	31
A TERMINOLOGIA POLÍTICA NO PERÍODO PRÉ-ELEITORAL.	
La terminologie politique pendant la période pré-électorale.	
I. M. Alves	39
A IOTIZAÇÃO DO /-lh-/ SEGUNDO O ATLAS PRÉVIO DOS FALARES BAIANOS.	
From /lh/ to /y/ according to the "Atlas Prévio dos Falares Baianos".	
P. Caruso	47
RECURSOS FONOSTILÍSTICOS EM <i>O ATENEU</i> DE RAUL POMPÉIA.	
Phono-stylistic devices in <i>O Ateneu</i> by Raul Pompéia.	
C. C. A. S. Jubran	53
EM BUSCA DO ESTILO.	
In search of style.	
R. Chociay	65
ASPECTOS DA SIGNIFICAÇÃO DA FRASE: CATEGORIZAÇÃO DO VERBO, RELAÇÕES E FUNÇÕES SEMÂNTICAS.	
Aspects of the meaning of the sentence: verb categorization, semantic relations and functions.	
T. C. Arrais	77
ÍNDICE DE ASSUNTOS	93
SUBJECT INDEX	95
ÍNDICE DE AUTOR/AUTHOR INDEX	97

O ESTADO DA LINGÜÍSTICA SEGUNDO O FUNCIONALISMO

Rafael Eugenio HOYOS-ANDRADE *

RESUMO: *A atitude negativa de pessoas esclarecidas perante certas abordagens das línguas naturais, e a proliferação de teorias lingüísticas não são necessariamente sinais de "crise" generalizada no estudo científico da linguagem humana. O presente trabalho fornece argumentos para demonstrar que o funcionalismo ou "lingüística das línguas" não está, nem esteve nunca em "crise". A visão que o funcionalismo tem do estado atual da lingüística é, portanto, uma visão otimista e promissora.*

UNITERMOS: *Estado da lingüística; "crise" da lingüística; visão funcionalista da lingüística; "lingüística das línguas"; gerativismo; neologismos lingüísticos, confusão de níveis.*

INTRODUÇÃO

São certamente esclarecedoras, para o assunto que nos ocupa, as seguintes afirmações de André Martinet, em carta de 15/02/83 endereçada ao autor deste ensaio:

"En matière de grammaire, chacun estime être plus malin que les autres. Et, surtout, le public cultivé a été absolument dégoûté par le générativisme et réagit négativement à toute linguistique. Il faut être patient"***.

O contexto em que se inserem estas afirmativas é o da acolhida que as Gramáticas Funcionais do francês vêm recebendo por parte do público estudioso: trata-se de uma acolhida cautelosa que se explica, não só pelo fato de existirem diferentes enfoques gramaticais (cada um de cujos autores se considera "mais sabido do que os outros"), mas especialmente pelo efeito negativo que o gerativismo tem deixado

entre as pessoas cultas: elas rejeitam, em geral, as abordagens lingüísticas dos fatos da língua, aborrecidas pelas insistentes incursões do gerativismo ao longo dos últimos 25 anos.

Devemos perguntar-nos qual é a razão dessa atitude negativa de que fala Martinet. Noutras palavras, por que o gerativismo tem produzido essa reação contraproducente? Poderíamos estender-nos sobre este assunto elaborando uma lista de motivos pelos quais achamos que tenham sido tais os efeitos do gerativismo a longo prazo. Não se trata, porém, aqui de criticar o gerativismo sistematicamente, pois o assunto, embora ligado intimamente ao mal-estar criado pelo gerativismo, é mostrar como os funcionalistas vêem a situação atual da lingüística, situação frequentemente qualificada de crítica. Convém, não obstante, antes de darmos a nossa visão positiva do assunto em pauta, resumir rapidamente as razões desse esta-

* Departamento de Lingüística - Instituto de Letras, História e Psicologia - UNESP - 19.800 - Assis - S P.

** "Em se tratando de gramática, cada um pensa ser mais sabido do que os outros. E, sobretudo, o público culto tem ficado completamente desgostoso por causa do gerativismo e reage negativamente a qualquer lingüística. É preciso ser paciente".

do de insatisfação produzido pelo gerativismo entre o público culto, não só da França, mas de muitas outras partes do mundo. Reduzem-se a três os termos que nos permitem sintetizar as causas dessa reação: “arbitrariedade”, “formulismo”, “imperialismo”. O público culto não aceita facilmente imposições arbitrárias baseadas em *apriorismos* indemonstráveis (como o “Language Acquisition Device” e a “Deep Structure”, entre outras) e apresentadas como soluções científicas objetivas, graças a um impressionante, porém abusivo, emprego de fórmulas quase-matemáticas. Pior ainda, essas soluções teriam o caráter de “únicas” (daí o “imperialismo”) até o ponto de se excluir completamente da “lingüística” quanto não levar o selo do gerativismo. Essa exclusão deu-se inclusive aqui no nosso Brasil: rejeitavam-se, em certos ambientes marcadamente gerativistas, comunicações e trabalhos que não seguissem a inspiração chomskyana. O próprio Mattoso Câmara chegou a ser vítima dessa injusta marginalização, segundo testemunho de pessoas que viram com pesar como, nos últimos anos do grande mestre, seus cursos de lingüística eram pouco frequentados pelo fato de não se dar neles cabida à nova doutrina “revolucionária”...

Os funcionalistas foram obrigados também, durante alguns anos, ao ascetismo da espera. Uma espera paciente e proveitosa, porque lhes permitiu consolidar as próprias posições graças a uma profunda revisão, estimulada pelos embates vindos da nova corrente, apresentada como opção exclusiva. Mas isto já pertence, felizmente, à história. Hoje o funcionalismo em geral, não só o funcionalismo de inspiração martinetiana, está em pleno vigor e na primeira página da atualidade: funcionalismos como o de M.A.K. Halliday (Inglaterra), o de Simon C. Dik (Holanda), o da Tagmêmica ou do Estratificacionalismo norte-americanos e vários outros mais (10), apresentam-se no uni-

verso da lingüística cheios de dinamismo e entusiasmo.

1. Com efeito, quando se fala de “crise” da lingüística é necessário distinguir claramente dois lados do problema. De um lado está o aspecto aparentemente confuso dos estudos da linguagem em sua globalidade, devido à multiplicação de teorias, escolas e modelos; multiplicação esta que para quem está de fora, para quem não é lingüista, dá a impressão de crise, confusão e desordem; de outro lado está o aspecto relativamente sereno (que não é difícil de descobrir) de determinadas escolas onde, apesar da confusão reinante em volta delas (real ou aparente), continua-se a pesquisar com calma, com segurança e com a convicção de que essa aparente confusão não é nada mais do que uma fase, uma espécie de crise de “adolescência” que o próprio tempo encarregar-se-á de superar. Já se percebem claros sinais de que Martinet falava profeticamente quando, em pleno auge do gerativismo, atreveu-se a prever que, depois de passada a tempestade, a noção de função iria ser a base de consenso entre as diferentes escolas (5, p.3).

Não negamos, porém, que tenha havido e ainda haja “lingüistas em crise”. A avalanche de teorias e contrateorias afetou, sem dúvida, muitos jovens lingüistas que, sem ainda possuírem uma fundamentação sólida em lingüística geral e sem ainda terem optado seriamente em favor de uma ou outra teoria lingüística, preferiram deixar de lado aquele aparente “maremagnum da linguagem”, para abordar assuntos menos trilhados e menos agitados pelo fluxo de correntes contraditórias. Tal é o caso, na nossa opinião, dos estudiosos da lingüística que aqui no nosso Brasil — para não ir muito longe — dedicam-se agora com entusiasmo (e muitas vezes com sucesso) à semiótica, à pragmática e inclusive a análises conotativas (que pouco ou nada têm a ver com a verdadeira lingüística) de dife-

rentes tipos de “discurso” (discurso político, discurso eclesiástico, discurso jurídico, etc).

2. A verdadeira lingüística, a “lingüística das línguas”, cujo objeto não é outro do que “determinar de que modo as pessoas conseguem comunicar-se lingüisticamente” (7, p.114), não está nem nunca esteve em “crise”. Jamais os funcionalistas se sentiram tão abalados pelas “descobertas” e afirmações dos novos gramáticos (*New Grammarians*, em termos de Ian Robinson, (8)) até o ponto de declararem-se em estado de convulsão e aporia. As incursões gerativistas, justificáveis, em grande parte, no ambiente positivista norte-americano em que nasceram, não atingiram as sólidas bases de uma lingüística amadurecida, segura de si mesma e convencida da sua validade, a lingüística funcionalista, herdeira confessa das contribuições *definitivas* de Saussure e Trubetzkoy no terreno da lingüística geral e da fonologia geral. Não faltará quem ache estranho nós falarmos de *contribuições definitivas* numa época em que o mais refinado relativismo impera em todos os campos do conhecimento e do comportamento humanos. Repetimos, porém, conscientes da gravidade e do alcance de nossas afirmações, que a “lingüística das línguas” nos oferece hoje uma série de contribuições de natureza indutivo-dedutiva (porque baseadas na *observação* e na *lógica*) que devem ser consideradas *definitivas*. A lingüística não é uma ciência de natureza puramente hipotética porque seu objeto, a linguagem, é a *manifestação de um comportamento social humano*; a linguagem não é simplesmente um comportamento, mas a *manifestação concreta, observável* e, em certo modo, *mensurável* de um dos aspectos (talvez o mais importante) da comunicação humana, sem que, porém (e aí está a sua grande riqueza e complexidade), se limite a ser um simples processo de comunicação humana. A linguagem é funda-

mentalmente um “instrumento de comunicação”, mas não se reduz a isso. Portanto, repetimos que o que é observável e manifesto não constitui o objeto de uma ciência hipotética. Não que não se possam e devam formular hipóteses a respeito de diferentes aspectos da linguagem, mas não se pode basear tudo em hipóteses de valor *relativo*. A *concretitude* da linguagem dá margem a afirmações incontestáveis de natureza *absoluta e definitiva*.

3. Podemos aduzir agora razões positivas para provar que a “lingüística das línguas” não está (nem nunca esteve) em “crise”.

3.1. Uma das freqüentes razões das “crises”, em qualquer área do conhecimento, costuma ser a indefinição crônica dos objetivos e métodos da disciplina em causa. Não é esse, porém, o caso da Lingüística (pelo menos daquela que nós cultivamos): consideramos que, pelo menos desde Saussure, a Lingüística obteve *status* de ciência suficientemente bem definida, embora subsistissem (e subsistam ainda hoje) discussões em torno do objeto formal dessa ciência. A ciência da linguagem passou a ser, como todos sabem, “a ciência-piloto das ciências humanas”. A relativa indefinição que afeta o objeto dessa ciência liga-se ao fato de a linguagem humana ser um sistema de signos “mal definido” (“ill-defined”), como nos diz Paul Garvin (4, p. 86). Note-se que o “mal definido” é o *sistema* de signos que constitui a linguagem e não propriamente a ciência que estuda essa linguagem. Trata-se de um sistema “mal definido” porque não é redutível a um simples *código*. Os verdadeiros códigos são sistemas de signos bem definidos, com unidades em número finito e para as quais existe uma relação determinada e reversível entre significantes e significados. As línguas humanas possuem, por sua vez, unidades em número indeterminado (caso dos lexemas ou monemas lexicais, cujo número, embora aparentemente

fixo para um determinado falante e num determinado momento, é virtualmente indefinido e aberto: “non tot quin plura”*) e as relações que nelas se estabelecem entre significantes e significados constituem um *leque de possibilidades* que só se atualizam nos diferentes contextos em que essas unidades venham a ser empregadas.

O fato, porém, de a linguagem ser complexa, dinâmica, imprevisível, não faz com que a Lingüística seja uma ciência mal definida. Assim como não diríamos que a ciência do comportamento humano, isto é, a psicologia, é uma ciência indefinida e vaga pelo fato de o comportamento dos seres humanos ser tremendamente complexo, imprevisível e muitas vezes indefinível.

3.2. O objeto, portanto, da Lingüística (da nossa Lingüística), não é a “*langue*” saussureana, tão inadequadamente oposta à “*parole*”, como bem o demonstrou Eugenio Coseriu no seu magistral e definitivo artigo “*Sistema, Norma y Habla*” (1, p. 11-113). O objeto da lingüística é a *comunicabilidade pertinente* da linguagem humana: tudo aquilo que, de uma ou outra forma, permite a um falante comunicar alguma experiência ou algum elemento da experiência ao seu interlocutor. A pertinência lingüística (que é uma *pertinência comunicativa*) constitui-se, assim, em critério fundamental da epistemologia lingüística. Só será pertinente e, portanto, objeto da Lingüística, o elemento de linguagem que desempenhe uma função comunicativa. O que no uso da linguagem nada comunica carece de função lingüística e não é, por si mesmo nem em si mesmo, objeto do nosso estudo. Esse ponto de vista, que se identifica com o funcionalismo martinetiano e explica cabalmente o nome do nosso modelo, é, no nosso entender, outra contribuição defini-

tiva para a ciência da linguagem entendida como “Lingüística das línguas”.

3.3. A falta de princípios metodológicos adequados ao objeto de uma ciência pode também levar essa pretensa ciência a um estado de “crise”. Uma ciência pode ter sido bem definida e, inclusive, seu objeto formal bem delimitado; se, porém, faltarem os instrumentos metodológicos para abordar esse objeto, a ciência em questão ver-se-á facilmente condenada a situações de crise e confusão. Quais os princípios metodológicos que norteiam os estudos de Lingüística funcional? Mencionemos alguns deles:

- A ciência lingüística tem como fim precípua a descrição do modo como as línguas permitem ao falante real comunicar as suas experiências.
- Essa descrição supõe um ponto de referência fundamental, já mencionado antes, a saber, a *pertinência comunicativa*. A pertinência lingüística constitui o ponto de vista teórico que dá coerência à Lingüística funcional, conferindo-lhe o *status* de ciência que está ausente das pesquisas ateóricas, isto é, daquelas que carecem de uma teoria, ou seja, de uma “maneira de ver as coisas”, de um ponto de partida lógico unificador.
- Esse ponto de referência tem seu campo de aplicação nas línguas humanas definidas, após cuidadosa *observação*, como “instrumentos de comunicação social, de natureza oral e duplamente articulado”. Esta definição de língua não é uma hipótese de trabalho, é uma constatação baseada nesse “need to test linguistic hypotheses across a wide range of languages”.** A observação dos dados lingüísticos não é contrária ao desenvolvimento de uma teoria lin-

* “Nem tantas (unidades) que não possa haver maior número (delas)”.

** “a necessidade de testar as hipóteses lingüísticas num amplo leque de línguas”. (Tomado do folheto informativo sobre o novo periódico *Natural Language & Linguistic Theory* da D. Reidel Publishing Company, cujo primeiro volume estava anunciado para janeiro/fevereiro de 1983).

güística (entendida agora como “explicação racional do funcionamento das línguas”): “increasing attention to an ever-widening language data base has had a positive effect on linguistic theory development: linguistic hypotheses have become more realistically formulated, and claims about their universality now warrant serious attention”.*

- A “lingüística das línguas” nunca cometeu o erro, hoje lamentado por outras escolas (como pode facilmente adivinhar-se a partir do texto citado), de lançar-se a trabalhar com hipóteses que carecessem de sólido fundamento na realidade das línguas naturais. Daí as constantes e até contraditórias mudanças que vêm acontecendo em famosos modeos lingüísticos contemporâneos: a falta de respeito aos dados só podia levá-los a situações de crise desnecessárias e evitáveis. Achamos, por isso, muito sábia a intenção expressa pelos editores da nova revista mencionada antes:

“It is the purpose of *Natural Language and Linguistic Theory* to provide a forum for detailed and lively discussion of theoretical research

that pays close attention to natural language data, so as to provide a channel of communication between researchers of diverse points of view” (ibidem).**

Que mais podemos desejar, como cultores da “lingüística das línguas” do que, finalmente, se dê cuidadosa atenção aos dados das línguas naturais? O funcionalismo nunca ousou abandonar esse insubstituível respeito à realidade das línguas.

3.4. Motivo muito freqüente de confusão e conseqüente “crise” é o abuso de *neologismos* nas escolas de lingüística. Muitas vezes não se trata de palavras novas, mas de palavras velhas usadas com novos sentidos (7, p. 115-125). Neste último caso a situação é, talvez, pior pelas inúmeras ambigüidades que se produzem necessariamente. É o que aconteceu em modelos de todos conhecidos que pretenderam dar conteúdos, às vezes inesperados, a palavras corriqueiras da língua... (“Gerar,” “explicar”, “criar”... não eram o que todo mundo esperava e pensava. A “superfície” não era bem a superfície e os “casos” não eram propriamente casos).

* “a crescente atenção para aumentar cada vez mais as bases (de pesquisa) fundamentadas em dados lingüísticos teve um efeito positivo no desenvolvimento da teoria lingüística: as hipóteses lingüísticas chegaram a ser mais realisticamente formuladas, e as pretensões sobre a sua universalidade justificam agora uma séria atenção” (ibidem).

** “É a intenção da *Natural Language and Linguistic Theory* fornecer um fórum para uma discussão viva e detalhada sobre pesquisas teóricas que prestem cuidadosa atenção aos dados das línguas naturais, de modo a fornecer um canal de comunicação entre os pesquisadores de diferentes pontos de vista”.

Achamos, no entanto, que a “lingüística das línguas” procurou sempre evitar esses riscos, o que, obviamente, a levou a ser colocada, algumas vezes na lista das lingüísticas “superficiais” e “ingênuas” por parte dos audaciosos *New Grammarians*, pródigos em “descobertas” e terminologias. Não tivemos, portanto, a crise terminológica da qual ainda não se viu livre, por exemplo, a glossemática, condenada, na nossa opinião, a um triste desconhecimento devido, em grande parte, à fecundidade terminológica de Hjelmslev.*

3.5 Outra fonte de possível “crise” é a de confundir, inclusive metodologicamente, os diferentes níveis da descrição lingüística, concretamente *fonologia* com *morfologia*, numa pretensa *morfologia* rejeitada desde há muito tempo, com razões lúcidas, pelo próprio Martinet (ver *Elementos de Lingüística Geral*, por exemplo), ou *semântica* com *sintaxe* numa pretensa “estrutura profunda” de natureza sintático-semântica, como os famosos casos de Fillmore, ou como as próprias regras sintáticas (“regras de subcategorização”) de Chomsky em que, por exemplo, “animado” vs. “inanimado” figuram inexplicavelmente como traços sintáticos. As lingüísticas psicológicas ou lógico-matemáticas vivem um confusão muito grande nessa área e parece que a tendência seria a de separar cada dia menos esses dois aspectos da descrição das línguas. A “lingüística das línguas”, sem negar a complexidade do problema, devida à íntima relação exis-

tente entre funções sintáticas e valores axiológicos, distingue, teórica e metodologicamente, as duas abordagens, fornecendo definições precisas de cada uma delas e estabelecendo os pontos de confluência; os chamados monemas *autônomos*, por exemplo, são unidades significativas em que a semântica substitui, em certo sentido à sintaxe, já que as relações desses elementos com o resto do enunciado carecem de marcas propriamente sintáticas (*posição, funcionais*). Esses casos, porém, são relativamente marginais nas línguas. A sintaxe está intimamente ligada à linearidade “superficial” do discurso e não a pretensas estruturas profundas e universais de natureza mais semântica do que relacional. A “lingüística das línguas” pretende explicar essa *linearidade* tal como ela é, e não as fórmulas que estariam por trás e que mediante transformações *inverificáveis* produziriam o discurso linear final.

3.6 O marasmo de uma doutrina sem futuro pode, às vezes, gerar “crises” insustentáveis. Não é também o caso do funcionalismo que é, como bem diz Denise François, um “modelo em construção” (3, p.31). Temos ainda muito caminho que andar, não só no que se refere à descrição funcionalista das diferentes línguas do mundo, mas no aperfeiçoamento e desenvolvimento do modelo em termos de *lingüística geral*: o estudo das relações entre sintaxe e axiologia (por exemplo, quais as interdependências que existem entre *funções e valores*); o aprofundamento da

* Os neologismos mais famosos introduzidos por Martinet são: o de *sintema* que designa uma unidade intermediária entre *monema* e *sintagma* (combinação de monemas). (O termo *monema* não é original de Martinet; deve-se a Henri Frei (7, p.27)). O neologismo *sintema* reserva-se para os complexos de monemas que funcionam como se fossem unidades indivisíveis. Outro termo característico do funcionalismo é o de *predicatóide* que, como a etimologia o indica, refere-se aos elementos que tem forma de predicado, mas que dentro do enunciado em causa dependem do verdadeiro predicado, aquele que constitui o núcleo, centro ou elemento independente, e que correspondem a predicados de orações subordinadas na Gramática dita Tradicional. Um terceiro neologismo martinetiano é o de AXIOLOGIA para designar o estudo dos significados lingüísticos. O termo semântica, ciência dos significados, é, obviamente mais genérico. Outros termos como *autônomo, atualizador, apresentador, modalidade* são especificações de termos já existentes e que, na nossa opinião, não têm o risco de gerar ambigüidades, dado o seu conteúdo conforme fundamentalmente com a etimologia; talvez o mais discutível seja o de *modalidade*, pelo fato de não se referir exclusivamente aos *modos* verbais. *Modalidades* são morfemas (= monemas gramaticais) que contribuem para precisar o valor semântico de nomes (*modalidades nominais*: plural, possessivos, demonstrativos, definidos...) e de verbos (*modalidades verbais*: as que indicam tempo, modo, aspecto, voz...). Outros termos como *regido, sílema* não ganharam aceitação universal dentro do funcionalismo e, nesse sentido, não poderiam constituir um problema generalizado.

axiologia e o estabelecimento de uma *lexicologia funcional*; a delimitação dos campos da axiologia e da semântica; as relações entre a “lingüística das línguas” e ciências afins, como a psico-lingüística, a sócio-lingüística, a pragmática e, inclusive, a semiologia, focalizando essas relações sob o ponto de vista da pertinência funcional...

É um universo de pesquisa aberto ao nosso estusiasmo. Trata-se de um universo *real*, porque as estruturas da linguagem, embora não se identifiquem com a realidade “nua e crua”, não se reduzem também a uma pura construção do espírito (7, p. 59-68). Um ponto de vista comum nos guia, aquele já várias vezes citado neste breve ensaio, o da pertinência comunicativa: ele unifica os nossos estudos e justifica o nome dado ao nosso modelo.

CONCLUSÃO

A visão, portanto, que a linguística funcional tem do estado da linguística hoje é uma visão otimista. Sinais multiplicam-se, por toda parte, de uma aceitação, que às vezes é apresentada como descoberta “original” (10, p.104), dos princípios funcionalistas da pertinência comunicativa e fidelidade aos dados. Trata-se de um retorno, de uma superação, de uma síntese (conseqüente a uma tese e a sua correspondente antítese), de uma revolução no sentido kuhniano (2)? Em realidade não nos interessa muito

sabê-lo. O que conta é a conquista de um espaço no universo da LINGÜÍSTICA dentro do qual o funcionalismo ou “lingüística das línguas” possa efetivamente operar, sem ser teimosamente marginalizado por modelos rivais que se autodefinem como superiores e até como exclusivos. É freqüente encontrar artigos ou ensaios e, inclusive livros, em que se simplificam ingenuamente as tendências lingüísticas contemporâneas reduzindo-as a três (p.e estruturalistas, transformacionistas e semântico-gerativistas (2), ou tradicionalistas, estruturalistas e gerativistas (9). O funcionalismo de inspiração martiniana não pode enquadrar-se em nenhum dos três grupos mencionados e não se diga que é menos importante do que qualquer um deles. A tagmêmica, o estratificacionalismo, o funcionalismo de Halliday ou o de Simon Dik também não se enquadram nesses esquemas e não é sério atribuir-lhes menor importância...

Não pretendemos ser os detentores da verdade lingüística, nem desejamos um pensamento lingüístico unificado que seria pernicioso para o desenvolvimento científico. Acreditamos, porém, na adequação do funcionalismo como teoria lingüística, na coerência e objetividade de seus métodos e na validade de suas análises para *explicar* (no sentido de “oferecer argumentos razoáveis e objetivos”) o funcionamento das línguas naturais como veículo por excelência da comunicação social entre os seres humanos.

HOYOS-ANDRADE, R.E. - The state of linguistic according to functionalism. *Alfa*, São Paulo, 27:1-8, 1983.

ABSTRACT: Cultured people's rejection of linguistics and the proliferation of linguistic theories are not necessarily signs of a generalized "crisis" in the scientific approach of language. This paper offers evidences that functionalism is not and never was in a state of "crisis". The view of functionalism of today's linguistics is therefore an optimistic and promising one.

KEY-WORDS: The state of linguistics; the "crisis" of linguistics; functionalism's view of linguistics; "linguistics of languages"; generativism; neologisms; confusion of levels.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. COSERIU, E. — Sistema, norma y habla. In: *Teoria del lenguaje y linguística general*. Madrid, Gredos, 1962. p.11-113.
2. DASCAL, M. — As convulsões metodológicas da lingüística contemporânea. In: *Concepções gerais da teoria lingüística*. São Paulo, Global, 1978. p. 15-43.
3. FRANÇOIS, D. — De l'autonomie fonctionnelle. *La Linguistique*, 11:31-42, 1970.
4. GARVIN, P. — The structural properties of language. *Revista de Letras*, 18:81-100, 1976.
5. MARTINET, A. — *A functional view of language*. 2. ed. Oxford, Clarendon Press, 1965.
6. MARTINET, A. — *Elementos de linguística geral*. Trad. de Jorge Morais Barbosa. Lisboa, Sá da Costa Ed., 1964.
7. MARTINET, A. — *Estudios de sintaxis funcional*. Madrid, Gredos, 1978.
8. ROBINSON, I. — *The new grammarian's funeral. A critique of Noam Chomsky's linguistic*. Cambridge, University Press, 1975.
9. ROULET, E. — *Teorias lingüísticas, gramáticas e ensino de línguas*. São Paulo, Pioneira, 1978.
10. SAINT-JACQUES, B. — Les tendances fonctionnelles des théories syntaxiques post-transformationnelles. *La linguistique*, 17:103-111, 1981.

O SENTIDO E A FORMA NA ESTRUTURA DO SIGNO

Waldir BEIVIDAS *

RESUMO: Com o objetivo de ressaltar a economia que o princípio da arbitrariedade do signo, formulado por Saussure, pode conferir às teorias da linguagem na sua tentativa de superar concepções metafísicas — sempre presentes, implícita ou explicitamente, quando se aceita a presença do real como referente do signo — e de adquirir um estatuto científico no seu procedimento descritivo, o autor propõe, a título de hipótese, uma reinterpretação da noção de sentido em Hjelmslev, que a seu ver consegue pôr em evidência a posição formal do signo saussuriano em relação ao seu referente (intra-semiótico).

UNITERMOS: Arbitrariedade; sentido (do conteúdo e da expressão); função semiótica; contínuo amorfo; forma do conteúdo; forma da expressão; conceptualização; referente.

INTRODUÇÃO: A ARBITRARIEDA- DE DO SIGNO; O SENTIDO

Reduzindo ingratamente a umas poucas linhas toda a problemática da linguagem que se vem apoderando das cabeças de muitos filósofos, lógicos e lingüistas, desde a antigüidade grega, diríamos que Ferdinand de Saussure lançou, no final do século passado, as bases de uma teoria lingüística que, por oposição às que lhe antecederam, via a língua não como uma coleção de etiquetas que estão colocadas às 'coisas' do mundo de modo natural e ajustado, mas como um sistema de signos cujo arranjo e dependências internas se dão de modo arbitrário por relação às 'coisas' a que eles se referem.

O princípio da arbitrariedade do signo lingüístico foi objeto de muitas discussões e controvérsias, dada a imprecisão de algumas colocações e exemplos do *Cours*. Mas justamente, graças a essas discussões, tal princípio se evidenciou, pouco a

pouco, como o de maior economia para a teoria lingüística, que se firmou como disciplina autônoma, e como o princípio fundamental da teoria semiótica que dela se originou.**

A economia do princípio da arbitrariedade do signo lingüístico não poderia aqui ser ressaltada sem um exame prévio de outro conceito, muito polêmico, que na verdade ocupará o centro das nossas atenções: o *sentido*.

Sabe-se que essa palavra, tendo muito mais idade do que o princípio da arbitrariedade, pode-se constituir como que um 'calcanhar-de-Aquiles' das ciências humanas voltadas para o problema da significação. Estudada por filósofos, reformulada por lógicos e até, às vezes, descartada das preocupações de lingüistas (Bloomfield) ou reduzida a implicações menos comprometedoras (Greimas), essa palavra, indócil a análises de qualquer natureza, sempre surge em cena como que

* Pós-graduando em Lingüística pela Universidade de São Paulo.

** Referimo-nos aqui à semiótica europeia e não à de Peirce, que se originou com base na Lógica.

ameaçando os progressos dos discursos das ciências humanas, na sua tentativa de se tornarem científicos.

Sob essa constante ameaça e tendo que conviver com a sua presença incômoda, os ensaios teóricos desenvolvem pelo menos algumas estratégias que permitem, mesmo não dando conta de sua definição, *abordá-lo* (na acepção etimológica do termo), arranjando-lhe alguma explicação (de compreensão, não de definição) que possibilite ao discurso ir adiante, sem ferir mortalmente a coerência interna da hierarquia dos seus modelos.

No nosso caso o incômodo é um tanto maior: por um lado, o sentido se apresenta aqui como o próprio *objeto de conhecimento* a ser examinado, uma vez que tentaremos, a partir da noção de sentido de Hjelmslev (*purport*), sugerir, a título de hipótese, uma nova delimitação da mesma noção, que acreditamos ganhar em operacionalidade para a teoria lingüística (e semiótica) (se sancionada sua validade teórica); por outro, os limites do presente trabalho impedem que se passem em revista as soluções teóricas propostas ao conceito de sentido pelos filósofos antigos, pelos lógicos modernos e por lingüistas de diferentes correntes, tarefa que sem dúvida seria prioritária num eventual prolongamento do assunto.

Através da sugestão hipotética que propomos aqui, permitimo-nos também reexaminar o modelo triangular da estrutura do signo, formulado por Ogden e Richards, com a intenção de ressaltar, ainda que sucintamente, isto é, sem discutir em detalhes a sua complexidade, a economia que o princípio da arbitrariedade traz para a formulação de um modelo de estrutura do próprio signo, como também as implicações epistemológicas que ele acarreta para a construção do discurso científico em lingüística e em semiótica.

Portanto, limitando-nos ao indispensável, iremos de chofre à interpretação que, presumimos, mais tornou clara a formulação do princípio da arbitrariedade e evidenciou seu alcance epistemológico, como também serviu de ponto de partida para a interpretação particular que aqui damos ao sentido: a de Hjelmslev.

UMA REINTERPRETAÇÃO DO SENTIDO DE HJELMSLEV

Este autor ressaltou um texto do capítulo IV do *Cours*, bastante representativo da concepção saussuriana de língua e da arbitrariedade do signo:

“Considerado em si mesmo, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não há idéias preestabelecidas, e nada se distingue antes do aparecimento da língua... A substância fônica não é nem mais fixa nem mais rígida; não é um molde cujas formas o pensamento deva necessariamente tomar, mas sim uma matéria plástica que se divide, por sua vez, em partes distintas a fim de fornecer os significantes de que o pensamento necessita. Portanto, podemos representar (...) a língua (...) como uma série de subdivisões contíguas desenhadas simultaneamente no plano indefinido das idéias confusas (...) e no plano não menos indeterminado dos sons (...); a língua elabora suas unidades ao constituir-se entre duas massas amorfas (...) esta combinação produz uma forma, não uma substância”.*

Hjelmslev considerou o exemplo de Saussure uma experiência feliz, mas que carregava ainda alguns resquícios da concepção da existência de “substância do conteúdo (pensamento)” ou de substância fônica anterior ao aparecimento da língua. Ou seja, viu nessa formulação um

* SAUSSURE, F. de-Cours...2 ed. p.155-157 In: HJELMSLEV, 1975 p.55.

“postulado não necessário” que a lingüística, ao se pretender científica, deve evitar. Adota então uma explicação empírica, com orientação inversa, ao procurar extrair, após uma comparação entre realizações de cadeias lingüísticas de línguas diferentes, um *fator comum* a todas elas, a que chamou *Sentido* (no inglês, o termo é *purport*).

Os exemplos por ele escolhidos, já tornados clássicos, são:

- 1) jeg véd det ikke (Dinamarquês)
- 2) I do not know (Inglês)
- 3) je ne sais pas (Francês)
- 4) en tiedä (Finlandês)
- 5) naluvara (Esquimó)

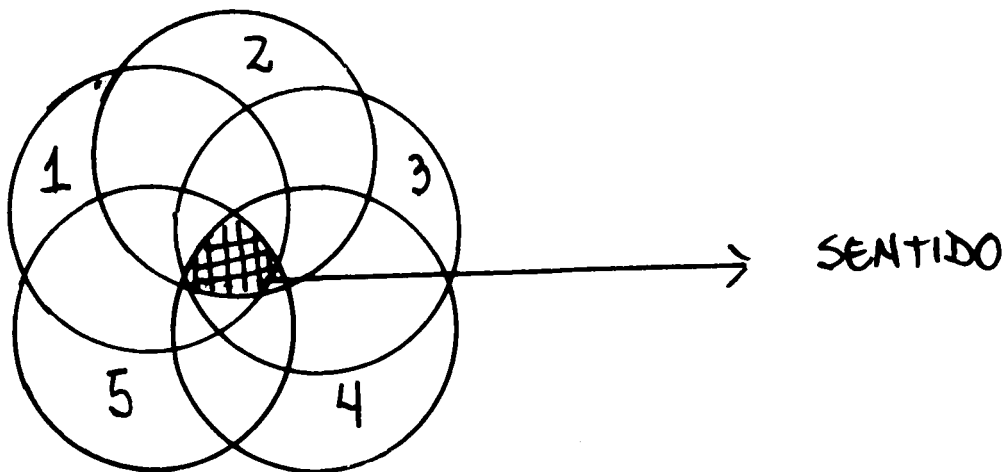
Todos eles possuiriam, apesar das diferentes articulações, um sentido comum, “o mesmo pensamento que, assim considerado, apresenta-se provisoriamente co-

mo uma massa amorfa, uma grandeza não analisada...” (Hjelmslev 3, p.56).

Vê-se que ao invés de postular a existência de uma “massa amorfa” precedente às línguas, da qual estas vão-se apropriando, pelas suas articulações, de determinadas porções, Hjelmslev procura inferir a existência (metodológica e operacional) de um fator comum, o sentido, às várias realizações lingüísticas após uma comparação entre essas e uma abstração do princípio que as estruturas nos seus específicos sistemas lingüísticos.

1. Um primeiro diagrama

Se representamos os exemplos de Hjelmslev por meio de figuras geométricas, temos o seguinte diagrama ilustrativo:



onde, apesar das diferentes articulações de cada língua (1,2,3,4,5), haveria uma zona partilhada por todas (em intersecção) e que constituiria o sentido comum a elas, o qual poderíamos traduzir pelo latim como NON SCIO.

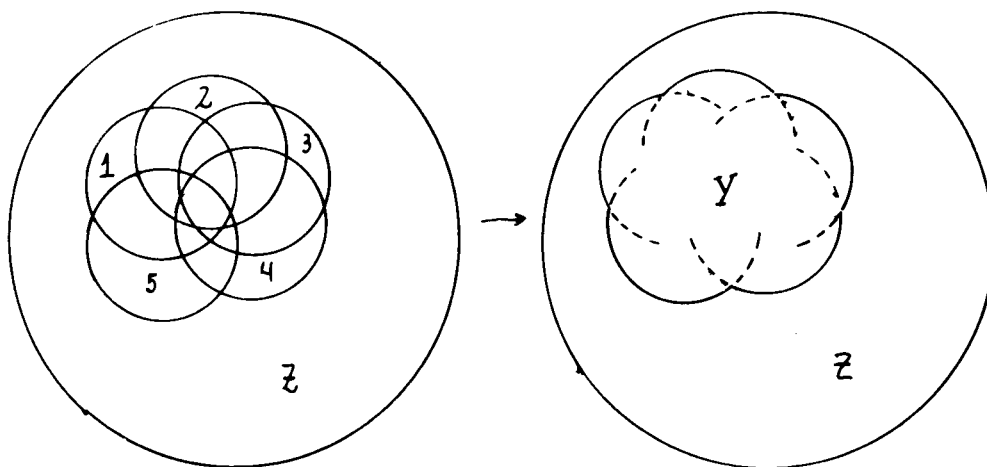
Contudo, mesmo já descontando as reservas sempre necessárias que se têm de fazer aos esquemas geométricos que procuram ilustrar as articulações do pensamento e do espírito humanos, o esquema acima parece, por si só, insuficiente e inseguro: ainda mais porque, qual explicação consegue dar conta das 'partes' das realizações que ficaram fora da intersecção? não fariam parte do sentido? seriam 'outra coisa' que não o sentido? ou estariam em intersecção, compondo outros tantos sentidos, com outras articulações

que não as escolhidas? e nesse último caso: quais critérios comandariam a organização e hierarquização dessas novas intersecções? É-nos difícil pensar num discurso científico que se construa no labirinto de intersecções que daí se originaria.

2. Um segundo diagrama

Uma leitura particular dos escritos de Hjelmslev sugere que se possa representar vantajosamente a sua concepção do sentido, através de um outro diagrama, a saber:

em que Z corresponde ao que Hjelmslev chama de "contínuo amorfo" (inferível a partir do conjunto de todas as possíveis realizações das cadeias lingüísticas ou semióticas de modo geral) e em que Y cor-



responde ao *sentido* comum às diferentes realizações das várias línguas escolhidas, abstraídos os princípios que estruturam diferentemente tais realizações.

Explica-se: o conjunto das várias realizações ou recortes lingüísticos, das diferentes línguas, incide numa mesma zona (Y) do contínuo amorfo. A intersecção desses recortes, por sua vez, permite a inferência de que eles, em conjunto, delinham no contínuo uma *zona comum de sentido*, do NON SCIO.

A particularidade desta leitura está em que ela sugere que o sentido não é imediatamente identificado ao contínuo amorfo — como Hjelmslev teria dito mais ou menos explicitamente quando afirma que o sentido se apresenta “provisoriamente como uma massa amorfa” — mas que ele se apresenta como uma instância (metodológica) *intermediária* entre o contínuo e as realizações propriamente ditas, isto é, *funções semióticas* das cadeias lingüísticas.*

O próprio Hjelmslev parece que nos entender desse modo, embora implicitamente. Com efeito, ao arrolar exemplos para reiterar a sua concepção de sentido, menciona a zona de sentido do espectro das cores, a zona dos números, aquela do espectro dos sons, a zona dos tempos verbais. Ao ressaltar a “ausência de concordância no interior de uma *mesma* zona de sentido” (cf. 3, p.59 - grifo nosso), sugere, no mesmo movimento, a existência (operatória) de *mais de uma* zona de sentido. Ou seja, mesmo sem se dar conta explicitamente, Hjelmslev parece conceder, pois, que, no contínuo amorfo se desenha um conglomerado de zonas de sentido, as quais se apresentam provisoriamente como grandezas informes mas suscetíveis de formações distintas nas diversas línguas.

OBSERVAÇÃO: Não podemos omitir aqui o receio de que esta interpretação possa eventualmente estar distorcendo o pensamento de Hjelmslev. Em contrapartida, as leituras que podem ser feitas de autores modernos como Greimas ou Pottier sugerem que essa *instância intermediária* seja uma necessidade metodológica que, de um ou de outro modo, parece estar presente em todos eles. De fato, quando Pottier procura estabelecer seu “esquema de comunicação” ele não toma o “mundo de referência (real ou imaginário)” como elemento a ser codificado em seguida, a não ser fazendo-o passar por uma instância “fundamental” que chama da “conceptualização”, onde se opera uma “redução seletiva da referência”. No mesmo autor, encontramos o conceito de “lexe”, “conceito informe (p.ex.: ÁGUA QUE CAI DO CÉU) que vai ser informado numa categoria nominal ou verbal numa língua (chover; chuva)”. Ainda que a chame de “hipótese eventual” — e que pareça carregar alguns comprometimentos com a natureza lingüística (cf. a própria cunhagem do termo), ao contrário do nosso desejo de estabelecer, com o sentido, um conceito válido para qualquer semiótica — não deixa menos encoberta a necessidade dessa instância ‘conceptual’ (cf. 8, p. 21-45). Por sua vez, a preocupação de Greimas de estabelecer o signo tendo por referência não uma realidade ‘bruta’, primeira, mas um “segundo nível de realidade natural”, e querendo ver o referente tratado como um “conjunto de sistemas semióticos mais ou menos implícitos” — nível semiótico a que gostaríamos de fazer homologar a interpretação que aqui damos ao sentido — é bastante elucidativa da necessidade de se ter uma instância (semiótica e conceptual) que sirva de suporte referencial às significações das semioses localiza-

* A função semiótica é a relação de pressuposição recíproca que se estabelece entre os dois planos do signo, expressão e conteúdo — mais precisamente, entre a forma da expressão e a forma do conteúdo. Ela é a função instauradora do signo na manifestação, portanto, constitutiva do signo enquanto tal. Por conseguinte, a realização de uma cadeia lingüística ou, mais amplamente, o ato de linguagem em geral consiste precisamente no estabelecimento da função semiótica.

das, e não mais o contínuo amorfo, mundo matizado das 'coisas', pesado de consequência ontológicas (cf. 4 e 5).

Esta interpretação que vê o sentido como uma instância intermediária entre o contínuo amorfo e as realizações específicas das cadeias lingüísticas, além de não parecer totalmente 'infel' à concepção de Hjelmslev, pode-se tornar bastante cômoda para a teoria lingüística (e semiótica), de vez que, como tentaremos demonstrar, é capaz de estabelecer, senão uma definição, pelo menos uma compreensão estável para o sentido, seja a nível interlingüístico (cf. os exemplos de Hjelmslev), seja a nível inter-semiótico ou a nível intra-semiótico.

Já foi visto que, nos exemplos a nível interlingüístico, as realizações particulares das diferentes línguas montam no seu conjunto um sentido, NON SCIO, comum a elas dada a sua intersecção (tentaremos adiante esclarecer onde tem origem essa intersecção). No entanto, ao examinar mais de perto a realização de uma cadeia lingüística no interior de seu próprio sistema lingüístico, verificamos que o mesmo fator comum pode ser extraído de diferentes realizações da mesma língua; noutros termos, essa instância intermediária do sentido também pode ser inferida no interior de uma mesma língua. Sejam os exemplos, de Língua Portuguesa:

- 1) Eu ignoro isso
- 2) Eu não sei isso
- 3) Eu desconheço isso

Vemos que, apesar de articulações diferentes, elas possuem um sentido comum, ou seja, recortam conjuntamente o contínuo numa zona comum de sentido, do NON SCIO. O mesmo diagrama usado acima poderia ilustrar também aqui essa 'montagem' do sentido. Se dizemos, na acepção popular, que as três frases 'querem dizer mais ou menos a mesma coisa' é porque na verdade elas realizam três significações (funções semióticas) numa zona de sentido só. Um dicionário de sinôni-

mos não faz mais do que evocar os contornos de uma zona de sentido.

Mesmo no caso de uma única cadeia lingüística ser repetida em pontos distintos do discurso, isto é, em contextos diferentes, a mesma concepção de sentido pode ser vantajosa. Ainda que desses dois enunciados

- 1) *Por nunca ter tido informações a respeito disso, só posso ignorá-lo;*
- 2) *A um pedido tão extravagante, só posso ignorá-lo;*

possamos dizer, quanto ao segmento final, que possuem um sentido ligeiramente diferente, diríamos agora, um tanto metaforicamente, que são diferentes 'matizes' de um mesmo sentido.

Por fim, num nível inter-semiótico, isto é, quando estamos diante de uma semiótica complexa (cinema, teatro, circo. . .) em que vários códigos, de natureza semiótica distinta, operam compatibilizados na obtenção de um sentido global e homogêneo, diríamos que o que eles fazem é exatamente projetar as suas respectivas funções semióticas no contínuo amorfo semântico (e a mesma representação em diagrama acima feita poderia ilustrar essa projeção dos vários códigos). Essa projeção procura evocar, através das peculiaridades distintas das formas de tratamento de cada código, as sutilezas de um determinado sentido aí desejado (cf. uma cena qualquer de subjugação de um personagem tratada imageticamente através de um *plongé*, no caso do cinema).

3. Um terceiro diagrama

Procedendo inversamente, isto é, partindo de um signo mínimo (morfema), prosseguindo na direção de um signo-enunciado e um signo-texto numa língua, até alcançarmos a comparação entre enunciados ou textos de línguas diferentes (os exemplos de Hjelmslev), chegaríamos igualmente a demonstrar a existência (metodológica) da zona de sentido, ou simplesmente, do sentido como uma instância não identificada ao contínuo amorfo.

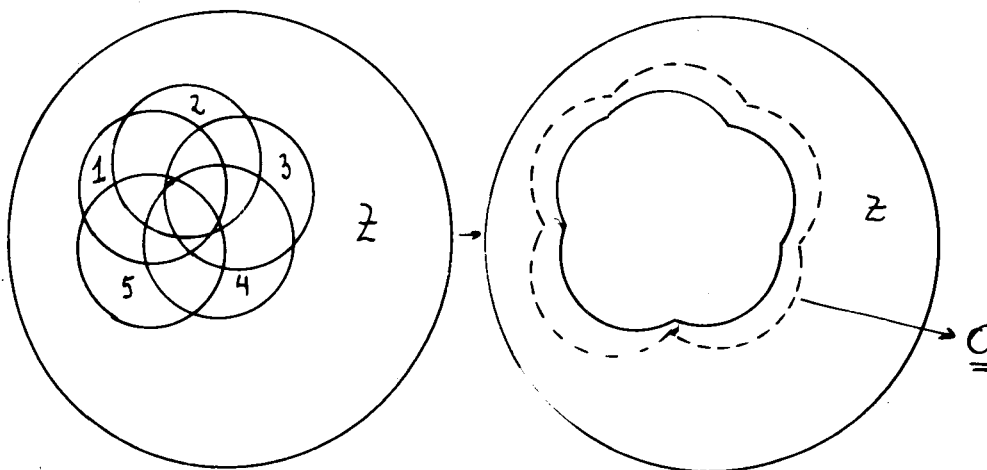
No caso de um signo morfemático, podemos dizer que as suas infinitas realizações (funções semióticas) em textos e contextos diferentes acabam por delinear, no seu conjunto, não um significado preciso, fechado, isto é, um semema ou um conjunto de sememas estável, mas um amplo feixe de sememas (cf., para o signo CASA = moradia, construção, lar, abrigo . . .); não se limitando a esse amplo feixe de sememas, o sentido de tal signo abrangeria ainda, se se pode dizer, um 'espectro paradigmático' originado no eixo do paradigma de tal signo (cf. as "Associações" já demonstradas desde Saussure)*.

No caso de um signo-enunciado, o sentido de cada signo-morfema (feixe de sememas + espectro paradigmático) que lhe compõe sofreria uma alteração, digamos, qualitativa, graças à sua integração no enunciado, compondo pois o sentido do enunciado.

O que se quer ressaltar com essas explicações é que os exemplos de Hjelmslev

podem novamente ser reinterpretados, pois, mesmo cada cadeia lingüística em particular não projeta pela sua função semiótica uma configuração precisa no contínuo amorfo (tal como poderia parecer pelo desenho perfeitamente circular do diagrama); ao invés, essa função semiótica vem acompanhada dos contornos do espectro paradigmático, isto é, contornos menos nítidos e mais amplos de uma outra circunferência, esta sim delineando a zona de sentido global daquela cadeia em particular. E, igualmente, todas as outras cadeias procedem da mesma maneira, fazendo surgir, agora sim, no fundo completamente informe do contínuo amorfo, as demarcações não tão informes da zona de sentido comum às diferentes línguas consideradas, demarcações resultantes da intersecção das zonas de sentido de cada língua em particular.

Esse novo estágio de concepção do sentido resultaria pois num outro diagrama, a saber:



* Nesse nível morfemático pode-se ter a impressão de que o sentido seja assimilável ao "semema" de Pottier — conjunto de todos os possíveis semas (genéricos, específicos, virtuais); mas a entrada do que se denominou aqui 'espectro paradigmático' acaba por eliminar, ao que tudo leva a crer, tal homologação, suprimindo ainda mais os vestígios de uma delimitação precisa que ameaçaria aproximar o sentido do signo ao seu "significado".

O espectro paradigmático abrangeria desde as associações paradigmáticas de nível signico, desde as relações de co-presença (disjunta ou conjunta) de nível sêmico no interior do arranjo hipotático dos sememas greimasianos (cf. a presença do sema 'superioridade' não anula a co-presença, disjunta, do sema 'inferioridade' em CABEÇA DE PREGO), isto é, desde relações de natureza lógico-semânticas até relações fortemente modalizadas, isto é, dadas pela 'posição modal' do estado passional do sujeito, relações cuja natureza (lógica?, pato-lógica?, i-lógica?) a semiótica de hoje procura determinar.

em que 1, 2, 3, 4 e 5 representam as realizações diversas do sentido NON SCIO de cada língua e em que *O* representa o sentido comum a elas, NON SCIRE.

O SENTIDO CONCEPTUAL

À vista do novo diagrama, podemos dizer que, ainda que equidimensional ao conjunto de todas as zonas de sentido, o contínuo amorfo representa para cada uma delas, isto é, para cada sentido, um macro-universo; e, ao contrário, o sentido é um micro-universo do contínuo amorfo. Em outras palavras, a zona de sentido das diferentes realizações exemplificadas operam no contínuo uma “redução seletiva” (o termo é de Pottier, cf. 8): de um macro-universo, não finito, passa-se a um micro-universo, até certo ponto finito, do

sentido NON SCIRE. Tem-se, pois, um sentido não muito bem formado, mas também não totalmente amorfo.

É fácil notar essa redução no nível figurativo do diagrama apresentado. As coisas se complicam bastante ao se tratar de conteúdos semânticos. Mas cabe-nos perguntar, por exemplo, por que quando das realizações dos exemplos acima não nos ocorreu de misturarmos ao sentido NON SCIRE um outro qualquer, aleatoriamente, como DOR DE CABEÇA ou outro? É que a percepção *seleciona* traços pertinentes para uma determinada situação de comunicação, ou para qualquer exercício semiótico; quanto mais no caso lingüístico em que as coerções lineares da substância da expressão forcem a captação conceptual a se desenvolver ‘por etapas’.*

* Há um uso temeroso do termo ‘percepção’ no último parágrafo. Na verdade a operação de seleção dos traços pertinentes com vistas à significação é um campo tão complexo quanto pouco conhecido. Se no terreno da filosofia essa operação é frequentemente subsumida pelo termo ‘cognição’, na área da psicologia, alguns autores a encaram enquanto ‘percepção’ (envolvendo operações de redução a traços essenciais, comparação, discriminação, completamento, perspectivização...) devido à sustentação da hipótese de que “el conjunto de las operaciones cognoscitivas llamadas pensamiento no son privilegio de los procesos mentales ubicados por encima y más allá de la percepción, sino ingredientes esenciales de la percepción misma (...) No parece existir ningún proceso del pensar que, al menos en principio, no opere en la percepción” (cf. 1, p. 13). Em todo caso, há por parte de lingüistas e semioticistas a tentativa de considerar como *não pertinente* aos seus estudos esse campo imenso de pesquisas; ainda que, é claro, levem em conta todas as coerções e aptidões biofísicas e psicossociais da percepção ou do pensamento humano, eles procuram passar adiante, forjando um termo metalingüístico que subsuma por inteiro todo esse complexo jogo de coerções e aptidões, considerando-se uma etapa vencida. É nessa direção, cremos, que Pottier trabalha ao tentar introduzir no corpo metalingüístico da metodologia lingüística o conceito de *conceptualização*, de notável economia, para definir de um só fôlego toda a complexidade da “redução seletiva” do universo não finito (cf. 8).

Se emprestamos pois de Pottier o termo “conceptualização” — redução seletiva da referência - para denominarmos a redução do contínuo amorfo ao sentido, pode-se concluir que o sentido é uma instância conceptual, lugar onde convergem as significações particulares das diferentes línguas e das diferentes semióticas de cada sociedade. Ou seja, é o lugar convergente das traduções entre as diversas línguas e as diversas semióticas. Vemos assim o problema do sentido reduzido às suas dimensões menos comprometedoras tal como o quer Greimas, encarando-o como sendo o lugar da “transcodificação de significações” (cf. 4, p. 7-17). Tal instância parece metodologicamente necessária, já que não pode haver tradução de uma função semiótica em uma língua natural ou uma semiótica por outra função semiótica em outra língua natural ou outra semiótica. Na verdade, as duas funções semióticas podem convergir nessa instância conceptual do sentido. Trata-se pois de tradução parcial de um sentido conceptual comum.

A possibilidade da transcodificação de significações seja entre diferentes comunidades lingüísticas, seja entre diferentes semióticas de uma mesma comunidade lingüística deve-se ao fato de que o sentido, lugar conceptual da transcodificação, não tem origem senão no acúmulo da experiência semiótica, mais ou menos equivalente, dessas comunidades frente à ‘realidade’. Quanto mais próximas são essas experiências vividas pelas comunidades em questão, tanto maior será a intersecção das suas significações no universo do sentido.* O sentido é o produto histórico das sucessivas significações de uma comunidade.

Em outros termos, o signo não possui um conceito previamente determinado e circunscrito precisamente no contínuo; ao contrário, por causa das sucessivas uti-

lizações, na experiência semiótica de uma comunidade, ele vai delineando uma zona de sentido, sempre mais ‘ampla’ que uma manifestação (função semiótica) localizada; e em cada manifestação ocorrencial ele elege uma porção dessa zona de sentido, ou a enriquece com um novo dado, sempre determinado pelas coerções do contexto e da situação em que tal manifestação ocorre.

Se essa zona de sentido se forma à vista da experiência histórico-lingüístico-cultural das sociedades, do mesmo modo, no nível individual, as manifestações de uma mesma cadeia lingüística, em cada ato de fala, nunca incidem num mesmo ponto do contínuo, mas constituem um conjunto de significações que montam uma zona de sentido, cujo espectro é ditado (e ao mesmo tempo compõe) pela experiência, pelo “domínio de experiência” (Pottier) que o ‘vivido’ do indivíduo lhe acumula.

Há um outro fator que contribui para estatuir a instância conceptual do sentido como o lugar da transcodificação das significações. Se, como foi visto, o sentido se apresenta como um lugar onde convergem as experiências semióticas das comunidades, isto é, se ele pode-se mostrar como sendo o mundo do ‘senso comum’ é porque ele se deixa ver também como o *referente conceptualizado* de qualquer signo, referente resultante das semioses das comunidades no decorrer do seu vivido histórico, ou seja, referente semiotizado. É nesse estágio de reflexão que podemos, ao que parece, homologar o que aqui se chama “sentido” ao que Greimas chama de “mundo do senso comum”, “semioticamente informado”, das “semióticas implícitas” (cf. 4 e 5). Se dissermos pois que o universo conceptual do sentido é o lugar da transformação do caos em mundo significante, tal frase é re-

* Chamamos experiência semiótica a toda experiência histórica, social, lingüística e cultural de uma comunidade, que se desenvolve na forma discursiva, *lato sensu*, isto é, sob o intermédio da linguagem.

sultante de simples constatação e não mais de retórica metaforizante.

O SENTIDO DA EXPRESSÃO

Tudo o que até aqui foi dito quanto ao sentido refere-se tão-somente ao plano do conteúdo das línguas em questão. Segundo Hjelmslev, o mesmo que ocorre nesse plano também é passível de ocorrer no plano da expressão das línguas. Para demonstrá-lo apresenta o exemplo das articulações em línguas diferentes da seqüência *got* no Inglês, *Gott* no Alemão e *Godt* no Dinamarquês, articulações que “representam formações diferentes de um mesmo sentido de expressão” (cf. 3, p. 61); não importa que aqui o sentido do conteúdo não seja o mesmo, assim como nos exemplos anteriores (*I do not know, je ne sais pas...*), o sentido do conteúdo era o mesmo mas não o sentido da expressão.

Ajustando essa noção de sentido da expressão para os nossos propósitos, sempre à vista do último diagrama apresentado, diríamos que as várias realizações, mesmo numa só língua natural, de uma seqüência como por exemplo /KARRO/ não incidem na mesma posição no contínuo sonoro, mas montam, pela sua intersecção, um aglomerado sonoro, um espectro mais ou menos limitado de sons, que podemos denominar como o sentido da expressão.

Por pertencerem à mesma zona, diríamos também aqui ‘conceptualizada’, de sentido, as diferentes realizações (vibrantes, uvulares...) da seqüência acima não ocasionam nenhum ‘desvio’ de sentido e são consideradas, pois, como *variantes*. As variantes fonéticas nada mais são do que a exploração de todas as possibilidades inscritas dentro de uma mesma zona de sentido da expressão.

Do mesmo modo que o sentido do conteúdo representa para o signo um referente semiotizado, o sentido da expressão representa para o mesmo signo como que

uma *matriz referencial* de sons (no caso lingüístico) em que a forma da expressão estampa uma determinada região sonora quando da manifestação de tal signo.

O REFERENTE DO SIGNO

Estamos cientes de que não se obteve aqui uma definição precisa, fundada numa metalinguagem unívoca, do sentido; na verdade o que se fez foi abordá-lo metaforicamente aqui, parafraseá-lo dali, contorná-lo alhures. Não se trata de evasivas; efetivamente, é a própria natureza do sentido que não permite definições precisas. Para continuarmos em metáfora, o sentido faz-nos lembrar aqueles objetos delicados das esculturas móveis, com figuras de bruxas ou peixes, tão comuns em quartos de crianças, que ao menor sopro de vento mudam de posição e de equilíbrio. E qualquer metalinguagem que procure decifrá-lo parecerá esse sopro de vento que desfigura um sentido na partida, para configurar um outro na chegada, permanecendo desconhecida a sua natureza.

Situado numa instância intermediária entre o contínuo amorfo que, enquanto tal, não tem ainda “existência científica”, e a manifestação propriamente dita (a função semiótica) que, assim que se efetiva, não existe mais, a captação do sentido, na sua vida efêmera, não permite uma análise (= definição) estável. O sentido só se permite conceber como um universo virtual de possibilidade de significações e de transcodificação de significações. É o lugar da conceptualização da realidade ‘bruta’. Deixa-se ver como um segundo nível de realidade: não se tem mais como referente o mundo pesado das coisas mas uma realidade já semiotizada, já culturalizada, e que é a única a servir de suporte referencial às significações dos signos. Por conseguinte pelo menos contribui-se, com essa concepção de sentido, para que se possa descartar da teoria lingüística e da teoria semiótica o proble-

ma (ontológico) do referente extra-semiótico.

O referente do signo não é, pois, uma entidade da realidade bruta mas uma *posição* nesse segundo nível de realidade semiotizada, o sentido. O signo não é signo de alguma coisa, mas o signo de um sentido (do conteúdo e da expressão)*.

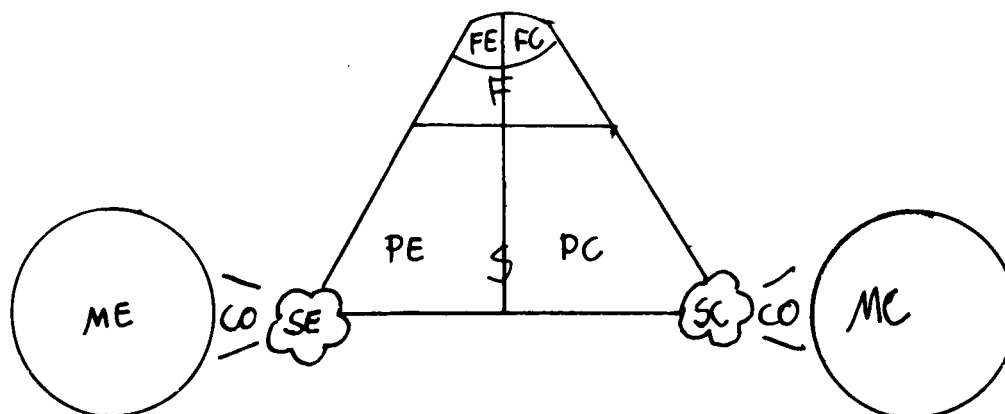
A ESTRUTURA DO SIGNO

A possibilidade de conceber o referente lingüístico ou semiótico em geral como um mundo já semiotizado, sem se ver às voltas com pesadas conseqüências metafísicas, leva-nos a reexaminar o modelo triangular da estrutura do signo, proposto por Ogden e Richards, como tentativa de reinscrevê-lo num novo estágio científico

da teoria lingüística e teoria semiótica proporcionado pelos avanços conquistados com a noção de *forma do conteúdo* e *forma da expressão* de Hjelmslev. Para isso também utilizamo-nos das noções de sentido do conteúdo e sentido da expressão apresentadas hipoteticamente acima.

OBS.: Por comodidade de explicação, foi feita aqui uma divisão operativa do contínuo amorfo em *Matéria do conteúdo* e *Matéria da expressão*, utilizando-nos parcialmente de sugestão de Ch. Metz (cf. 7), divisão que não deve ser tomada ao pé da letra, uma vez que o contínuo amorfo não permite análise nem, conseqüentemente, divisão.

Seja o diagrama:



* Esta afirmação parafraseia parcialmente Hjelmslev: "o signo é, portanto, ao mesmo tempo, signo de uma substância de conteúdo e de uma substância da expressão". Não cremos tratar-se de contradição, pois a substância, como o próprio Hjelmslev a concebe, é o sentido, ou antes, a porção do sentido que recebe a projeção da forma (cf. 3, p.. 61-62).

em que:

- PE = plano da expressão do signo;
PC = plano do conteúdo do signo;
F = forma (do conteúdo e da expressão);
S = substância (do conteúdo e da expressão);
MC = matéria do conteúdo (contínuo amorfo) = sem existência científica; 1.º nível de realidade “bruta”; inacessível ao conhecimento;
CO = conceptualização — redução seletiva da MC; focalização dos elementos essenciais e pertinentes na percepção para a obtenção do sentido; é ditada pelas coerções biofísicas e sócio-culturais das comunidades;
SC = sentido do conteúdo — conjunto das realizações significativas dos signos, na história da linguagem, que montam um lugar virtual de possibilidade de significação; 2.º nível de realidade (semiotizada); mundo do senso comum, das semióticas implícitas; é o referente semiotizado do signo. É o sentido disponível para receber a projeção da forma do conteúdo (passando então à substância do conteúdo) no processo da semiiose;
FC = forma do conteúdo — o “significado” de Saussure; semema (conjunto hierarquizado de semas); em relação de pressuposição recíproca com a forma da expressão; funtivo da “função semiótica” que instaura o signo enquanto tal e a sua significação específica;
.....
ME = matéria da expressão — matéria disponível para ser recortada com vistas à seleção das cadeias

- significantes que constituem os elementos pertinentes do plano da expressão (fonemas para o lingüístico);
CO = conceptualização (termo provisório que aí figura à espera de melhor denominação) — redução seletiva da ME para a obtenção da cadeia significativa. Apesar de tratar dados físicos, essa redução seletiva também é ditada, além das coerções biofísicas, pelas coerções sócio-culturais: “...une analyse plus approfondie du plan de l’expression arrive à montrer que le signifiant est, lui aussi, le résultat d’une construction de nature sémantique”, (cf. 5 p. 351);
SE = sentido da expressão — conjunto das realizações possíveis de uma cadeia sonora; espectro de sons (no lingüístico) dentro do qual, em cada ato de fala, a língua elege suas fronteiras (pela forma da expressão) demarcando assim a substância significativa ou substância da expressão.
FE = forma da expressão — o “significante” de Saussure; “imagem acústica” da organização do SE (imagem da projeção da FE no SE). Não é o som físico (ME) mas a “empreinte” psíquica desse som (cf. 11)*.

Este diagrama triangular da estrutura do signo procura evidenciar a *posição formal do signo por relação ao seu suporte veicular e referencial*. O signo visto como a união solidária entre duas formas (FC e FE) é, pois, arbitrário em relação a qualquer referente “externo” (MC ou ME). O célebre problema das onomatopéias, entre outros, não chega a ameaçar o princípio da arbitrariedade, uma vez que também ela é uma motivação semiotizada e total-

* Já se observou que é indevido o uso, por Saussure, do termo “imagem acústica”, pois privilegia apenas o canal auditivo. Não obstante, seu uso aqui não parece comprometer em nada.

mente inserida dentro do universo do sentido (SE) e não projetada para 'fora' (ME) (Qual a língua que imita 'corretamente' o grito do cão?).

Pôde assim ser proclamada por Saussure a autonomia do objeto lingüístico. Contorna-se a metafísica; e o discurso científico nas teorias da linguagem pode conduzir suas descobertas tendo por controle interno da sua veridicção não mais um ajuste com a 'realidade' exterior mas apenas a sua coerência interna: "Et la cohérence, on le sait, reste un des rares critères de vérité que l'homme ait imaginés" (Greimas, 4, p. 9).

RELAÇÕES ENTRE AS GRANDEZAS DO TRIÂNGULO

As grandezas do triângulo não são conceitos estáticos. Elas constituem a captação do instante (metodologicamente dizendo) da realização do signo, da sua semiose. Por isso têm de ser explicadas e explicitadas as relações que essas grandezas mantêm entre si e que conferem ao modelo triangular o seu dinamismo específico.

Procurando denominá-las na medida do possível e do já denominado, estas relações se orientam como segue:

FC	↔	FE	=	função semiótica — significação;
			
FC	→	SC	=	designação (o signo que se 'desfaz' na indicação do seu referente;
SC	→	MC	=	denotação (?)
			
MC	→	SC	=	conceptualização — redução seletiva do universo 'real' em universo conceptual;
SC	→	FC	=	denominação (?)
			
FE	→	SE	=	consignação — a 'marca' de um sinal buscado na ME e conceptualizado, para legitimar (para 'consignar' uma significação)
SE	→	ME	=	motivação (?)
			
ME	→	SE	=	conceptualização
SE	→	FE	=	significância (?)

OBSERVAÇÃO FINAL: A denominação, necessária, das relações, tem aqui um caráter eminentemente sondador. Somente um estudo minucioso de cada relação, em cada instância, pode conseguir denominá-las a contento. Em vista disso, as interrogações nos parênteses não só devem alertar para a existência desses mesmos termos em outras acepções, como também para o caráter arbitrário, inseguro e provisório da sua introdução.

RÉSUMÉ: L'auteur a comme but 1) de mettre en relief l'avantage que le principe saussurien de l'arbitraire du signe peut conférer aux théories du langage si l'on veut se passer des concepts métaphysiques. Ceux-ci sont toujours présents implicitement ou explicitement lorsqu'on accepte le réel comme étant le référent du signe. 2) de mener la description à son statut scientifique. L'hypothèse soulevée est celle d'une réinterprétation de la notion de sens chez Hjelmslev, laquelle met à son avis en évidence la position formelle du signe saussurien par rapport à son référent (intra-sémiotique).

UNITERMES: Arbitrariedade; sens (do conteúdo e de l'expressão); função semiótica; conteúdo amórfico; forma do conteúdo; forma de l'expressão; conceptualização; referente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARNHEIN, R. — *El pensamiento visual*. 2. ed. Buenos Aires, Eudeba, 1973.
2. HJELMSLEV, L. — *Essais linguistiques*. Paris, Minuit, 1971.
3. HJELMSLEV, L. — *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. José T. Coelho Neto. São Paulo, Perspectiva, 1975.
4. GREIMAS, A. J. — *Du sens: essais sémiotiques*. Paris, Seuil, 1970.
5. GREIMAS, A. J. — *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, 1979.
6. MALMBERG, B. — *Signes et symboles: les bases du langage humain*. Paris, Picard, 1977.
7. METZ, Ch. — *Langage et cinéma*. Paris, Larousse, 1971.
8. POTTIER, B. — *Linguistique générale*. Paris, Klincksieck, 1974.
9. POTTIER, B. — *Comment dénomer les sèmes?* Paris, Institut de la Langue Française, Groupe de Recherches Sémiolinguistiques, 1980. (Bulletin, n.º 13, p. 21-29).
10. REY, A. — *Théories du signe et du sens, lectures II*. Paris, Klincksieck, 1976.
11. SAUSSURE, F. de. — *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris, Payot, 1975.

O VERBO E A ESTRUTURA DO DISCURSO

João de ALMEIDA*

RESUMO: O artigo procura analisar a estrutura do verbo português, com base na crônica "Caso de Canário", de Carlos Drummond de Andrade, tentando pôr em evidência a importância do contexto para a precisão dos valores dessa classe gramatical, dadas as amplas relações que ela estabelece no discurso.

UNITERMOS: Análise de texto; relações do verbo; tempo; aspecto e modo verbal; estrutura do pretérito.

A afirmação saussureana de que na língua tudo é relação encontra no papel do verbo o seu melhor exemplo. Dentro da frase, o verbo no geral se relaciona com o sujeito, concordando com ele em número e pessoa, e se relaciona com o objeto, que complementa o seu semantismo inacabado e com o qual, às vezes, chega a formar uma lexia consagrada** (9, p. 26-7). E em casos menos frequentes tem relação com o adjunto adverbial, que pode precisar-lhe melhor o sentido aspectual, temporal ou modal, assim como com outro verbo que seja núcleo de uma oração dependente. Se são menos comuns também as suas relações de concordância com o predicativo, não se apresentam como raras, na estrutura da língua portuguesa, as aglutinações em perífrases verbais, onde dois ou mais verbos se relacionam para expressar, em conjunto, diversas categorias gramaticais.

Em discurso mais amplo do que a frase, as teias verbais se estendem mais longamente e chegam a interligar períodos um pouco distantes entre si; põem então em evidência que, em razão do forte vínculo do verbo na estrutura lingüística, pouco produtivo será o estudo de sua for-

ma, sem se atentar para os valores semânticos que ele extrai do contexto, mais ou menos longo.

Procuraremos explicitar melhor o que queremos dizer, numa tentativa de análise do papel do verbo na crônica "Caso de canário", de Carlos Drummond de Andrade, a seguir transcrita:

- "1. Casara-se havia duas semanas. E por isso, em casa dos sogros, a família resolveu que ele é que daria cabo do canário:
— Você compreende. Nenhum de nós teria coragem de sacrificar o pobrezinho, que nos deu tanta alegria. Todos somos muito ligados a ele, seria uma barbaridade. Você é diferente, ainda não teve tempo de afeiçoar-se ao bichinho. Vai ver que nem reparou nele, durante o noivado.
5. — Mas eu também tenho coração, ora essa. Como é que vou matar um pássaro só porque o conheço há menos tempo do que vocês?
— Porque não tem cura, o médico já disse. Pensa que não tentamos tudo? É para ele não sofrer
10. — Mas eu também tenho coração, ora essa. Como é que vou matar um pássaro só porque o conheço há menos tempo do que vocês?
— Porque não tem cura, o médico já disse. Pensa que não tentamos tudo? É para ele não sofrer
15. mais e não aumentar o nosso sofrimento. Seja bom; vá.
O sogro, a sogra apelaram no mesmo tom. Os olhos claros de sua mulher pediram-lhe com doçura:
20. — Vai, meu bem.
Com repugnância pela obra de misericórdia que ia praticar, ele aproximou-se da gaiola. O canário nem sequer abriu o olho. Jazia a um canto, arrepiado, morto-vivo. É, esse está mesmo na

* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19.800 — Assis — SP.

** Por exemplo: *cruzar os braços* no sentido de "parar de trabalhar".

25. última lona, e dói ver a lenta agonia de um ser tão gracioso, que viveu para cantar.
— Primeiro me tragam um vidro de éter e algodão. Assim ele não sentirá o horror da coisa.
Embebeu de éter a bolinha de algodão, tirou o canário para fora com infinita delicadeza, aconchegou-o na palma da mão esquerda e, olhando para outro lado, aplicou-lhe a bolinha no bico. Sempre sem olhar para a vítima, deu-lhe uma torcida rápida e leve, com dois dedos, no pescoço.
E saiu para a rua, pequenino por dentro, angustiado, achando a condição humana uma droga. As pessoas da casa não quiseram aproximar-se do cadáver. Coube à cozinheira recolher a gaiola, para que sua vista não despertasse saudade e remorso em ninguém. Não havendo jardim para sepultar o corpo, depositou-o na lata de lixo. Chegou a hora de jantar, mas quem é que tinha fome naquela casa enlutada? O sacrificador, esse, ficara rodando por aí, e seu desejo seria não voltar para casa nem para dentro de si mesmo.
40. No dia seguinte, pela manhã, a cozinheira foi ajeitar a lata de lixo para o caminhão, e recebeu uma bicada voraz no dedo.
45. — Ui!
Não é que o canário tinha ressuscitado, perdão, reluzia vivinho da silva, com uma fome danada?
— Ele estava precisando mesmo era de éter — concluiu o estrangulador, que se sentiu ressuscitar, por sua vez.”
(In *Cadeira de Balanço*. 2.^a ed., Rio de Janeiro, Livr. J. Olympio Ed., 1968)

Em face desse texto, redundante seria falar de concordância do verbo com o sujeito, em número e pessoa, como característica básica da estrutura do português. Basta ligeira leitura do texto para se confirmar o fato, que encontra exceção apenas na frase da linha 6 (Todos somos muito ligados a ele...), em que a figura da sílepse de pessoa se explica estilisticamente pelo propósito de pretender a primeira pessoa do plural incluir-se na totalidade mencionada.

Já a relação do verbo com o nome que o segue merece de início uma observação especial. Se se aceita que, no geral, ocorre integração semântica entre o segundo elemento e o verbo, mesmo em graus diferentes, o objeto deve ser destacado em análise sintática sempre como um elemento complementador e não como um termo isolado. Melhor então, parece-nos, será visualizar a estrutura da

frase, numa representação em diagramas, por SN mais SV (sintagma nominal mais sintagma verbal), a exemplo do que faz Dubois-Charlier (4), ao invés de SN mais verbo mais SN, ou outros desmembramentos, como apresentam Genouvrier-Peytard (5, p. 211-2) ou Luft (8), e deixar para a camada seguinte dos constituintes a divisão da unidade do SV (verbo mais SN, etc.). Nessa ordem de idéias, casos como os da linha 7 do texto (Você é diferente...), da linha 10 (Mas eu também tenho coração, ora essa), e da linha 27 (Primeiro me tragam um vidro de éter...), seriam vistos inicialmente, quanto ao predicado, pela unidade que têm, como SV, aglutinados ao verbo os demais termos que no geral o seguem, para depois se diversificarem na análise dos seus constituintes. Aí é que então surgiria a variedade das relações dos nomes “diferente, coração, um vidro” perante os verbos que os antecedem, minimizando-se o mais possível qualquer preocupação com nomenclaturas esdrúxulas. Salta à vista de qualquer conhecimento elementar dos fatos gramaticais que, no primeiro exemplo, o tradicionalmente chamado predicado nominal, o nome assume um peso semântico predominante, de maneira diversa do terceiro exemplo, chamado tradicionalmente de predicado verbal, em que o semantismo se fixa no verbo (tragam) com a complementação do objeto. Mais complexa, no entanto, se apresenta a relação do segundo exemplo (tenho coração), que conduziu o sintagma verbal a uma lexia consagrada, com um sentido metafórico (“também sou humano”). É uma das razões por que parte da análise moderna procura aproximar da construção com *verbo copulativo mais adjetivo* a estrutura com o verbo *ter* (5, p. 255), cujo complemento a análise tradicional tem considerado como objeto direto, ainda que não seja possível a conversão para a voz passiva (7).

O que, no entanto, parece-nos mais importante para evidenciar o papel do

verbo, no texto em causa, é procurar focalizar as relações mais amplas do sintagma verbal dentro desse discurso. A linha da narrativa, fora naturalmente das partes dialogadas, se vê marcada pelo verbo no pretérito perfeito (resolveu — L.2, apelaram — L.17, pediram — L.18, aproximou-se — L.22, abriu — L.23, embebeu — L.29, tirou — L.29, aconchegou L.31, aplicou — L.32, deu — L.33, saiu — L.36, quiseram — L.38, coube — L.39, depositou — L.42, chegou — L.43, recebeu — L.48, concluiu — L.54, sentiu — L.54), a indicar a ação terminada, passada, anterior ao momento da fala do próprio narrador, ponto de referência como presente. É certo que em todas essas ações terminadas, se se detalhar a análise, há de se verificar diferença nas relações entre lexemas e morfemas, a precisar diversidades aspectuais. Por exemplo, considerando os perfectivos *chegou* e *embebeu*, observa-se respectivamente um caráter pontual e um caráter terminativo, em face da duração que existe no lexema do segundo e que não ocorre no do primeiro (1, p. 88 e sgts.). O que nos preocupa neste instante, porém, não é a profundidade de uma análise desse tipo, mas as relações habituais, ou melhor, as perceptíveis com freqüência e que podem demonstrar, no geral, suficiente conhecimento do uso do verbo.

Então, voltando a uma visão mais ampla do texto, temos de notar que aquelas formas pretéritas são, por sua vez, outros pontos de referência no domínio verbal. O primeiro parágrafo é bastante significativo porque já envolve, em torno de *resolveu* toda a estrutura das formas do pretérito em língua portuguesa, graficamente assim configurada:

$$\begin{array}{c} \text{havia} \\ \text{casara-se} \text{ — } \text{resolveu} \text{ — } \text{daria cabo} \\ \text{○} \text{ — } \text{→} \end{array}$$

Num enfoque temporal, isto é, observando-se o momento de cada uma

dessas ações, é fácil perceber, em relação a *resolver*, a anterioridade de *casar* e a posterioridade de *dar cabo*, em determinações gramaticais que justamente cabem aos morfemas verbais do mais-que-perfeito e do futuro do pretérito, respectivamente. Completando o quadro das formas pretéritas, temos o imperfeito *havia*, que se relaciona a *casara* e, por extensão, a *resolveu*, mais para precisar um valor aspectual de duração. As oposições temporais e aspectuais das formas do pretérito aí pois aparecem (2, p. 89-90), envolvendo inclusive aquela que se projeta para o futuro em relação à ação passada de *resolver*. A ação de *dar cabo* se manifesta, então, na forma do futuro do pretérito em seu valor verdadeiramente temporal: posterior a *resolver* e anterior ao momento da narrativa. Já diferentes se apresentam outras formas em *-ria*, como “*teria* coragem” — L.4, “*seria* uma barbaridade” — L.6, “*seu* desejo *seria* não voltar para casa” — L.45, em que um valor modal, de hipótese ou de dúvida, domina o sintagma verbal.

As mesmas oposições das formas do pretérito (com exceção do futuro) aparecem entre as linhas 43 e 45, com os sintagmas verbais *chegou*, *ficara rodando* e *tinha* fome, e entre as linhas 42 e 52, com os sintagmas *recebeu*, *tinha ressuscitado*, e *reluzia*. Os pontos de referência estão nas formas do pretérito *chegou* e *recebeu*, em relação às quais se configuram, como oposição temporal, a anterioridade respectivamente de *rodar* e *ressuscitar*. Já nas relações de *ter fome* com *chegar* e *reluzir* com *receber* está em jogo, pelos morfemas, a oposição aspectual de duração/não-duração (ou não-concluso/concluso).*

De toda essa consideração sobre o pretérito afasta-se, evidentemente, a forma *viveu* da linha 26. É que estamos diante de um emprego estilístico do pretérito perfeito, já que o contexto indica que o

* A alternativa da oposição é questão de ponto de vista, se se toma a marca como duração ou como término. (Cf. 1 e 3).

pássaro continua vivo. O sintagma *viveu* assume os semas que provêm de *jazia*, *morto-vivo*, *na última lona e lenta agonia*, antecipando no espírito do narrador (com projeção para o do leitor) o término da frágil existência da ave. Representa assim a construção em causa um verdadeiro pretérito-presente, uma vez que, em relação ao instante da narrativa, configura uma ação concomitante, ou melhor, de um sujeito que “ainda vive para cantar”.

Idêntica à oposição aspectual das formas do pretérito se manifesta a relação das formas nominais do gerúndio e do participio. A oposição não-duração/duração (ou conclusivo/não-conclusivo) ressurgiu então nas linhas 36/37, com as formas *angustiado/achando*, tal como ocorrera antes entre perfeito e imperfeito. Já as formas de infinitivo, isoladas, tais como *sofrer* (L.14), *aumentar* (L.15) e *recolher* (L.39), são neutras, quanto àquela oposição aspectual, mais servindo a uma visão geral e prospectiva. A sua junção com uma forma finita pode constituir uma construção perifrástica, em que ambos os verbos servem em conjunto a determinados valores, modais, aspectuais ou temporais (1).

Do texto em questão — agora também envolvendo a parte dialogada — vale destacar as seqüências das formas finitas do verbo *ir* com o infinitivo: *vai ver* (L.8), *vou matar* (L.10/11), *ia praticar* (L.22) e *foi ajeitar* (L.47). Confrontando as duas primeiras, verificamos que, se em *vou matar* a perífrase contribui para marcar o tempo futuro da ação de *matar*, o faz com outra noção temporal, de proximidade, e com a nuance modal da certeza do personagem que fala, idéias que não se perceberiam com a forma simples do futuro do verbo principal, mais eventual, mais imprecisa. Há que distinguir, pois, o valor temporal e o valor modal dentro da mesma construção. Já em “*vai ver* que nem reparou nele”, a construção perifrástica se gramaticalizou mais, a ponto de ambas as formas verbais terem contribuído para

uma terceira idéia, a da probabilidade, levando o todo verbal ao valor adverbial de uma expressão de dúvida. Esta implicação modal resulta, portanto, da fusão das duas formas, naturalmente no contexto em que se situam. Diferente será o significado do mesmo sintagma verbal neste outro contexto: “Se hoje for ao cinema, você *vai ver* um filme de mistério”, em que a perífrase passa a ter os valores acima apontados para *vou matar* do texto em análise, emprego aliás mais comum da estrutura em discussão.

Por outro lado, a mesma perífrase, flexionada, a forma finita para o imperfeito, traduz valores diversos. Em *ia praticar* (L.22) a prospecção da forma infinitiva, situando-se o todo perifrástico no passado, coloca em destaque o valor iminente da ação, que estaria menos nítido com a forma *praticaria*. Há casos em que o contexto praticamente anula o valor do futuro, porque a ação não chega a ser cumprida e acaba por ficar apenas o valor da iminência, pertencente também à categoria temporal. É o que ocorre no exemplo: “Ele *ia matar* o pássaro, mas a ave fugiu-lhe das mãos.”

No último sintagma com o verbo *ir* e infinitivo (*foi ajeitar* — L.47) surpreende-se o caráter inceptivo da construção perifrástica. A ação de *ajeitar a lata do lixo* ficou no seu princípio — denotado a partir da junção do verbo *ir*, no perfeito, com o infinitivo — porque a interrompeu a bicada do pássaro. Curioso observar, ainda, que a sua estrutura frásica se conduz, em período coordenado, como se fosse subordinada temporal da oração seguinte.

Com a composição do gerúndio, o texto apresenta dois tipos diferentes de construção verbal: *estava precisando* (L.53), e *ficara rodando* (L.15), em cuja oposição podemos agora deixar de lado os morfemas de imperfeito e mais-que-perfeito do auxiliar, já tratados antes, para observar simplesmente a integração da primeira com a segunda forma dentro de cada sintagma. Servindo ao caráter cursi-

vo, ambas as perífrases o fazem de forma diversa, ou melhor, enquanto a construção com *estar* denota totalmente a idéia durativa, constituindo-se aliás como perífrase típica para esse valor aspectual, a construção com *ficar*, além da expressão da duração, coloca no espírito do leitor a referência a uma situação anterior. Ou dito de outra forma, traduz em geral o efeito de uma causa que representa o seu princípio, no caso do texto a atitude que o "sacrificador" tivera em relação ao pássaro. Isso é suficiente para revelar que uma perífrase com *estar mais gerúndio* é uma estrutura não-marcada em relação a de *ficar mais gerúndio*, que tem a marca que apontamos. O mesmo acontece na relação da primeira com outras perífrases cursivas de gerúndio, com os auxiliares *andar*, *continuar*, *vir* etc. (COSERIU, E. — apud 1, p. 85), sendo mais fácil a de *estar* substituir a qualquer uma das demais do que o fato recíproco.

Ainda pensando em construção perifrástica, pode-se destacar da linha 38 do texto a frase "As pessoas da casa *não quiseram aproximar-se* do cadáver", menos para evidenciar o valor modal da volição do conjunto *querer mais infinitivo*, mais para chamar a atenção para a incidência da partícula de negação. Se se interpreta, como parece razoável, que as pessoas "tiveram o desejo de não se aproximar do cadáver", então estamos diante da volição (querer) da expressão negativa (não se aproximar) e não da negação da volição, a incidência do *não* ocorrendo sobre o segundo verbo. O mesmo não se poderia interpretar em "Pedro *não quer convencê-lo* agora sobre o contrato, pretende apenas cumprimentá-lo", em que a incidência da negativa parece mais sobre o auxiliar, configurando-se então a negação da volição. Essas especulações, todavia, em língua portuguesa, ficam apenas a nível de interpretação semântica, uma vez que a estrutura sintática para ambos os casos é a mesma: negação mais querer e infinitivo.

Continuando na parte dialogada do texto, cabe observar as variações do emprego da forma do presente do indicativo. Nas linhas 6 (Todos *somos* muito ligados a ele) e 24 (esse *está* mesmo na última lona...) as formas de presente traduzem de fato a noção presente, ou seja, aquilo que realmente está acontecendo no momento da fala do interlocutor. Outra situação é a das formas presentes das linhas 4 (Você *compreende*) e 20 (*Vai*, meu bem). No primeiro caso o marido ainda não compreendeu o que a família resolvera, tanto assim que protesta entre as linhas 10 e 12, e no segundo caso ainda não chegou a ir "cuidar" do pássaro, o que vai acontecer entre as linhas 29 e 35. Em ambos os casos, por conseguinte, a forma do presente não traduz a ação concomitante ao momento de quem fala. Em "Você *compreende*" existe um valor modal, o da possibilidade, a dominar o sintagma verbal, afastando-o de seu emprego temporal. Em "Vai, meu bem", evidencia-se ao leitor o valor de imperativo, do pedido feito "com doçura", em propósito de convencimento com forma sucedânea das anteriores "Seja bom, vá." (L.15). A oposição das formas do texto põe em relevo a diferença da utilização delas, ficando para o coloquial presente do indicativo, no uso imperativo, a idéia da menor distância entre os interlocutores e, em consequência, da maior possibilidade de aceitação do pedido que se faz.

O processo de deslocamento do uso da forma do presente do indicativo envolve no texto, também, os diversos usos da expressão *é que*, na linha 2 dando suporte ao sujeito de um futuro do pretérito, na linha 10 a um circunstante de um futuro do presente perifrástico e na linha 43 ao sujeito de um imperfeito do indicativo. Foge então o verbo *ser* do seu valor de presente, para formar uma construção petrificada, desnecessária à estrutura básica da frase e que serve à língua apenas para dar ênfase ao elemento com que se relaciona. O mesmo emprego enfático ocorre com o verbo

ser da linha 53 (era), aqui porém flexionado no imperfeito, por conformidade com o sintagma verbal da frase (estava precisando). Já na linha 24 o desvio de emprego corresponde a um deslocamento de classe gramatical, porquanto a forma do presente “é” aí aparece com nítido valor de advérbio de afirmação.

Observando-se por conseguinte que a estrutura básica do verbo envolve, em termos temporais, a oposição passado-presente-futuro (no texto: ...*tirou* o canário para fora...-L.29; *Você é* diferente, L. 7; Assim ele não *sentirá* o horror da coisa — L.28) e considera, dentro do pretérito, as oposições temporal e aspectual a que já nos referimos, resta-nos ligeira citação das formas do subjuntivo, as quais não revelam, como bem explica G. Guillaume com o seu eixo da cronogênese (6), a precisão de noções temporais, servindo mais à expressão de valores modais. Como mostra de rendimento reduzido, no texto em análise o subjuntivo é representado autenticamente apenas pela forma do pretérito imperfeito *despertasse*, da linha 40,

já que *tragam*, da linha 27, e *seja*, da linha 15, apresentam nítido valor imperativo. E note-se, a respeito de *despertasse*, que a idéia de tempo que aí prevalece, dentro da oração final em que se encontra, configura o *despertar* mais como ação futura em relação a “recolher a gaiola”, tal como faria a forma prospectiva do infinitivo, que aliás aparece no período seguinte (...para sepultar o corpo — L.42). O mesmo se pode ver na frase “Espero que faça uma boa viagem”, em que o presente do subjuntivo representa uma ação prospectiva, tomando-se como ponto de referência o momento da fala (2, p. 991-2).

Em suma, a estrutura básica verbal portuguesa está quase toda contida no texto analisado, tornando-se evidente que não será preciso recorrer a textos muito longos para o ensino de seu domínio fundamental. Importante, porém, é que, por menor que seja o texto, sempre se leve em conta o papel da forma verbal no contexto em que se situa, como elemento lingüístico de maior força dentro da estrutura da frase.

ALMEIDA, J. de — The verb and the structure of the discourse. *Alfa*, São Paulo, 27: 23-27, 1983.

ABSTRACT: *This paper analyses the structure of the Portuguese verb, in Carlos Drummond de Andrade's narrative "Caso de Canário". We try to demonstrate the significance of the context for the specification of the different values implied by this grammatical category, given its wide range of relations in the text.*

KEY-WORDS: *Text analysis; verb relations; tense; aspect and mode; past tense structure.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, J. de — *Introdução ao estudo das perifrases verbais de infinitivo*. São Paulo, ILHPA, Hucitec, 1980.
2. CÂMARA Jr., J.M. — *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes, 1970.
3. CASTILHO, A. T. de — *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*. Marília, FFCLM, 1968.
4. DUBOIS-CHARLIER, F. — *Bases de análise lingüística*. Trad. e adapt. João A. Peres. Coimbra, Livr. Almedina, 1977.
5. GENOUVRIER, E. & PEYTARD, J. — *Lingüística e ensino do português*. Trad. e adapt. R. Ilari. Coimbra, Livr. Almedina, 1974.
6. GUILLAUME, G. — La représentation du temps dans la langue française. *Le Français Moderne*, 19:29-41, 81-133, 1951.
7. KURY, A. da G. — *Lições de análise sintática*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, s.d.
8. LUFT, C. P. — *Moderna gramática brasileira*. 4. ed. Porto Alegre, Globo, 1981.
9. POTTIER, B. *et alii* — *Estruturas lingüísticas do português*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, s.d.

EM TORNO DO VOCÁBULO DA MANDIOCA: SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DE UM CAMPO CONCEITUAL

Maria Angélica Nogueira Pimentel FONSECA *

RESUMO: Neste artigo estuda-se o vocabulário utilizado pelos lavradores, referente à cultura da mandioca. Baseia-se numa pesquisa dialetológica, realizada no Município de Cândido Mota, São Paulo, um dos maiores produtores de mandioca do Brasil. O vocabulário refere-se ao preparo da terra e da rama, ao plantio e à colheita.

UNITERMOS: Mandioca; vocabulário; campo conceitual; dialetologia.

INTRODUÇÃO

Ao estudar-se uma atividade de determinada região — o cultivo da mandioca, por exemplo — penetra-se numa parte do universo cultural do povo que a habita. A via de acesso a esse universo é a língua, que o reflete por meio de vocábulos e expressões. O vocabulário relativo a tal atividade prende-se às raízes culturais do grupo social: à sua história, às suas lendas e tradições, a seu saber acumulado ao longo de gerações.

De novembro de 1981 a janeiro de 1982, realizei, no município de Cândido Mota, São Paulo, um inquérito lingüístico junto a lavradores que se dedicam ao cultivo da mandioca. Este artigo dá conta de uma parte dessa pesquisa.

O levantamento, organização e apresentação do material baseiam-se nas orientações teóricas de Paiva Boléo (2, 3), de Zdeněk Hampejs (12), de Nelson Rossi (16), bem como nos trabalhos práticos sobre a cultura da vinha (6), a da cana-de-

açúcar, (5, 11), sobre o vocabulário do carro de boi (17), do cavalo (18), e no artigo de Serafina T. B. do Amaral (1).

Os questionários foram aplicados, durante as entrevistas com os lavradores, em seus sítios. As palavras foram registradas tal como percebidas, no momento da entrevista sem preocupação com a grafia corrente, conforme aconselha Serafim da Silva Neto (*apud* 12, p. 20, n. 54).

Com base em duas entrevistas prévias, feitas com L.O., informante principal, foi organizado um questionário inicial de cinquenta perguntas sobre o preparo do solo, tipos de mandioca, rama, plantação, colheita. Depois de entrevistar novos informantes, percebeu-se a necessidade de inclusão de perguntas a respeito da armação da carpideira e da carroça. Foram acrescentadas mais trinta e três perguntas que abrangem: a) — A Mandioca: preparo do solo; tipos de mandioca e seus subprodutos; a rama; o plantio; a planta: desenvolvimento e cuidados; a colheita. b) — Instrumentos de trabalho:

* Departamento de Lingüística e Língua Portuguesa — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19.800 — Assis — SP.

ferramentas, o arado e equipamentos do animal de tração. c) — A carroça: meio para transportar a rama ou a mandioca*.

Este artigo limita-se ao item I do inquérito e apresenta as seguintes etapas: 1 — caracterização do lugar; 2 — dados sobre os informantes; 3 — algumas características da variedade lingüística dos informantes; 4 — a cultura da mandioca; 5 — glossário dos termos especificamente ligados à cultura da mandioca.

1. O Município

Cândido Mota, sede do Município, é uma próspera cidade da Média Sorocabana, situada no Vale do Paranapanema. Conta com 12.971 habitantes na área urbana e com 6.833 na zona rural**, distribuídos pelos distritos de Frutal do Campo, Santo Antônio do Paranapanema e Alexandria.

O Município, todo ele de férteis terras roxas, cobre uma área de cinquenta e oito mil hectares*** e situa-se numa região colonizada entre os anos de 1881 e 1920 (18). Desse total, vinte e cinco mil alqueires**** são ocupados por plantações de trigo, soja, mandioca, amendoim, milho, arroz, cana, café, algodão. As três primeiras ocupam a maior extensão. Observa-se que a soja e o trigo cobrem mais ou menos a mesma área, uma vez que é comum constituírem lavouras consorciadas.

A área rural é predominantemente formada por pequenas propriedades, cultivadas pelos próprios proprietários e suas famílias. É exíguo o número de arrendatários****.

2. Os informantes

Dentre esses lavradores, que vivem do amanhã de suas próprias terras, dez

foram tomados como informantes, todos do sexo masculino pois, embora mulheres e crianças também participem desse trabalho, os dados pesquisados poderiam ser menos completos, devido ao seu comportamento arreado e reticente, provavelmente determinado pela própria condição imposta pela estrutura social.

Os informantes nasceram e sempre viveram na região de Cândido Mota. Suas idades variam entre 30 a 74 anos, assim distribuídas: quatro informantes de 30 a 40 anos; três de cinquenta a sessenta anos; dois com mais de sessenta, e um com setenta e quatro anos.

Seis dos informantes são analfabetos e quatro, semi-analfabetos (os da faixa de 30 a 40 anos). Dentre eles, cumpre destacar L.O., informante principal, pelo seu interesse, vivacidade e espírito de colaboração.

3. Variedade lingüística da região

Como esta pesquisa está voltada para o registro do vocabulário relativo à mandioca, serão dadas apenas informações sumárias colhidas como matéria subsidiária à pesquisa e referentes a certas peculiaridades fonéticas e morfológicas.

O que chama logo a atenção do observador, é que os habitantes de Cândido Mota se dizem *Candomotenses* pois são de *Cando-Mota*. A haplologia é um fenômeno generalizado na língua, mas bastante diluído. Na região em que se faz este estudo, tal fenômeno se destaca, pela justificada freqüência com que as expressões são usadas, e que parecem contaminar outros sintagmas como *mandiocatarinense* por *mandioca catarinense*, *sorvê de coco* por *sorvete de coco*.

* Só depois de concluído o trabalho é que tive conhecimento do questionário sobre a cultura da mandioca, inserido no *Atlas Lingüístico da Paraíba* de Maria do Socorro da Silva.

** Cf. censo de 80.

*** Fonte: Prefeitura Municipal.

**** Fonte: Sindicato dos Proprietários Rurais de Cândido Mota

Principalmente na posição final de sílaba interna, predomina o *r* retroflexo ou *caipira* (*carpi*, *carpideira*). Nas terminações de infinitivo, o *r* é invariavelmente obliterado: *fazê*, *coiê*, etc, por *fazer*, *colher*.

O *l* só é articulado com nitidez, quando é intervocálico. Em final de sílaba ou nos encontros consonantais, dá-se o rotacismo (*arquer*, *prantá*, etc. por *alqueire*, *plantar*). Nesse dialeto observa-se a iodização de [λ], como em *coiê*, *foia*, por *colher*, *folha*.

A constrictiva [s] tende a um som palatalizado: *nachê* por *nascer*, *chítio* por *sítio*, *rocha* por *roça*, *paxto* por *pasto*, etc. ou não é pronunciada em certas palavras como *memo* por *mesmo*, *trei* por *três*.

Na organização das frases, percebe-se que os verbos se apresentam com duas formas: a primeira pessoa do singular (*eu pranto*) e a outra corresponde às demais pessoas (*ele pranta*, *nóis pranta*, *eles pranta*). O morfema de plural, no sintagma nominal, não é redundante; em geral, a marca de plural só aparece no artigo (*as mandioca mansa*).

4. A cultura da mandioca

Segundo Câmara Cascudo, Caminha e os primeiros cronistas quando descreveram uma certa raiz equivocaram-se ao dar-lhe o nome de *inhame*. Para o A., tratava-se da mandioca, uma vez que o inhame só posteriormente foi introduzido no Brasil, vindo de Cabo Verde (9, p. 82). Ele levanta a hipótese de que a mandioca teria aparecido originariamente na bacia amazônica, cultivada pelos aruacas, difundida no litoral pelos tupis e no interior por outras tribos (9, *passim*).

Trata-se de uma cultura ainda hoje muito disseminada por várias razões: pela facilidade de trato e adaptação a vários tipos de solo, e por produzir a farinha, conhecida como *de guerra* ou *farinha de pau*, popularmente considerada como fonte de força e resistência desde os primeiros colonos (9, p. 94). Sobre sua importância na alimentação atual do povo, afirma Eloísa de Carvalho:

A farinha de mandioca tem sido e continua a ser a base da alimentação de grande proporção de brasileiros, como foi outrora a companheira inseparável do gentio — a farinha de guerra — no seu perene nomadismo pelo interior do continente. (8, p. 157).

O cultivo da mandioca, em Cândido Mota, data do povoamento da região. Sua produção aumentou à medida que se intensificou sua industrialização, em fins da década de trinta. As primeiras indústrias surgiram em 1935/36*. Hoje perfazem um total de onze entre indústrias de farinha e amido (tipo de ração para animais). Atualmente, a farinha, sobretudo, é comercializada só no mercado interno, nos grandes centros (Brasília, São Paulo, Rio).

Segundo os informantes, há dois tipos de mandioca: a *mandioca brava* (para eles é a catarinense), que é consumida sob a forma de farinha, e a *mandioca mansa* (para eles, as demais variedades) que se consome frita, em sopas, massas de bolos, pão, nhoque, etc.**

As tradicionais técnicas caseiras de produzir o *polvilho*, a *farinha d'água*, o *amido*, desapareceram e, com elas, os utensílios utilizados para o seu fabrico. O próprio *biscoito de polvilho*, tradicional-

* Fonte: Prefeitura Municipal de Cândido Mota.

** "A mandioca cultivada entre nós pertence a dois tipos já bem conhecidos, o das mandiocas bravas ou venenosas (*Manihot utilissima Pohl*), e o das mandiocas mansas (*Manihot dulcis Gmuh*) vulgarmente conhecidas como aipim ou macaxera. A mandioca brava ou venenosa é aquela da qual se faz a farinha, depois de retirado o "veneno", isto é, o ácido cianídrico, enquanto a variedade aipim é a usualmente consumida após o processo de cozimento". (Eloísa de Carvalho, 7, p. 207).

mente feito em casa, é hoje industrializado.

A mandioca, nessa região, é, geralmente, plantada nas partes altas, nas *terras menos fortes* ou *médias*, como dizem os informantes. A terra começa a ser preparada para o plantio, geralmente a partir de junho. Limpado o terreno, a terra é tombada por arado, carpideira (de tração animal) ou por trator. O sulco, onde vai ser plantada a rama, é feito com o riscador (bico que se coloca na armação de carpideira). Se a lavoura é extensa, ou o lavrador compra o trator que ele mesmo opera (entre os dez informantes, apenas um possui trator), ou contrata os serviços de tombamento*, e gradeação de alguns proprietários de trator.

A *rama*, *muda* ou *semente* da mandioca começa a ser preparada a partir do mês de abril com a caída das folhas (da *ramada*, da *galhada*), em fins do outono. Com o *folhão*, o lavrador corta a rama (o caule) um palmo acima da terra até as *forquilhas*. Essa rama é transportada por carroça ou pelo lavrador que a leva enfiada às costas, até o local destinado, onde permanece empilhada como lenha, coberta de capim ou de palha de arroz até o plantio. A cobertura a protege contra o sol ou a geada.

No fim do inverno (entre julho e setembro), *riscada* a terra, isto é, feito o sulco com o *riscador*, a rama é levada ao campo de plantio, onde é picada. No ato de picar, o lavrador tem que observar se a rama está sadia e deve cortar pedaços que tenham de três a cinco olhinhos, para a brota. Transportadas em jacás ou sacos amarrados à cintura, a rama picada é jogada num risco de 10 a 15 cm de profundidade, a uma distância de 50 a 70 cm uma da outra (marcada pelo passo). Enquanto

um grupo pica a rama, outro a joga no risco, outro vem atrás e, com o pé, cobre a rama de terra. Técnica simples, que, segundo os informantes, é a que dá melhor rendimento. Entretanto, ela só é possível em pequenas propriedades. A carpideira com chapa ou o trator podem fazer esse trabalho mas *pisam a terra e estragam a plantação*.

Depois de dez a quinze dias, saem os brotinhos, geralmente três (fase da *brotta*). A partir de dez meses a mandioca está boa para ser colhida, mas só alcança seu melhor rendimento, entre dezoito e vinte e quatro meses.

Durante o desenvolvimento das plantas, ocorrem as *carpas* (fase de *limpa*), geralmente três, em que o mato é removido com a chapa da carpideira, passando pela *rua*, e, com a enxada, junto aos pés. Nesse período costumam aparecer as pragas; mandarová, chamado também *bigato* na área pesquisada; a *broca* é uma doença conhecida como *água morna*.

Antes da *arrancação*, que, como se disse, ocorre, vinte e quatro meses após o plantio, a rama é roçada (cortada) e guardada para o novo plantio. Os pés são então arrancados, manualmente e transportados para os locais em que formarão as *bandeiras*. Aí, com o *folhão*, a mandioca é *destocada* ou *despincada* e amontoada, formando as *bandeiras*, de onde caminhões a transportam até as fábricas.

Na época do plantio e da *arrancação* os lavradores continuam *trocar dias de serviço* entre parentes e vizinhos; não se usa o termo *mutirão*.

5. Glossário**

Água morna** s.f. Doença que, no verão, ataca o mandiocal; murcheira.

* Os dicionários consultados não registram *tombar*, *tombamento* na acepção de *lavar a terra, revolvê-la*, comumente usados em diferentes regiões de São Paulo (Cf. 10 e 13).

** Os verbetes serão acompanhados de um asterisco para as palavras dicionarizadas com o mesmo significado encontrado na pesquisa; com dois, para as dicionarizadas com significado diferente; com três, as palavras não registradas nos dicionários consultados.

- As folhas murcham, caem e o pé de mandioca seca.
- Amarelinha**** (*maréinha*) — adj. ou subst. Variedade de mandioca *mansa*, de cor amarela ou que se torna amarela depois de cozida. Há dois tipos: de rama verde e de rama amarela.
- Amido*** (*amidu*) — s.m. Resíduo branco obtido com a decantação da água com que se lava a massa da mandioca, depois de esta ter permanecido imersa durante 5 a 8 dias. Na região pesquisada só é utilizado para ração de animais.
- Aradura**** (*aiadura, alhadura*) — s.f. Nome dado ao pedaço de rama que se destina ao plantio.
- Arder*** (*ardê*) — v. intrans. perder-se a rama, estragar, tornando-se imprestável para o plantio.
- Ardida*** — Participio de arder: rama ardida.
- Arrançamento***** — s.f. Ato de arrancar a mandioca.
- Azular**** (*azulá*) — v. intr. Diz-se que a mandioca azulou quando, depois de ficar alguns dias na bandeira, deteriora-se tomando uma cor azulada.
- Bandeira*** (*bandera*) — s.f. Monte de mandioca, feito no campo, pronta para ser transportada para as fábricas.
- Barba de mandioca*** — s.f. Radicelas que se formam na mandioca; raizinhas.
- Bigato***** — s.m. Nome dado a lagartas que atacam as folhas, a rama de mandioca. Provavelmente do it. *bigatto*, nome com que, em algumas regiões da Itália, se designa o bicho da seda (19).
- Biju**** — s.m. Farinha de mandioca torrada.
- Birro**** — s.m. Qualquer pedaço de rama, seja destinado ao plantio ou não.
- Brava*** (*braba*) — adj. Usado geralmente para caracterizar a mandioca venenosa e que só serve para a farinha. Na região pesquisada, a variedade correspondente à mandioca braba é a santa-catarina; as demais espécies são conhecidas como mandioca mansa. Os adjs. *bravo/manso* também formam sintagma com o subst. terra: *terra brava* — terreno coberto de mato ou difícil de limpar; *terra mansa* — terreno fácil de limpar ou já limpo.
- Broca*** — s.f. Larva que ataca a rama e/ou a raiz da mandioca.
- Brocada*** — adj. Diz-se da rama ou da raiz atacada pela broca.
- Brota***** — s.f. Fase em que a planta lança rebentos.
- Carpa*** — s.f. Ato de carpir. Um mandiocal necessita de três a cinco carpas.
- Casca**** (de mandioca) — s.f. Parte branca e grossa da raiz que está entre a pele e a massa.
- Catarinense**** — adj. e subst. Variedade de mandioca cujo pé cresce muito; tem poucos galhos, folhas estreitas, compridas e avermelhadas; a raiz é branca; pele mais fina do que a comum (var. a santa-catarina).
- Chuama***** — adj. Variedade de mandioca que para alguns é procedente do Paraná; para outros, de Mato Grosso. Os informantes não souberam precisar suas características.
- Coró*** (*curó*) — s.m. Espécie de besouro que ataca a raiz da mandioca.
- Curtir**** (*curti*) — v. intr. Diz-se da rama *emetrada*, que descansa para enxugar o leite, antes de ser plantada.
- Despinicar*** (*dispinicá*) — v. trans. Separar a mandioca do tronco.

- Destocar** (*destocá*) — v. trans. O mesmo que despincar.
- Emetrar***** (*emetrá*) — v. trans. usado no sintagma *emetrar a rama*: empilhar, como lenha, a rama no terreno.
- Espalhar**** (*espaiá*) — v. trans. Espalhar a rama é o mesmo que semear, plantar. Diz-se também *esparramar*.
- Estrelar**** (*estrelá*) — v. intr. Usado na expressão *a mandioca estrelô*, para significar que as ramas brotaram simultaneamente e sem falhas.
- Falhar*** (*faiá*) — v. intr. Deixar de nascer; não vingar.
- Farinha*** (de mandioca) — s.f. pó produzido da mandioca desmanchada (ralada, lavada e espremida), torrada e peneirada.
- Fitinha**** — adj. Usado na expressão *mandioca fitinha*, variedade de mandioca de pouco desenvolvimento, poucos galhos, folhas finas e estreitas, com raiz e rama fracas e brancas.
- Forquilha** (*forquia*, *furquia*) — s.f. Parte do caule da mandioca a partir de onde começam as ramificações, geralmente três, formando a ramada.
- Garrancho**** — s.m. Nome dado a uma espécie de gavião que combate o *mandorová* ou *bigato*.
- Levar um oito***** — *Levar um oito de oito ruas, de uma quarta*, por exemplo, significa o mesmo que executar a tarefa necessária nas oito ruas ou na quarta: seja riscar, espalhar a rama, roçar ou arrancar mandioca.
- Limpa***** — s.f. O mesmo que carpa, fase em que os lavradores carpem o terreno.
- Mandioca*** — s.f. Designação dada: 1) à raiz (*comer mandioca*, *fritar mandioca*); 2) ao mandiocal (*A mandioca está bonita*); 3) a um único pé de mandioca (*Esta mandioca é tigütera*); 4) ao caule todo ou à parte dele, preparado para o plantio (*Vou plantar mandioca*); 5) às folhas da planta (*O mandorová está comendo a mandioca*); 6) ao tipo da planta (*Esta terra é boa tanto para se plantar milho, como mandioca ou aldogão*).
- Mandioca coqueiro***** (*coquero*) — s.f. Variedade de pé de mandioca de caule alto, em cuja ponta nascem folhas, assemelhando-se a um coqueiro.
- Mandioca palmeira***** (*parmera*) — s.f. O mesmo que mandioca coqueiro.
- Mandioca-pão***** — s.f. Variedade de mandioca vassourinha branca, de casca rosada e folha firme. Essa qualidade fica amarela depois de cozida. O mesmo que mandioca da China ou pão-da-china.
- Mandioca rio-grandense***** — s.f. Variedade de mandioca de casca escura, cor de terra, conhecida como vermelhinha ou roxinha do Rio Grande do Sul (var. mandioca rio-grande-do-sul).
- Mandiocal*** — (*mandiocá*, *mandiocar*) — s.m. plantação de mandioca.
- Mandorová*** (*mandruvá*, *mandaruvá*, *mandorová*, *mandrová* *) — s.m. lagarta que ataca as folhas da mandioca.
- Madura*** — adj. Mandioca madura é a mandioca que está no ponto de ser colhida.
- Maniva*** — s.f. Pedaco de rama, muda de mandioca, *semente*, *birro*: rama picada que vai ser atirada ao risco e da qual nascerá um novo pé de mandioca.
- Mansa*** — adj. Diz-se de toda variedade de mandioca não venenosa.
- Mata-fome*** — s.f. Variedade de mandioca tipo vassourinha, de folha graúda, larga e clara.

- Medidor** — s.m. Nome que se dá a várias espécies de lagartas que atacam o mandiocal; o nome vem do seu modo de caminhar; avança encolhendo-se para progredir ao esticar-se.
- Murcheira*** (*muchera*) — s.f. O mesmo que *água morna*.
- Nascer bem** (*naschê bem*) — v. intr. Diz-se quando toda a mandioca plantada numa área brota ao mesmo tempo.
- Nervo** (*nervu*) — s.m. Fibra no interior da mandioca, dura, resistente, que é extraída quando se faz a farinha.
- Nozinho** (*nozinhu*) — s.m. Designação dos pontos da rama de onde saíam os brotos.
- Olhadura** (*oiadura*) — s.f. O mesmo que nozinho.
- Olho** (*ôio*) — s.m. O mesmo que nozinho (mais comumente usado no diminutivo plural *olhinhos*, pronunciado *oinhu*).
- Pão-da-China*** — s.m. O mesmo que mandioca-pão.
- Parelho* (*pareio*) — adj. igual, uniforme. *A mandioca nasceu pareia.*
- Parelhar*** (*pareiá*) — v. intr. Derivado do adj. *parelho*: *a mandioca pareiô*, isto é, desenvolve-se por igual.
- Pau da rama* — s.m. Diz-se da rama grossa e rija que, dentro da terra, já deu origem à nova planta.
- Pavio** — s.m. O mesmo que *nervo*.
- Pele* — s.f. Parte exterior da raiz, que fica em contacto com a terra.
- Picar** (a rama) — v. trans. Preparar a rama para o plantio, cortá-la em pedaços de quinze a vinte centímetros, com três olhinhos, pelo menos.
- Querê-querê** — s.m. O mesmo que medidor. É uma variante de *curu-querê*.
- Raizinha** — s.f. O mesmo que barba da mandioca.
- Rama** — s.f. Parte do pé da mandioca que fica fora da terra; caule que vai ser picado e aproveitado para germinar; *semente*, pedaço de *rama*; *maniva*.
- Ramada* — s.f. Conjunto de galhos e folhas de um pé de mandioca.
- Roxinha** — adj. e subst. Variedade de mandioca cujo pé cresce pouco, possui as folhas arredondadas, curtas e largas. É conhecida também como *vermelhinhas* pelo avermelhado das folhas. Tem sabor meio amargo.
- Sapé** — s.m. Pontinhos ou raizinhas pretas que se formam na massa da raiz da mandioca.
- Semente* — (*samente*) — s.f. O mesmo que *rama*. A semente da mandioca propriamente dita não é aproveitada para o plantio, por demorar para produzir e pela pouca produção.
- Tigüera — adj. Diz-se da planta que nasceu espontaneamente, sem ser semeada: *pé tigüera*, *mandioca tigüera*, *milho tigüera*.
- Toco de mandioca* — s.m. Pedaço da rama que restou no pé e que serve para o lavrador arrancar a mandioca e carregar o pé até as bandeiras.
- Vassourinha branca** (*bassorinha*) — s.f. Variedade de mandioca de folha, rama e raiz esbranquiçadas, nozinhos

FONSECA, M.A.N.P. — Em torno do vocabulário da mandioca: subsídios para o estudo de um campo conceitual. *Alfa*, São Paulo, 27:31-38, 1983.

de rama bem próximos, folhas estreitas e miúdas, muito apreciada e difundida na região.

Vassourinha preta** (*bassorinha*) — s.f.

Variedade de mandioca escura de talo vermelho, cujo pé é baixo. É usada como alimento para animais. Essa variedade está desaparecendo na região.

FONSECA, M.A.N.P. — A propos du vocabulaire du manioc: contribution pour l'étude d'un champ conceptuel. *Alfa*, São Paulo, 27: 31-38, 1983.

RÉSUMÉ: Dans cet article, on présente le vocabulaire utilisé par les planteurs, concernant la culture du manioc. C'est le résultat d'une enquête dialectologique faite dans la commune de Cândido Mota, São Paulo, une des plus grandes productrices de manioc du Brésil. Ce vocabulaire se rapporte à la préparation de la terre et des bouts de fût à planter, à la plantation et à la récolte du manioc.

UNITERMES: Manioc; vocabulaire; champs conceptuel; dialectologie.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMARAL, S.T.B. do — Contribuição para um inquérito lingüístico no litoral do Paraná. *Letras*, n.º 5-6: 157-166, 1956.
2. BOLÉO, M. de P. — *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. Lisboa, Revista de Portugal, 1946.
3. BOLÉO, M. de P. — Estudos de lingüística portuguesa e românica. *Actas Universitates Conimbrigensis*, 1: 3 - 93, 1974.
4. BUNSE, H.A.W. — Algumas notas sobre a pesca num trecho do litoral sul brasileiro. *Revista Brasileira de Filologia*, 4: 37 - 73, 1958.
5. BUNSE, H.A.W. — Terminologia da cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Filologia*, 3: 183-192, dez. 1957.
6. BUNSEN, H.A.W. — *O vinhateiro: estudo etnográfico-lingüístico sobre o colono italiano no R.S.* Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do sul, Instituto Estadual do Livro, 1978.
7. CARVALHO, E. de — O mandiocal. In: FUNDAÇÃO IBGE. *Tipos e aspectos do Brasil*. 9.ed. Rio de Janeiro, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1970. p. 207-209.
8. CARVALHO, E. de — Fabricante de farinha. In: FUNDAÇÃO IBGE. *Tipos e aspectos do Brasil*. 9.ed. Rio de Janeiro, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1970. p. 149-151.
9. CASCUDO, L. da C. — A rainha do Brasil. In: _____. *História da alimentação do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1967. v.1. p. 93-105.
10. FREIRE, L. — *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.
11. GIESE, W. — El proceso de la canã de azucar en Paraíba. *Revista Brasileira de Filologia*, 2: 1-17, 1956.
12. HAMPÉJS, Z. — Los trabajos de geografía lingüística en los países románticos. *Revista Brasileira de Filologia*, 4: 11-136, 1958.
13. HOLANDA FERREIRA, A.B. de — *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
14. HERING, R. Von — *Dicionário dos animais do Brasil*. São Paulo, Universidade de Brasília, 1968.
15. RODRIGUES, A.N. — *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo, Ática, 1974.
16. ROSSI, N. — A dialetologia. *Alfa*, 11: 89-125, 1967.
17. SOUZA, B. J. de — Vocabulário do carro de boi. *Revista Brasileira de Filologia*, 5: 129-208, 1959/60.
18. TRINDADE, A. M. — O léxico do cavalo. *Letras de Hoje*, (41): 7-39, 1980.
19. VOLPI, G. — *Vocabulário della lingua italiana*. Firenze, Barbra, 1945.

A TERMINOLOGIA POLÍTICA NO PERÍODO PRÉ-ELEITORAL *

Ieda Maria ALVES **

RESUMO: A partir de um corpus extraído dos diários paulistas "A Folha de S. Paulo" e "O Estado de São Paulo" no período anterior às eleições de 15.11.82 (15.10 a 14.11.82), descrevemos os aspectos característicos da terminologia política empregada nessa fase pré-eleitoral e as criações neológicas formais e conceptuais.

UNITERMES: Terminologie politique; néologismes formels; néologismes conceptuels.

A terminologia política não é constituída apenas por unidades lexicais restritas à linguagem técnica política. Pelo fato de o discurso político ser constantemente veiculado pela imprensa, escrita e falada os termos políticos passam frequentemente à língua comum ou por ela são influenciados; são também influenciados por outros domínios técnicos e científicos (1, p.906-7; 4, p. 38-9). Assim, não só registramos unidades lexicais pertencentes à terminologia política, como também elementos da língua geral ou relativos a outras terminologias que, empregados sintagmaticamente com um termo político, passam a integrar a terminologia política.

As eleições efetuadas em 15 de novembro de 1982 realizam-se num contexto específico dentro da vida política brasileira. Pela primeira vez, desde a revolução de 31 de março de 1964, o povo brasileiro pôde eleger governadores diretamente. O

bipartidarismo cede lugar a cinco partidos ou ao pluripartidarismo. As leis e as medidas de exceção, minoradas pela política de abertura, tornam o presidente Figueiredo o *pai-fundador da democracia* (F, 11.11.82, p. 2, c. 5) e o ministro Leitão de Abreu o *executante e freio da abertura* (F, 07.11.82, p. 12, c. 5). Essas eleições, ainda que prejudicadas por diversos casuísmos, são consideradas um *exercício da democracia* (F, 07.11.82, p. 10, c. 2), contribuindo para dar ao país um clima de *estabilização democrática* (E, 29.10.82, p. 6, c. 7) e colocá-lo na *trilha institucional* (F, 17.11.82, p. 10, c. 3).

Como consequência da Lei Falcão, que impossibilita os candidatos de divulgarem seus projetos e planos por meio dos veículos de comunicação de massa, uma das características destas eleições consiste na mobilidade dos candidatos. Os ministros do governo desenvolvem uma

* Este trabalho pretende descrever as principais tendências da terminologia política referente ao período imediatamente anterior às eleições de 15 de novembro de 1982 - 15.10 a 14.11.82 - por meio de dois jornais paulistas, "A Folha de S. Paulo" (F) e "O Estado de São Paulo" (E). Nesse período, os referidos diários dedicaram um espaço bastante grande à descrição de debates políticos, comícios, atividades dos candidatos. Nosso corpus compreende todo o material aí publicado a respeito das eleições e das atividades políticas de candidatos de São Paulo e dos demais Estados, durante o período de 15.10 a 14.11.82.

** Departamento de Linguística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19.800 — Assis — SP.

romaria ministerial (F, 12.11.82, p. 2, c. 1) para auxiliar os candidatos do PDS. As viagens eleitorais dos candidatos ao governo de São Paulo, F. Montoro e Luís Inácio Lula da Silva, são chamadas, respectivamente, de *peregrinação eleitoral* (F, 02.11.82, p. 5, c. 2) e de *maratona eleitoral* (F, 02.11.82, p. 4, c. 6). Para divulgar suas campanhas, os candidatos servem-se de diferentes veículos: em São Paulo, F. Montoro utiliza um microônibus, o *Montoro-móvel* (F, 26.10.82, p. 7, c. 1); Lula e Jânio Quadros, outro candidato a governador, servem-se de trios-elétricos, o *Passat-móvel* (F, 17.10.82, p. 8, c. 2) e o *Janião* (E, 23.10.82, p. 6, c. 1); no Rio, o trio-elétrico da campanha do candidato a governador L. Brizola é o *Brizolão* (F, 13.11.82, p. 11, c. 1). Em Minas Gerais, o *Tancredo-móvel* (F, 02.11.82, p. 5, c. 5) é um carrinho de supermercado transformado em tribuna livre durante os comícios do candidato a governador Tancredo Neves. Em Campinas, uma carrocinha com fins eleitorais é chamada *Passatinho* (E, 06.11.82, p. 42, c. 5). Os candidatos distribuem *santinhos* (F, 10.11.82, p. 5, c. 3), folhetos com retrato e atividades realizadas.

Um outro fato caracteriza as eleições de 15.11.82: os espetáculos proporcionados aos eleitores pelos diversos partidos. Além de rápidos comícios, os *comícios-relâmpagos* (F, 02.11.82, p. 5, c. 5), os partidos promovem comícios em forma de espetáculo, com atuação de artistas: são os *comícios-shows* (E, 11.11.82, p. 7, c. 3), o *comício-festa* (E, 31.10.82, p. 2, c. 4), o *comício-espetáculo* (F, 07.11.82, p. 2, c. 2), os *shows político-eleitorais* (F, 09.11.82, p. 6, c. 4). Em São Paulo, o PMDB promove os *PMDB-shows* (F, 17.10.82, p. 9, c. 4) e, em Minas Gerais, moças uniformizadas que promovem a campanha do candidato a governador Eliseu Resende são chamadas *elisetes* (F, 04.11.82, p. 2, c. 1). O candidato petista João B. Breda circula com seu *comitê ululante* (E, 07.11.82, p. 4, c.

3), uma Kombi dotada de tablado e altofalantes na parte superior, em que rapazes com brincos e chapéus vermelhos de abas largas atuam como cabos eleitorais.

Estas eleições apresentam outra peculiaridade: o *voto vinculado* (F, 14.11.82, p. 6, c. 3), segundo o qual o eleitor deve votar somente em candidatos pertencentes ao mesmo partido. Mas o eleitor tem a possibilidade de deixar em branco, na cédula, o espaço reservado para governador, votando nos demais candidatos da chapa — *voto camarão* (F, 31.10.82, p. 8, c. 1). Ao contrário, pode votar apenas em um dos outros elementos da chapa e, caso votar somente no candidato a governador, utilizará o *voto Guariroba* (F, 31.10.82, p. 8, c. 4) — palmito amargo do cerrado de Goiás, útil exclusivamente na parte superior. Alguns políticos opositoristas pregam a utilização do *voto útil* (E, 04.11.82, p. 2, c. 5), ou seja, o voto na legenda opositorista com mais possibilidades de vitória. Tal estratégia é também designado *voto democrático* (E, 04.11.82, p. 2, c. 5), *voto democrático-útil* (E, 30.10.82, p. 4, c. 5), *voto opositorista* (E, 04.11.82, p. 2, c. 5), *voto anti-situacionista* (E, 04.11.82, p. 2, c. 5), *voto antigoverno* (F, 09.11.82, p. 10, c. 2) e, desdenhosamente, *voto covarde* (E, 29.10.82, p. 6, c. 1), *voto medroso* (F, 29.10.82, p. 3, c. 4) e *voto fútil* (F, 13.11.82, p. 2, c. 1). O TRE do Pará pede tropas federais para evitar que em alguns municípios ocorra o *voto cotia* (E, 28.10.82, p. 5, c. 6), caso em que um eleitor vota mais de uma vez. Os candidatos capazes de conseguir eleitores para seu partido por meio de prestígio pessoal são os *puxadores de votos* (F, 09.11.82, p. 7, c. 3). Muitos vinculam seus nomes a candidatos a outros cargos do mesmo partido, fazendo *dobradinhas* (E, 17.10.82, p. 4, c. 6).

A fim de conseguir votos, os candidatos acusam-se de utilizar os meios mais sórdidos: há *chantagem eleitoreira* (E, 10.11.82, p. 7, c. 6), *oportunismo*

eleitoral (F, 02.11.82, p. 6, c. 3), *delinqüência e crime eleitoral* (F, 04.11.82, p. 2, c. 1), (E, 30.10.82, p. 4, c. 3) — impressão de folhetos apócrifos —, distribuição de *brindes eleitores* (F, 24.10.82, p. 12, c. 4) e o feijão subsidiado pelo governo é chamado *feijão da corrupção* (E, 22.10.82, p. 2, c. 4). O PMDB enfatiza a luta contra a *fraude eleitoral* (E, 04.11.82, p. 7, c. 5) e a *corrupção eleitoral* (E, 04.11.82, p. 8, c. 3), ao mesmo tempo em que é acusado pelo PT de promover uma *campanha terrorista* (E, 22.10.82, p. 4, c. 4) e de instaurar o *terrorismo eleitoral* (E, 21.10.82, p. 4, c. 2). A distribuição de cédulas falsas de propaganda, com o objetivo de induzir o eleitor ao erro, constitui um *terrorismo político* (F, 05.11.82, p. 7, c. 1) ou um *estelionato eleitoral* (F, 04.11.82, p. 6, c. 4).

Para antecipar a vitória, o PMDB de Santa Catarina realiza a *chamada da vitória* (E, 28.10.82, p. 62, c. 1), que consiste em levar a Florianópolis um fogo simbolizando a vitória no dia das eleições. Em São Paulo, a caminhada do PMDB pelas ruas da Mooca é apresentada como a *Caravana da Vitória* (E, 22.10.82, p. 4, c. 6). No Rio Grande do Sul, Brizola realiza a *vigília da vitória* (E, 11.11.82, p. 12, c. 1) em Caxias do Sul, sua terra natal. A eventual derrota do PMDB no Rio de Janeiro pode ocasionar a *morte eleitoral* (E, 19.10.82, p. 5, c. 4) do governador carioca Chagas Freitas.

O mesmo referente pode ser designado de diversas maneiras. O governo constitui o *Sistema* (E, 23.10.82, p. 3, c. 5), o *poder central* (F, 07.11.82, p. 10, c. 3), o *regime* (F, 07.11.82, p. 4, c. 2). Seus integrantes são os *detentores do poder* (F, 16.10.82, p. 2, c. 2), os *governistas* (F, 07.11.82, p. 15, c. 1) que manipulam a *máquina governamental* (F, 02.11.82, p. 5, c. 5). O PDS, partido do governo, recebe a denominação *legenda oficial* (F, 15.10.82, p. 6, c. 4) e outras, que têm como base o elemento determinado *partido*:

partido do governo (F, 07.11.82, p. 12, c. 1), *partido do João* (F, 15.10.82, p. 7, c. 1), *partido do presidente da República* (F, 15.10.82, p. 7, c. 1), *partido governista* (E, 05.11.82, p. 5, c. 3), *partido oficialista* (F, 11.11.82, p. 2, c. 1), *partido situacionista* (F, 16.10.82, p. 2, c. 1). Recebe também designações pejorativas, como *governo de malandros* (E, 15.10.82, p. 4, c. 6) e *bando de capachos* (F, 22.10.82, p. 7, c. 5), por parte, respectivamente, do candidato Jânio Quadros e da economista Maria da Conceição Tavares.

Ao PDS opõem-se os quatro demais partidos (PDT, PMDB, PT e PTB). De modo genérico, constituem as *oposições* (E, 07.11.82, p. 2, c. 3), também denominadas por meio dos determinantes *oposicionista - agremiações oposicionistas* (F, 09.11.82, p. 2, c. 4), *bancada oposicionista* (E, 13.11.82, p. 3, c. 3), *frente oposicionista* (F, 05.11.82, p. 6, c. 3), *hostes oposicionistas* (E, 04.11.82, p. 2, c. 5), *partidos oposicionistas* (F, 07.11.82, p. 12, c. 6), *representação oposicionista* (F, 14.11.82, p. 15, c. 5), *setores oposicionistas* (F, 04.11.82, p. 2, c. 5) — e *de oposição - legendas de oposição* (F, 22.10.82, p. 2, c. 4) e *partidos de oposição* (F, 07.11.82, p. 14, c. 4).

O PMDB constitui o *maior partido nacional da oposição* (F, 10.11.82, p. 3, c. 3). Seus partidários consideram-se a *oposição confiável* (E, 21.10.82, p. 5, c. 3), mas são vistos como integrantes de uma *frente conservadora liberal* (F, 17.10.82, p. 6, c. 6) por L. Brizola e alvo das expressões *suínos* (F, 09.11.82, p. 10, c. 2), *máfia do comunismo* (E, 31.10.82, p. 6, c. 5) e *mentirosos* (F, 15.10.82, p. 4, c. 6). Para os petistas, os peemedebistas são *terroristas, ladrões e bandidões* (F, 07.11.82, p. 3, c. 4). Os demais partidos oposicionistas são designados *partidos pequenos* (F, 13.11.82, p. 2, c. 2) ou *pequenos partidos* (F, 15.10.82, p. 4, c. 5).

Tanto quanto os partidos, os candidatos são designados diferentemente. F, Montoro é chamado *jurubeba dos paulistas* (F, 30.10.82, p. 5, c. 6) por um nordestino, por ser essa planta uma espécie de panacéia para todos os males. Seus auxiliares diretos constituem o *grupo montorista* (F, 14.11.82, p. 10, c. 6) ou *montoristas* (F, 31.10.82, p. 2, c. 2), preocupados ao mesmo tempo com a campanha e o futuro governo. Esses elementos autodenominam-se *brigadistas* (F, 31.10.82, p. 6, c. 2), mas como são constituídos por grupos de intelectuais, a casa onde se reúnem é alcunhada por *Sorbonne de campo* (E, 31.10.82, p. 5, c. 1), em alusão à universidade parisiense, e eles são conhecidos por *sorbonnianos* (F, 31.10.82, p. 6, c. 1), *sorbonnards* (F, 31.10.82, p. 2, c. 1), *turma da Sorbonne* (F, 02.11.82, p. 4, c. 4), *pessoal da Sorbonne* (F, 31.10.82, p. 1, c. 3), *intelectuais da Sorbonne* (E, 17.10.82, p. 9, c. 4), *Sorbonne do Montoro* (F, 07.11.82, p. 4, c. 6) ou *grupos de estudos* (F, 02.11.82, p. 4, c. 4). A eles correspondem no Rio, os *luas pretas* (F, 31.10.82, p. 2, c. 1) ou *luas* (F, 31.10.82, p. 10, c. 5), assessores do candidato a governador Miro Teixeira.

Uma única unidade lexical pode designar distintos referentes: durante um incidente envolvendo peemedebistas e petistas em São Paulo, as duas partes acusam-se de *fascistas* (F, 12.11.82, p. 6, c. 3).

Criações Neológicas Formais

Muitos neologismos formais são empregados no *corpus* estudado. Trata-se de siglas, derivados e compostos (2, p. 66-89).

Os únicos elementos compostos por prefixação são formados com o prefixo *anti*, que, unido à base substantiva *governo* e às bases adjetivas

oposicionistas e *situacionista*, compõe os adjetivos *antigoverno* (F, 09.11.82, p. 10, c. 2), *antioposicionistas* (F, 30.10.82, p. 2, c. 2) e *anti-situacionista* (E, 14.11.82, p. 2, c. 5)

As demais formações compostas constituem substantivos e adjetivos. Na formação de unidades lexicais substantivas, o processo mais comum consiste na justaposição de dois substantivos, em que o primeiro atua como determinado: *carta-programa* (F, 07.11.82, p. 14, c. 6), *Estados-chaves* (F, 07.11.82, p. 2, c. 2), *pai-fundador* (F, 11.11.82, p. 2, c. 5), *político-benfeitor* (F, 14.11.82, p. 3, c. 3), *público-eleitor* (F, 31.10.82, p. 10, c. 5). Excepcionalmente o segundo elementos constitui determinado: *social-democracia* (F, 11.11.82, p. 3, c. 3). A base *comício* apresenta-se bastante produtiva e pode funcionar como elemento determinado: *comício-espetáculo* (F, 07.11.82, p. 2, c. 2), *comício-festa* (E, 31.10.82, p. 2, c. 4), *comícios-shows* (E, 11.11.82, p. 7, c. 3) e como determinante: *festa-comício* (E, 13.11.82, p. 5, c. 1), *show-comício* (E, 11.11.82, p. 5, c. 1)*. Substantivos próprios (Montoro, PMDB, Passat e Tancredo) exercem a função de determinados: *Montoro-móvel* (F, 26.10.82, p. 7, c. 1), *PMDB-shows* (F, 17.10.82, p. 9, c. 4), *Passat-móvel* (F, 17.10.82, p. 8, c. 2) e *Tancredo-móvel* (F, 02.11.82, p. 5, c. 5). O neologismo *cabeça-de-chapa* (E, 31.10.82, p. 10, c. 4) resulta da justaposição de substantivo, preposição e substantivo. Observamos também a justaposição de dois adjetivos, que constituem um elemento neológico adjetivo: *democrático-útil* (F, 28.10.82, p. 7, c. 3), *político-eleitoral* (F, 31.10.82, p. 11, c. 5), *político-partidários* (F, 09.11.82, p. 6, c. 4) e *tático-ideológico* (F, 24.10.82, p. 2, c. 1).

Em terminologia política, o sufixo *-ismo*, formador de substantivos, revela-

* No primeiro caso, a ênfase é dada ao comício, seguindo de um espetáculo; no segundo, o elemento enfatizado é a festa ou o show, seguido de um comício.

se o mais produtivo. Caracteriza ideologias e sistemas políticos, formas de ação. No nosso *corpus*, implica a adoção de uma posição: *bifrontismo* (F, 16.10.82, p. 2, c. 1), *clientelismo* (F, 27.10.82, p. 2, c. 2), *coronelismo* (E, 14.11.82, p. 3, c. 3) e uma forma de agir, própria de um candidato: *chaguismo* (F, 31.10.82, p. 10, c. 4) (← *Chagas Freitas*), *malufismo* (F, 07.11.82, p. 8, c. 1) (← *Paulo Maluf*), *mirismo* (F, 24.10.82, p. 2, c. 1) (← *Miro Teixeira*). *-Ista* denota agente, adepto de um sistema ou ideologia e forma substantivos: *brigadistas* (F, 31.10.82, p. 6, c. 2) (← *brigadas*, autodenominação do grupo de estudos de F. Montoro), *malufistas* (E, 14.11.82, p. 15, c. 6) (← *Paulo Maluf*), *montoristas* (F, 31.10.82, p. 2, c. 2) (← *F. Montoro*) e adjetivo: *clientelismo chaguista* (F, 31.10.82, p. 10, c. 5) (← *Chagas Freitas*). *-Or*, indicativo de agente, forma os substantivos *mapeadores* (E, 21.10.82, p. 2, c. 3) e *puxadores* de votos (F, 09.11.82, p. 7, c. 3). Os sufixos *-eiro* e *-ano*, denotativos de profissão, instrumento e de cargo, origem respectivamente, formam os substantivos *boqueiros* (F, 14.11.82, p. 26, c. 3) e *sorbonnianos* (F, 31.10.82, p. 6, c. 1). Os demais sufixos refletem uma intenção pejorativa: *arenoso* (F, 27.10.82, p. 4, c. 5) (← *Arena* + *oso*) define os políticos que passaram do antigo partido Arena para o PMDB; *malufadas* (F, 11.11.82, p. 4, c. 4) (← *P. Maluf* + *ada*) são as ações resultantes da má administração do ex-governador P. Maluf; métodos *fascitóides* e *nazistóides* (E, 21.10.82, p. 4, c. 1) (← *fascista* + *-óide* e ← *nazista* + *-óide*) são atribuídos ao PMDB pelo líder do PDT na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; *gate* atua como elemento sufixal, por analogia com o caso americano Watergate, a fim de caracterizar o episódio em que foi envolvido o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, “o lamentável e vergonhoso

episódio que já foi batizado pela Imprensa de ‘Afifgate’ (E, 27.10.82, p. 5, c. 6); o sufixo diminutivo *-ete* forma *elisetes* (F, 04.11.82, p. 2, c. 1) (← *Eliseu Resende e -ete*), as moças uniformizadas que fazem propagandas do candidato mineiro Eliseu Resende. *

As siglas registradas dizem respeito à abreviação de nomes de partidos: *PDS* (Partido Democrático Social) (E, 12.11.82, p. 5, c. 2), *PDT* (Partido Democrático Trabalhista) (F, 09.11.82, p. 10, c. 2), *PMDB* (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) (E, 31.10.82, p. 6, c. 5), *PP* (Partido Popular) (F, 31.10.82, p. 10, c. 4), *PT* (Partido dos Trabalhadores) (E, 21.10.82, p. 4, c. 1) e *PTB* (Partido Trabalhista Brasileiro) (F, 15.10.82, p. 4, c. 6). Essas siglas dão origem a derivados por meio do sufixo *-ista*: *pedesista* (E, 14.11.82, p. 6, c. 2), *pedetista* (E, 06.11.82, p. 5, c. 1), *peemedebista* (E, 13.11.82, p. 5, c. 1), *petebista* (F, 31.10.82, p. 19, c. 5) e *petista* (F, 12.11.82, p. 6, c. 3).

Criações Neológicas Conceptuais

O *corpus* estudado apresenta neologismos conceptuais ou semânticos. Tal fato ocorre quando o termo passa da língua geral para uma língua técnica, de uma língua técnica para outra, de uma língua técnica para a língua geral ou torna-se polissêmico ou muda de classe gramatical (2, p. 89-95).

Alguns domínios técnicos emprestam seu material lexical à terminologia política. A terminologia religiosa é bastante produtiva para a expressão de opiniões e práticas políticas. F. Montoro efetua uma verdadeira *peregrinação eleitoral* (F, 02.11.82, p. 5, c. 2) para propagar sua campanha e os ministros do governo realizam uma *romaria ministerial* (F,

* Nelly Carvalho (3, p. 95) cita *chacrete* (← *Chacrinha* + *-ete*) e *ferreirete* (← *Ferreira* + *-ete*).

12.11.82, p. 2, C. 1) a importantes centros eleitorais. Durante a *pregação eleitoral* (F, 14.11.82, p. 10, c. 5), os candidatos distribuem *santinhos* (F, 10.11.82, p. 5, c. 3), onde estão impressas suas fotos e planos de governo. Em Juiz de Fora, só um *milagre eleitoral* (F, 07.11.82, p. 2, c. 2) poderá mudar a tendência bastante nítida do eleitorado em favor dos candidatos pedessistas. O dia das eleições é denominado *dia do juízo* (F, 23.10.82, p. 5, c. 5) pelo candidato Luís Inácio Lula.

O empréstimo de termos militares torna a campanha eleitoral uma *guerra cívica* (F, 13.11.82, p. 12, c. 2), em que as *hostes oposicionistas* (E, 04.11.82, p. 2, c. 5) ou a *frente oposicionista* (F, 07.11.82, p. 12, c. 1) lutam entre si e contra o inimigo comum, os candidatos governistas. Cada candidato tem sua *base eleitoral* (E, 14.11.82, p. 16, C. 2) ou *capitania eleitoral* (F, 31.10.82, p. 10, c. 4) e, como conseqüência da Lei Falcão, a única *arma eleitoral* (E, 24.10.82, p. 4, c. 5) de que dispõem para chegar ao eleitorado constituem os comícios e os cartazes de rua. O pres. Figueiredo pede aos brasileiros que votem em candidatos do PDS a fim de que ele "tenha na Assembléia uma *massa de manobra* / . . . / para tornar a nossa Constituição menos redundante e mais objetiva" (E, 15.10.82, p. 2, c. 4). Mas não só a uma guerra se assemelha a campanha eleitoral: por meio de empréstimos a termos esportivos, constitui um *campeonato eleitoral* (F, 17.10.82, p. 2, c. 1), em que os candidatos desenvolvem uma *maratona eleitoral* (F, 02.11.82, p. 4, c. 6) por várias cidades. O pres. Figueiredo, comandante da *luta eleitoral* (E, 12.11.82, p. 5, c. 2) em favor do PDS, pede aos eleitores que liquidem as *agregações oposicionistas* (F, 09.11.82, p. 2, c. 4) não *por pontos*, mas *por nocaute* (F, 12.11.82, p. 10, c. 4). As eleições de 15.11.82 são consideradas um importante *exercício da democracia* (F, 07.11.82, p. 10, c. 2).

Outros termos técnicos são tomados à terminologia econômica: o pagamento de favores recebidos deve ser pago pelos eleitores com *juros eleitorais* (F, 14.11.82, p. 3, c. 3) e o *marketing eleitoral* (F, 26.10.82, p. 5, c. 1) converte os candidatos num produto da melhor estratégia publicitária. Da terminologia musical originam-se *batuta chaguista* (F, 31.10.82, p. 10, c. 4), para indicar o comando do ex-governador carioca Chagas Freitas e *tambor de ressonância* (E, 21.10.82, p. 4, c. 1), que constitui a influência política exercida pelo Estado do Rio de Janeiro. Para lutar contra a *síndrome brizolista* (F, 13.11.82, p. 10, c. 5) (terminologia médica), no Rio de Janeiro, peemedebistas e pedessistas divulgam seus programas partidários. A *safrá eleitoral* (F, 15.10.82, p. 5, c. 1) (terminologia agrícola) consiste no conjunto dos candidatos da atual campanha eleitoral. No Paraná, o candidato pedessista Saul Raiz é um nome de menor *densidade eleitoral* (E, 05.11.82, p. 4, c. 2) (terminologia demográfica) que o candidato peemedebista. Da terminologia da construção originam-se algumas expressões: grupos dominantes da política põem em jogo todo o *arcabouço político eleitoral* (F, 05.11.82, p. 2, c. 2) do governo federal caso se posicionem contra a política de anistia; em Minas Gerais, *canteiro de obras* (F, 17.10.82, p. 3, c. 4) simboliza o dinamismo que os candidatos oposicionistas querem imprimir ao Estado; as *bases* (F, 11.11.82, p. 6, c. 4) constituem as entidades que fundamentam a comunidade política.

A terminologia política recebe influência da língua geral por meio de grupos sintagmáticos neológicos. Numa tentativa de angariar votos para os candidatos situacionistas, o governo federal elaborou uma série de medidas conhecidas como o *pacote de abril* (F, 16.10.82, p. 2, c. 2). O candidato F. Montoro prega o princípio da *democracia participativa* (F, 09.11.82, p. 5, c. 4), em que o regime au-

toritário é substituído pela descentralização. Nessa tentativa, o candidato petista Lula propõe a criação de *Conselhos Populares* (F, 11.11.82, p. 6, c. 4), incumbidos de apresentar soluções para os problemas estaduais.

Por meio da mudança semântica, um termo da língua geral torna-se polissêmico e integra a terminologia política. A metáfora constitui o processo mais comum dessa mudança, utilizada sobretudo para designar candidatos: F. Montoro é o *jurubeba dos paulistas* (F, 30.10.82, p. 5, c. 6) e seus assessores diretos os *anéis intelectuais* do governo (F, 31.10.82, p. 2, c. 2); U. Potiguar autodenomina-se o *biogás do PDS* (E, 29.10.82, p. 8, c. 3); pedetistas acusam os peemedebistas de *suínos* (F, 09.11.82, p. 10, c. 2); *pára-quedistas* (F, 15.10.82, p. 6, c. 4) são candidatos de outros Estados que participam da campanha eleitoral na cidade mineira de Governador Valadares; o prefeito de Niterói, Wellington Moreira, é genro de um *cacique político* (F, 31.10.82, p. 10, c. 5), Amaral Peixoto; os assessores de Miro Teixeira são chamados *luas pretas* (F, 21.10.82, p. 9, c. 3) ou simplesmente *luas* (F, 31.10.82, p. 10, c. 2). Na luta comum travada entre os partidos oposicionistas contra o governo vigente, há o esforço de combater a corrupção, em vista da *despoluição* (F, 15.10.82, p. 2, c. 5) do Brasil, o que o candidato Jânio Quadros denomina *vassourada* (F, 27.10.82, p. 5, c. 1). O movimento de democratização desenvolvido pelas autoridades federais é chamado de *abertura* (F, 07.11.82, p. 12, c. 5) e, ironicamente, de *brecha democrática* (F, 04.11.82, p. 2, c. 5). Cada candidato procura formar seus *currais*, “redutos que reúnem eleitores de sua confiança” (E, 14.11.82, p. 4, c. 5).

A extensão de sentido representa um outro tipo de mudança semântica. Por meio dela, os assessores diretos do candidato Krause, de Pernambuco, são chamados *tupamaros* (E, 31.10.82, p. 6, c. 4); de *fascistas* acusam-se reciprocamente petistas e peemedebistas em São Paulo (F, 12.11.82, p. 6, c. 3); em Sítio das Palmeiras, o PMDB é considerado “a *máfia do comunismo*, sangüinários que só querem espancar e derrubar os pais de família” (E, 31.10.82, p. 6, c. 5).

A sinédoque constitui o processo de mudança semântica empregado em *boca de urna* (F, 14.11.82, p. 26, c. 3), ou seja, a atuação de pessoas que, no dia das eleições, trabalham em prol de um partido para arregimentar eleitores indecisos.

Por meio deste estudo de terminologia política, podemos observar que a campanha eleitoral que antecede as eleições de 15.11.82 revela certas peculiaridades, como o clima festivo durante os comícios, que são acompanhados de shows e festas; a mobilidade do pres. Figueiredo e dos candidatos com o intuito de divulgar a campanha; o voto vinculado e suas implicações. Estes fatos refletem-se na criação de elementos neológicos, formais e conceptuais. Neologismos formais são constituídos por meio de siglas, derivados (sufixos *-ismo*, *-ista*, *-or*, *-eiro*, *-ano*, *-oso*, *-óide* e *-ete*), compostos (prefixos *anti* — e justaposição de dois substantivos, substantivo, preposição, substantivo e de dois adjetivos). Neologismos conceptuais resultam do empréstimo de várias línguas especiais à terminologia política, da criação de grupos sintagmáticos e dos processos de mudanças semânticas, como metáfora, extensão de sentido e sinédoque.

ALVES, I. M. — La terminologie politique pendant la période pré-électorale. *Alfa*, São Paulo, 27:39-46, 1983.

RÉSUMÉ: *Nous essayons de décrire dans cet article les aspects caractéristiques de la terminologie politique utilisée pendant les derniers 30 jours précédant les élections brésiliennes du 15.11.82, ainsi que les néologismes formels et conceptuels les concernant. Le corpus en est constitué par les matières puisées dans les journaux "Folha de S. Paulo" et "Estado de São Paulo" allant du 15.10.82 au 14.11.82.*

UNITERMES: *Terminologie politique; néologismes formels; néologismes conceptuels.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BLOCHWITZ, W. — Le néologisme de sens dans le vocabulaire du français contemporain. In: CONGRESS INTERNATIONAL DE LINGUISTICA SI FILOGIE ROMANICA, 12, Bucuresti, 1970. *Actele*. p. 905-12.
2. BOULANGER, J. C. — Néologie et terminologie. *Néologie en masche*, Montréal, 4: 5-128, 1979.
3. CARVALHO, N. — *Linguagem jornalística: aspectos inovadores*. Recife, Secretaria da Educação de Pernambuco, Associação de Imprensa de Pernambuco, 1983.
4. RUBANGO, N. Y. — Vocabulaire politique de la presse zairoise contemporaine (1959-1965). *Mots*, 3: 35-45, 1981.

A IOTIZAÇÃO DO /-LH-/ SEGUNDO O ATLAS PRÉVIO DOS FALARES BAIANOS

Pedro CARUSO *

RESUMO: O presente trabalho aborda o problema da iotização do /-lh-/, com material colhido no APFB, e tenta mostrar que esse fenômeno, tido como "pan-brasileiro", talvez esteja caminhando para a reconstrução do fonema palatal a partir da faixa litorânea da Bahia.

UNITERMOS: Dialetoлогия; atlas lingüístico; cartas; informante; pontos de rede lingüística.

De 20 a 28 de agosto de 1958, promovido pela Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, realizou-se o Primeiro Simpósio de Filologia Românica, ao qual o Professor Nelson Rossi, da Universidade da Bahia, submeteu a comunicação "A iotização de /-lh-/ em algumas localidades baianas" (1).

O material sobre o qual se baseia esta comunicação pertence à fase mais antiga das pesquisas dialetológicas do Professor Nelson Rossi, na Bahia. O próprio A. o exclui, ao tomar como ponto de partida para a elaboração do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* o ano de 1959 (3, p. 13). É certo, no entanto, que esse material e, principalmente, essas pesquisas preliminares foram utilíssimas como ensaio, treinamento e conhecimento da realidade lingüística baiana.

Um dos fenômenos lingüísticos que mais deve ter chamado inicialmente a

atenção do Professor Nelson Rossi foi o da não-iotização do /-lh-/. O próprio A. se surpreendia com os primeiros resultados de seus inquéritos lingüísticos, chegando mesmo a temer que a escolha dos informantes não tivesse sido feliz. "Até essa data — diz Nelson Rossi — vínhamos considerando as formas não-iotizadas exemplos de *ultracorreção ocasional*" (1, p. 166).

A comunicação, pois, que o A. apresenta, é fruto dessa impressão inicial, dessa surpresa diante de um fenômeno que se acreditava ser "pan-brasileiro" e que a pesquisa de campo não confirmava.

Manuel Alvar, relator da comunicação, é, entre os presentes ao simpósio, o primeiro a manifestar sua grande surpresa diante de "los materiales allegados", pois "ofrecen estos datos que pueden calificarse de sorprendentes: *viente (sic) casos de ll por sólo dos de y*" (1, p. 181).

O impacto que a comunicação cau-

* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19.800 — Assis — SP.

sou pode ser resumido nestas palavras de Antonio Houaiss ao ressaltar “a surpresa que deveria/*m*/estar provocando em todos os estudiosos presentes, sobretudo os brasileiros, os fatos apontados, já que, dentre os chamados traços “pan-brasileiros” do nosso fonetismo dialetal já era lugar comum incluir a iotização do /-lh-”. (1, p. 181).

Essa mesma surpresa, aliada à observação de Antonio Joaquim de Figueiredo de que a “área observada pelo Professor Rossi” parecia “demasiadamente pequena para conclusões definitivas” (1, p. 181), levou-nos a fazer o levantamento das ocorrências de iotização de /-lh-/ nas Cartas do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (2), estendendo assim os 5 pontos

iniciais da comunicação para os atuais 50 do Atlas.

Desse modo, escolhemos 14 cartas. Cartas 4 e 6 para *Arco-íris*, 14 para *Tona d’água*, 22 para *Terra umedecida pela chuva*, 28 para *Sabugo do milho*, 35 para *Peça do aparelho de ralar mandioca*, 50 para *Cinza quente*, 76 para *Olho esbugalhado*, 80 para *Pessoa de pernas arqueadas*, 92 para *Conjuntivite*, 138 para *Boi branco e preto*, 144 para *Sela para mulher*, 145 para *Peça do arreio, que passa pela barriga do animal para segurar a sela ou a carga* e 151 para *Outros tipos de chicote*.

O resultado do levantamento das 288 elocuições é apresentado no Quadro 1.

QUADRO 1 — Iotização e não-iotização do /-lh-/ segundo o APFB.

N.º da Carta	FORMAS	Com -y-	Com -lh-
4	arco da velha arco de velho	15	8
6	olho de boi	1	1
14	olho d’água	0	1
22	sarolha sarolhada ovalhada enchuvalhada	30	14
28	cascabulho	4	2
35	sirrilha	4	2
50	borralho	15	10
76	olho esbugalhado	5	3
80	cangalha borquilha	38	7
92	dordolho	20	17
138	malhado	6	6
144	silhão	9	11
145	silha	37	18
151	bacalhau	1	3
TOTAL		185	103

Este quadro mostra, evidentemente, uma tendência normal para a iotização, em total discordância com os dados levantados pelo Professor Nelson Rossi na referida comunicação. O Quadro 1 mostra, para um total de 288 elocuições, 185 formas com iotização e 103 sem iotização. Isto corresponde a 64,2% de formas com iotização do /-lh-/, contra 35,8% de formas com /-lh-/.

A porcentagem na comunicação de Nelson Rossi giraria, à primeira vista, em

torno de 9% de formas com iotização e 91% de formas sem iotização. Ai está a razão da grande surpresa causada pela comunicação, aliada ao fato de que o seu relator, Manuel Alvar, se refere a “viente (*sic*) casos de *ll* por sólo dos de *y*”.

A discrepância entre os dados percentuais é tão gritante que nos levou a procurar a razão dessa enorme diferença, montando para isso o quadro, abaixo, com os dados da comunicação do Professor Nelson Rossi.

QUADRO 2 — Iotização e não-iotização do /-lh-/ segundo Rossi (1, p. 161-182).

PONTOS	LOCUTORES			
	A		B	
	Com -lh-	Com -y-	Com -lh-	Com -y-
São Vicente	coelho	julho	julho coelho	velho galha
Quaresma	julho	orelha	julho mulher coelho orelha galho galha	
Espianada	coelho	galheiro mulher	julho coelho ovelha	
Gameleira	folha trabalho	trabalho (3 vezes)	julho jóia coelho galha	galheiro galha
Bom Despacho	julho coelho galho (uva) galheiro galho (pau) sobrancelha olho orelha braguilha martelho	galha joelho	milho julho coelho orelha (?) galha sobrancelha olho orelha (?) joelho braguilha presilha	

O Quadro 2 mostrou, logo à primeira vista, que a informação de Manuel Alvar “viente casos de *ll* por sólo dos de *y*” está totalmente errada. Ela se refere apenas ao ponto “Bom Despacho” e não ao total dos dados que aparecem na comunicação. A porcentagem correta é: 75,5% de elocuições com *-lh-* e 24,5% de elocuições com *-y-*.

Ainda assim os dados registrados nos Quadros 1 e 2 revelam-se contraditórios. Qual teria sido a razão dessa discordância? Estaria ela ligada ao fator sexo, já que todos os 10 informantes do Quadro 2 são homens?

A pergunta nem tem a sua razão de ser, já que falta o elemento de comparação neste quadro. Mesmo que se considerem, no entanto, os informantes, homens e mulheres, do Quadro 1, verifica-se que eles não definem em nada a preferência por uma ou por outra realização. O mesmo poderíamos afirmar com relação à idade*.

Restam, no mínimo, mais dois fatores que poderiam talvez explicar esses dados contraditórios entre os dois quadros, um deles, aliás, já esboçado durante os debates do Simpósio, ou seja, o que se refere à área de pesquisa, “demasiadamente pequena”.

Não nos parece no entanto que a área da pesquisa tenha sido muito pequena, pelo contrário, os pontos é que são poucos e mal distribuídos em relação à área pesquisada. Por exemplo, a distância entre Esplanada e os outros pontos é extremamente grande, enquanto estes, São Vicente, Quaresma, Gameleira e Bom Despacho, constituem uma pequena área muito próxima à Feira de Santana.

Outro fator, que nos parece o mais relevante é o que diz respeito aos locuto-

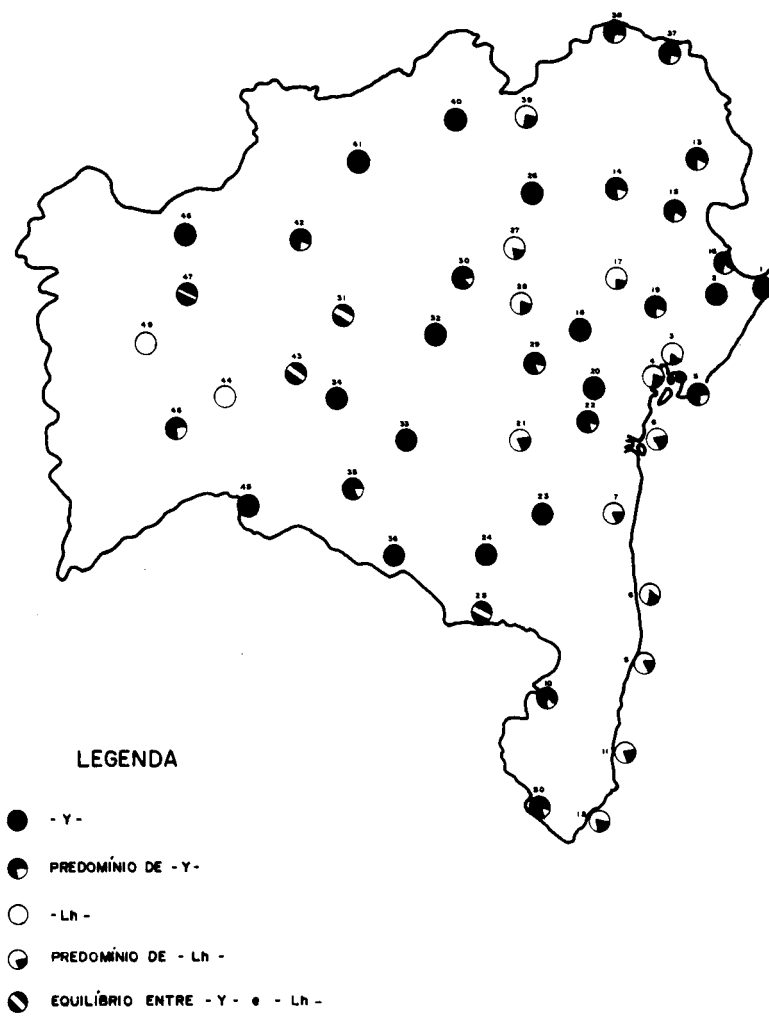
res. No fundo, temos a impressão de que os informantes usaram quase sempre uma linguagem tensa, cuidada. A propósito, é sem dúvida importante o que se diz do informante A de Gameleira, que emitiu *trabalho* com *-lh-* e também “trabalho [com *-y-*] (3 vezes) mas na frase: “quase todo dia trabaçu com ela (pá)” e o que se passa com o informante A de Bom Despacho que emitiu *martelho*, em lugar de *martelo*. Note-se ainda, em Gameleira, a ultracorreção *jolha* para *jóia*, do informante B.

Verificando-se mais uma vez o Quadro 2, vê-se que o ponto “São Vicente” não apresenta nada de estranho, há até equilíbrio entre as diferentes elocuições com *-lh-* e com *-y-*. Já o ponto “Quaresma”, depois de apresentar equilíbrio em A, mostra 6 elocuições com *-lh-* para o informante B, aliás, o único alfaiate do grupo de 10 informantes, formado por lavradores e pedreiros. O ponto “Esplanada” chega quase ao equilíbrio entre o uso ou não da palatal, sendo que o informante A apresenta mais casos de iotização do que de palatização. O ponto “Bom Despacho” é que nos surpreende, até certo limite. O informante A, embora iotize numa proporção mínima, emite um *martelho* que, apesar das ponderações do Professor Nelson Rossi, só pode indicar tensão de linguagem. Quanto ao informante B, ele pode ser perfeitamente enquadrado na área em questão, como se pode verificar no mapa anexo. Ainda assim, teria sido feliz a escolha destes informantes?

Os dados do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* mostram uma outra realidade, até certo ponto contrária às informações colhidas no inquérito preliminar e que motivaram a comunicação do Professor Nelson Rossi.

Facilmente pode-se observar, no ma-

* Os informantes do APFB têm uma média de idade de 49 anos e os da comunicação apresentada por Nelson Rossi 29,6 anos. Embora a diferença seja significativa, a comparação dos dados, levando-se em conta as idades dos informantes, no Quadro 2, não nos diz nada. Respectivamente, temos, em São Vicente, A 36 anos, B 60 anos; em Quaresma, A 18 anos, B 38 anos; em Esplanada, A 18 anos, B 27 anos; em Gameleira, A 26 anos, B 26 anos; em Bom Despacho, A 24 anos, B 23 anos.



Distribuição da iotização ou não-iotização do /-lh-/ segundo o APFB.

pa, uma extensa faixa litorânea, abaixo de Salvador, que entra, a partir daqui, pelo interior do território, faixa essa em que há predomínio da realização palatal. Pode-se ver ainda no mapa que há uma acentuada predominância de pontos em que se registra a iotização, concentrados mais para o interior da Bahia. A realização puramente palatal se resume a 2 únicos pontos na região mais ocidental do território baiano.

Quanto às hipóteses sugeridas por Nelson Rossi, parece-nos que, se está havendo algum processo de reconstrução, isto é, da passagem de /-y-/ para /-lh-/, ele deve estar partindo do litoral e entrando, mais ou menos à altura de Salvador, pelo interior da Bahia.

Os pontos 44 e 49 do mapa, onde se registram apenas elocuições com *-lh-*, são

suspeitos, pois o número de formas da documentação, em que poderia ocorrer o fenômeno, é muito pequeno. Em 44 registrou-se apenas uma forma e em 49 três formas e, nestes dois pontos, em entrevistas com apenas 1 informante. O esperado para estes dois pontos seria um equilíbrio entre as elocuições com /-y-/ e /-lh-/, tal qual acontece nos pontos 31, 43 e 47, passando a formar, desse modo, uma área homogênea. Assim as áreas de iotização estariam sendo comprimidas por uma faixa de palatização que estaria se alargando pelo interior do território. Na verdade, é quase certo estar acontecendo esse processo de reconstrução da palatal, como já o denunciara o professor Nelson Rossi na sua comunicação, embora não se possa ainda precisar, com certeza, que motivos o estariam condicionando.

CARUSO, P. — From /lh/to/y/ according to the "Atlas Prévio dos Falares Baianos". *Alfa*, São Paulo, 27:47-52, 1983.

ABSTRACT: This paper attempts to show how -lh- becomes "iod" based on data found in the APFB. Perhaps this feature, accepted as "pan-brasileiro", is on its way to reconstruct the palatal phoneme starting from the coast of Bahia.

KEY-WORDS: Dialectology; linguistic atlas; charts; informant; linguistics spots.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ROSSI, N. — A iotização de /-lh-/ em algumas localidades baianas. In: SIMPÓSIO DE FILOLOGIA ROMÂNICA, 1.º, Rio de Janeiro, 1970. *Anais*: Rio de Janeiro, MEC, 1970. p. 161-182.
2. ROSSI, N. — *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1963.
3. ROSSI, N. — *Atlas prévio dos falares baianos: introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas*. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1965.

RECURSOS FONOSTILÍSTICOS EM O ATENEU DE RAUL POMPEIA.

Clélia Cândida Abreu Spinardi JUBRAN *

RESUMO: Na primeira parte do artigo, apresentamos um estudo sobre relações fono-semânticas, em que se discutem as relações entre significante e significado nas mensagens referenciais, emotivas e poéticas. Na segunda parte, analisamos trechos da obra *O Ateneu*, com o intuito de mostrar como se manifestam, no nível fônico da mensagem, características do ambiente do internato representado nessa obra de Raul Pompéia.

UNITERMOS: Estilística fônica; contigüidade e similaridade nas relações entre significantes e significado; análise do nível fônico de trechos literários.

RELAÇÕES FONO-SEMÂNTICAS

Este estudo pretende mostrar como se gravam, no nível fônico da mensagem, as características do ambiente do internato representado na obra *O Ateneu*, de Raul Pompéia.

Trata-se de uma abordagem fono-semântica que, pelo fato de colocar em foco a questão do liame estabelecido entre som e sentido, requer algumas considerações iniciais a respeito da natureza do signo lingüístico.

Apontada, por Jakobson (4, p. 98), como um eterno problema para a ciência da linguagem, a conexão entre significante e significado tem sido objeto de investigações, que discutem se a linguagem liga a forma ao conteúdo "por natureza" ou "por convenção".

Dentre os estudiosos que ressaltam a convencionalidade do signo, inclui-se

Saussure. De acordo com a teoria saussureana, o significante vincula-se ao significado por convenção instituída entre os membros de uma comunidade lingüística, sem ser motivado pela idéia que comunica. A constatação do caráter imotivado do signo não encontra objeções nem mesmo em casos como o das onomatopéias, cujo material sonoro, sugerido por ruídos da natureza, faria supor um elo natural entre as duas faces componentes do signo lingüístico. Defendendo a arbitrariedade como princípio diretor da linguagem humana, Saussure rebate possíveis contestações apoiadas na existência de onomatopéias, arrolando argumentos de três ordens. Em primeiro lugar, as onomatopéias, constituindo-se como uma "imitação aproximativa" de ruídos (9, p. 83), são criadas com os sons vocais padronizados da língua — o que lhes atesta um fundo de convenção. Em segundo lugar, o vocábulo formado por efeito imitativo

* Departamento de Lingüística - Instituto de Letras, História e Psicologia - UNESP - 19.800 - Assis - SP.

tende a adquirir os caracteres do signo em geral, na medida em que, integrando-se no léxico de uma língua, passa a comportar-se como as demais palavras, sofrendo alterações fonéticas e morfológicas. Em terceiro lugar, as onomatopéias apresentam-se em número reduzido num léxico, tornando-se de importância secundária.

Corroborando principalmente esta última colocação de Saussure, Bühler desenvolve um ensaio (1, p. 111-132) para demonstrar a não-existência de um campo onomatopáico coerente na linguagem. Para ele, os fatos esporádicos de onomatopéia comprovam apenas que a linguagem é suficientemente tolerante para permitir certas margens de liberdade, admitindo, em suas fronteiras, um processo estranho à sua própria estrutura.

A ocorrência desse processo circunstancial explica-se por uma atitude psicológica do falante, apontada por Bühler como uma sede de realidade concreta, um desejo de reencontrar o contato direto com o real sensível:

“O homem, que aprendeu a ler e a interpretar o universo por meio dos sons, sente bem que o instrumento intermediário constituído pela linguagem e suas leis próprias o afasta da profusão imediata que o olho é capaz de absorver, o ouvido de entender, a mão de pegar. Ele procura por mais de uma vez voltar a essa intuição da realidade sem renunciar, entretanto, à representação pelos sons. A teoria da linguagem deve reconhecer e explicar onde e como esta volta ao sensível pode ser feita, sem que a própria linguagem seja destruída.” (1, p. 113)

Estes apontamentos de Bühler são endossados por Mattoso Câmara, que os explicita, relacionando-os com as funções da linguagem. Se é da função representativa da “*langue*” (na acepção saussureana) que se depreende o princípio de arbi-

triedade do signo lingüístico, há de se levar em conta que os casos de palavras formadas por efeito imitativo não se integram totalmente nessa função, pois se prestam à expressão da emoção nos impulsos de manifestação psíquica e apelo. Isto porque tais palavras apresentam vestígios de uma harmonização resultante de um contato íntimo entre um estado de alma e o objeto de seu estímulo. De onde, conclui Mattoso, ser natural o fato de que, quando “utilizada para a exteriorização psíquica ou para o apelo, transude da língua um esforço para coordenar-se sensorialmente com as coisas que apresenta.” (3, p. 39).

Fica claro, portanto, que, na linguagem referencial, a conexão entre significante e significado repousa em maior grau numa contigüidade instituída convencionalmente, enquanto, no âmbito da expressividade, o signo comporta um componente não-arbitrário na significação, pois a tendência de aproximação sensorial com o objeto significado implica uma certa relação natural. Não se trata de uma anulação da contigüidade, apoiada em regras convencionais, que une as duas faces do signo, mas, como explica Jakobson (4, p. 153), uma relação de similaridade se superpõe à de contigüidade.

Para Peterfalvi (6, p. 72), esse componente não arbitrário dos signos, embora considerado lingüisticamente acessório, exerce papel importante no plano psicológico, e tem sido estudado pela Psicologia sob o nome de “simbolismo fonético”. Um dos propósitos das pesquisas que abordam os signos artificiais, sob esse aspecto, é o de verificar se o homem apreende uma motivação fonética, embora ela esteja ausente de sua língua. Interessado nesse problema, Edward Sapir (8, p. 101-117) fez algumas investigações, recorrendo a agrupamentos de sons destituídos de uma significação determinada na língua dos informantes, para sondar se a matéria fônica, por si só, evocava as noções de tamanho “grande” ou “peque-

no”. Os resultados mostraram-lhe a existência de um simbolismo sonoro latente.

Pesquisas dessa ordem podem atestar um sentimento coletivo que atribui a certos vocábulos a particularidade de refletir, através de sua configuração fônica, a significação que neles se integra, apesar de seu simbolismo puramente referencial, arbitrário. Em *Contribuição à Estilística Portuguesa*, Mattoso Câmara (2, p. 41) afirma que ninguém deixa de sentir o valor expressivo de um grande número de palavras portuguesas como, por exemplo, “rolar”, “clarim”, “luar”, “noturno”. Assim, além da imitação sonora manifestada particularmente pelas onomatopéias, dois outros casos de relacionamento de conjuntos sonoros com os respectivos significados devem ser considerados: a transferência sonora e a correspondência articulatória. No caso da transferência sonora, opera-se um processo sinestésico, pois caracteres sensoriais, exceto os ruídos, transferem-se para os sons lingüísticos: em “luar”, o /a/ expressa a idéia de clareza e brilho. Na correspondência articulatória, como o próprio nome diz, cria-se uma correspondência entre modalidades de movimentos articulatórios e traços significativos: em “rolar” o /r/ e o /l/ correspondem, na sua articulação, à idéia de um movimento contínuo e desimpedido.

Evidentemente as palavras só tornam manifesta uma motivação sonora na medida em que há uma adequação entre efeitos fônicos e carga significativa. Quando a acepção de uma palavra não favorece o efeito latente de seus fonemas, sua massa sonora torna-se inexpressiva. Veja-se, por exemplo, como Mallarmé revela, de um lado, a expressividade de “ombre”, e expressa, de outro lado, uma indignação diante da inexpressividade dos componentes fônicos dos vocábulos “jour” e “nuit” na língua francesa:

“A coté d’*ombre*, opaque, ténèbres se fonce peu; quelle déception, devant la perversité conférant à *jour*

comme à *nuit*, contradictoirement, des timbres obscur ici, là clair.” (5, p. 364)

Mallarmé acreditava, entretanto, que o verso podia “corrigir” esses “defeitos” da língua, resgatando, por procedimentos que lhe são específicos, uma conexão intrínseca entre som e sentido. Com efeito, se na linguagem emotiva o simbolismo fonético é eventual, por se limitar aos casos em que a acepção da palavra vivifica efeitos sonoros latentes, na linguagem poética ele se impõe de forma intensa, pois a paronomásia (entendida num sentido amplo de correlação de som e sentido) torna-se princípio construtivo da mensagem verbal artística.

Em “Poesie et Pensée Abstraite”, Valéry (10, p. 1314-1339) define com propriedade o estatuto de palavra poética, analisando as funções comunicativa e artística da língua. Nos empregos práticos da linguagem, ela se anula, transforma-se em não-linguagem, porque os signos se consomem, uma vez cumprido o fim comunicativo. Nos empregos poéticos a forma física da linguagem assume, por si só, uma tal importância a ponto de se impor - os signos não se consomem, a palavra não é mais meio devorado pelo fim, ela ganha concretude, visto que a significação não dissipa, antes reclama a forma física. Explicitando melhor essa especificidade de linguagem poética, Valéry utiliza a imagem de um pêndulo que oscila entre dois pontos simétricos: a forma (caracteres sensíveis da linguagem) e o fundo (sentido do discurso). Nas manifestações artísticas, o pêndulo, que se movimentou do som em direção ao sentido, volta ao ponto de partida sensível, como se o sentido apreendido “não encontrasse outro termo, outra expressão, outra resposta senão esta música que lhe deu origem” (10, p. 1332).

O princípio essencial do mecanismo poético repousa, portanto, nesse parentesco entre som e sentido, de forma que a matéria componente dos significantes não

é arbitrária em relação aos significados. “Em poesia, qualquer similaridade notável no som é avaliada em função da similaridade e/ou dessemelhança no significado” - diz Jakobson (4, p. 153). Por projetar, de forma acentuada, uma relação de similaridade na de contigüidade que primariamente une significante e significado, a mensagem poética adquire caracteres marcadamente icônicos.

As colocações aqui feitas a respeito do liame estabelecido entre as duas faces do signo lingüístico permitem-nos inferir algumas conclusões. A primeira é de que a conexão som-sentido se baseia, não absolutamente, mas predominantemente, numa contigüidade, estabelecida por regras convencionais. Daí a relevância dada por Saussure à arbitrariedade, como um dos princípios definidores da natureza do signo lingüístico. Não sendo exclusiva a relação de contigüidade, outros tipos de relações podem instaurar-se na associação significante-significado. Destacamos apenas a de similaridade, que nos interessa mais de perto, embora reconheçamos a existência de caracteres indiciais na linguagem. A segunda conclusão, relacionada à primeira, diz respeito às diversidades de hierarquizações das duas espécies de conexão salientadas, o que leva à especificação de diferentes tipos de mensagens. Na linguagem referencial, significante e significado reclamam-se mutuamente em virtude de uma predominância da relação de contigüidade. Na linguagem emotiva, essa contigüidade é conturbada por uma nuance de similaridade, um pouco mais perceptível nos casos reduzidos de onomatopéias e eventualmente notada em vocábulos cuja carga significativa desperta um recurso fônico latente, tornado expressivo pelo fato de harmonizar-se com o significado. Na linguagem poética, a similaridade impõe-se em alto grau sobre a contigüidade, estabelecendo um isomorfismo entre o plano fônico e o semântico.

Tendo salientado a proeminência da adequação entre som e sentido no texto li-

terário, vejamos, a seguir, algumas passagens da obra *O Ateneu*, nas quais o jogo de sons que permeia a mensagem concretiza a carga semântica das palavras, revelando-nos o universo de Aristarco.

A BANDA E O BOMBO: FÓRMULAS SONORAS DO ATENEU

Em *O Ateneu* temos o relato, em primeira pessoa, das experiências vividas por Sérgio, durante dois anos de internato. Sob a ótica do personagem-narrador, é-nos revelado um mundo de brutalidades e discriminações, bastante diferente daquele que o menino de onze anos sonhava encontrar, quando ingressou na escola.

O relacionamento tenso de Sérgio no ambiente agressivo do internato é manifestando através de uma linguagem bastante elaborada, muitas vezes atingindo um ritmo vibrante, que beira o exagero, outras vezes arrefecendo num ritmo de cadência atenuada. É como se a linguagem da obra realizasse a “eloqüência escrita”, de que fala o Professor Claudio, em um de seus discursos no colégio:

“Há ainda na linguagem o ritmo de cada expressão. Quando o sentimento fala, a linguagem não se fragmenta por vocábulos, como nos dicionários. É a emissão de um som prolongado, a crepitar de consoantes, alteando-se ou baixando, conforme o timbre vocal.” (7, p. 125).

Com efeito, o sentimento de desilusão face a um ambiente degradante comanda o tom narrativo, a ponto de os componentes sonoros da mensagem, em alguns trechos, tornarem-se significativos do sarcasmo com que o narrador se volta contra esse ambiente, caricaturando-o.

Destacam-se, entre esses trechos, os que fazem referência ao bombo e à banda, que simbolizam, conforme mostraremos, particularidades do mundo descrito.

Começemos pela caracterização do personagem Rômulo:

“Por amor da regularidade de organização militar, repartiam-se as três centenas de alunos em grupos de trinta, sob o direto comando de um decurião ou vigilante. Os vigilantes eram escolhidos por seleção de aristocracia, asseverava Aristarco. Vigilante era o Malheiro, o herói do trapézio; (...) vigilante Rômulo, mestre cook, por alcunha, uma besta, grandalhão, último na ginástica pela corpulência bamba, último nas aulas, dispensado do Orfeão pela garganta rachada de requinta velha, mas exercendo no colégio, por exceção de saliência na largura chata de sua incapacidade, as complexas e delicadas funções de zabumba da banda. Não sei se este jeito particular para o bombo, fórmula musical de anúncio, não sei se uma célebre herança que Rômulo esperava de afortunados, parentes, verdade é que entre todos fora Rômulo apurado por Aristarco para o invejável privilégio de seu futuro genro.” (7, p.47/48).

“Aristarco deu ordens à banda. A subida recomeçou em festa, um dobrado triunfal rasgou o silêncio das montanhas espavorindo a noite; o bombo de Rômulo trovejou robusto, com imensa admiração da passarada que o espiava metendo o bico à beira dos ninhos, que o cobiçava talvez para genro, aturdindo os ecos com um repente brutal de alvorada.” (7, p.155).

No primeiro texto, os detalhes descritivos do personagem Rômulo são fonicamente marcados. A conformação física avantajada (“grandalhão”), a que corresponde proporcionalmente a falta de capacidade mental (“largura chata da sua incapacidade”), associa-se às dimensões grandes do bombo. E essa similaridade é registrada pelo parentesco sonoro que aproxima os vocábulos “bamba”, “zabumba”, “banda”, “bombo”, pela recorrência da oclusiva sonora [b]e das vo-

gais nasais que se comutam em [ã], [û], [ã] e [õ]. O alarde desses sons representativos da grandeza do instrumento musical casa-se com a imagem corpulenta do personagem (“esse jeito particular para o bombo”) e desencadeia duas outras ordens de associações que indicam, no fundo, caracteres de Aristarco: sua admiração pela possível “robustez” financeira de Rômulo e por tudo quanto possa ser propagação de ostentações (“o bombo, fórmula musical do anúncio”). Eis, a rigor os critérios de “aristocracia” para a seleção da classe privilegiada dos vigilantes.

No segundo texto transcrito, essas conotações são também reiteradas através de um isomorfismo que se estabelece entre os níveis fônico e semântico. O contraste do ritmo militar da banda no silêncio do amanhecer é instaurado pela vivificação de efeitos sonoros virtuais, que condizem com o significado das palavras. De um lado, os sons ruidosos da marcha são expressos em “dobrado triunfal” pela combinação de oclusivas com vibrante (*br* e *tr*), pela nasal [û] que ecoa o troar, fazendo-o em seguida esvair-se na fricção do [f]. Além disso, a impetuosidade com que a marcha começa é manifestada pelo sentido e pelos fonemas de “rasgou”: vibração seguida de sibilância. Rompida pelo estardalhaço da banda, a quietude relacionada à escuridão é indiciada particularmente pelos fonemas nasais de “silêncio”, “montanhas” e “noite”. Nesse quadro, destaca-se o som forte do bombo, através de um acúmulo de recursos fônicos a acompanhar o tom hiperbólico do trecho “o bombo de Rômulo trovejou robusto, (...) aturdindo os ecos com um repente brutal de alvorada”. Fonemas nasais, oclusivos, vibrantes, sibilantes combinam-se aí de forma a tornar sensíveis os traços significativos das palavras que integram. E, nessa aproximação de significantes e significados, mais uma vez se afirmam as correspondências entre o bombo e Rômulo, intensificadas a ponto de se imprimir ao instrumento o detalhe

de robustez do personagem. Num processo de simbiose, eles se complementam, como se o ruído estrondoso do bombo fosse manifestação da corpulência do personagem: “o bombo de Rômulo trovejou robusto”.

Ainda no segundo texto, reaparecem sutilmente aquelas associações vistas na primeira citação, relativas a Aristarco. A referência ao cobiçar Rômulo como gênero, intenção ironicamente transposta para os passarinhos, recoloca a preocupação do diretor com dinheiro e reaviva a sua predileção por ostentações, o que fica implícito na configuração sonora ruidosa do texto.

Assim, uma rede de relações semânticas, tecidas fonicamente, constrói a figura de Rômulo e evoca a de Aristarco. Com efeito, os dados definidores do diretor, aqui prenunciados, constituem os traços fundamentais de seu caráter: exterioridade gritante e encobrir instintos baixos que fazem a sua essência. Preocupado com dinheiro, Aristarco deixa entrever a sua faceta de gerente, aposta à de pedagogo renomado. Como responsável pelo governo financeiro do seu colégio, ele empenha-se em propagá-lo com estardalhaço. Os meios de que se utiliza para conseguir tal objetivo são inúmeros:

“Ateneu era o grande colégio da época. Afamado por um sistema de nutrida reclame, mantido por um diretor que de tempos a tempos reformava o estabelecimento, pintando-o jeitosamente de novidade, como os negociantes que liquidam para recomençar com artigos de última remessa; o Ateneu desde muito tinha consolidado crédito na preferência dos pais, sem levar em conta a simpatia da meninada, a cercar de aclamações o bombo vistoso dos anúncios.” (7, p.7)

Colocando claramente a redução do pedagogo ao negociante, este trecho estabelece a vinculação de duas áreas semânti-

cas, uma centralizada em “bombo”, outra em “anúncio”. O fundamento da aproximação das duas esferas conceituais encontra-se na passagem, já transcrita, em que se apresenta a descrição de Rômulo, onde se lê: “o bombo, forma musical do anúncio”. Relacionando ambos os trechos, observamos que a metáfora do bombo, figura em que se transmuta o personagem Rômulo, deve ser relida em função de novas camadas significativas a ela superpostas. O significado primário de “bombo”, instrumento musical, que, para a configuração de Rômulo, ampliou-se, abarcando os sentidos de corpulência, largura chata, robustez, amplia-se mais ainda, em decorrência da interação com “anúncio”. Uma cadeia associativa faz com que o ruidoso significante “bombo” concretize as funções dos componentes de uma propaganda - atrair a atenção do público, despertar-lhe o interesse, criar-lhe a convicção da grandiosidade do colégio para congregar alunos e, conseqüentemente, manter fortes as finanças do Ateneu. Ao adquirir essas conotações, o “bombo” pode ser visto como alegoria da filosofia reinante no Ateneu, encarnada por Aristarco: promoção de um brilhantismo aparatoso para propagar enfaticamente uma imagem positiva e esconder a pequenez degradante do colégio e do seu diretor.

Norteadas por essa linha de pensamento, a organização do internato revela uma estratificação, em que são privilegiadas as classes que melhor preenchem os atributos de notabilidade aparente. A hierarquização, expressa em muitas passagens da narrativa, é gravada na tessitura do texto abaixo:

“Em um estabelecimento de rumorosa fama como o Ateneu não se podia deixar de incluir no quadro das artes a música de pancadaria.

Passava despercebido o harmonium do Sampaio, religioso e bálbuce. Estimava-se como coisa somenos a rabequinha do Cunha, choramingas

e expressiva, nas mãos do esguio violinista; manhoso o instrumento como uma casa de maternidade, pálido o músico, espichadinho e clorótico; dando ares de graça a linguagem das cravelhas por meio de sons que imitavam a quase afasia timorata e infantil do Cunha, descambando em sínco pes, de vez em quando, estendendo guinchos histéricos de amor vadio, saltitando pizzicatos como as biqueiras de verniz do Cunha, amigo de valsar, ágil no baile como as fitas, as plumas e as evaporadas tules. Considerava-se razoavelmente o piano de Alberto Souto, bochechas largas de maestro em efígie, pianista portento que viera parar ao Ateneu, depois de percorrer a Europa à cata de triunfos, redondo, curto e musical como um cilindro de realejo; (...). Mas a predileção de Aristarco era pela banda, pela pancadaria, grita vibrante dos cobs, fuzilaria das vaquetas, levando gente à janela quando o Ateneu passava, dando rebate à admiração das esquinas, o estrépido das caixas troando à marcha como um eco de combates, furor infrene, irresistível de zabumbada em feira.” (7, p. 143-144).

No primeiro parágrafo, o alarde com que se divulga e se sustenta a fama do colégio é expresso pelo atributo “rumurosa”, tanto no plano do conteúdo, quanto no plano da expressão. Liga-os uma relação de similaridade, assentada na evocação de ruído que parte da recorrência de vibrantes e da escala crescente de níveis de abertura das vogais, iniciada na fechada[u], passando pelos dois graus médios [o] e [ɔ] e terminada na aberta [a]. Uma conexão de similaridade entre significante e significado é perceptível também na palavra “pancadaria” — a explosiva surda [p] simboliza a batida da baqueta no instrumento, que produz o som imediato [ã]. A partir desses dados fônico-semânticos, opera-se uma relação significativa hponímica entre as unidades co-

mentadas, visto que a “música de pancadaria” integra-se na esfera conceitual de “rumorosa fama”, como uma forma, entre outras, de propagação ostensiva do Ateneu.

Os parágrafos seguintes destacam a proeminência que, em virtude das associações estabelecidas no primeiro parágrafo, a banda adquire sobre outros instrumentos musicais, menos ou quase nada alardeantes e, portanto, inexpressivos para cumprir funções comparáveis às dos anúncios. A originalidade do texto está na sua organização, baseada numa hierarquização dos instrumentos, de acordo com a maior ou menor importância que assumiam aos olhos (ou ouvidos) de Aristarco. Essa hierarquia é manifestada através da ordem de representação dos instrumentos referidos (do menos ao mais importante), acompanhada de uma gradação crescente de sons e sentido.

No nível mais inferior, a ponto de passar despercebido, está o harmonium. O seu desprestígio provém de sua ressonância abrandada, perceptível no agenciamento dos fonemas nasais do vocábulo que designa tal instrumento, e de seus sons frouxos e hesitantes, observáveis na aliteração da oclusiva sonora [b] em “bálbuce”. O adjetivo “religioso”, atribuído a “harmonium”, instaura conotações de suavidade, reforçando, no plano semântico, a idéia de sons carentes de energia.

Em nível imediatamente superior encontra-se a rabequinha, ainda que sua ascendência sobre o harmonium (este passa despercebido, enquanto aquela já é estimada) seja atenuada pelo sintagma “coisa somenos”. Marcando essa superioridade relativa, os recursos fônicos indicadores dos sons produzidos pela rabequinha aproximam-se dos verificados no primeiro nível, mas adquirem uma nuance de maior intensidade. Em “choramingas” e “manhoso”, o tom dolente, resultante do acúmulo de nasais e da fricativa [ʃ], sugere a precariedade dos sons, com-

parável à do harmonium, ao passo que a sibilância de “expressiva” imprime um grau maior de penetração. Igualmente anunciador de sons mais pronunciados é o sintagma “guinchos histéricos”, cuja constituição fônica mostra um crescendo de energia: da agudez anasalada do [j] e do chiamento surdo do [ʃ], para a agudez límpida dos is reiterados e a abertura média da tônica [ɛ]

Em grau de importância mais elevado que os anteriores, aparece o piano, cujos sons dedilhados se representam por uma aliteração de [p] *piano*, *pianista*, *portento*. São promovidos aqui os fonemas orais, que rompem as conotações de suavidade e dolência evocadas pelos sons abrandados presentes nos dois primeiros níveis. Por causa da natureza de seus sons, transposta para a mensagem através dos recursos apontados, o piano merece uma “consideração razoável”, acercando-se do estrato mais realçado, na ordem que hierarquiza os instrumentos de acordo com a proeminência de seus sons.

O primeiro plano dessa ordem pertence à banda, que subordina acentuadamente o bálbuce harmonium, a rabequilha choramingas e o piano, não só por reunir uma série de instrumentos diversos, como também por integrar instrumentos por si só ruidosos.

No parágrafo em que se fala sobre a predileção de Aristarco pela banda, o alarde provocado por ela inscreve-se no suporte físico da mensagem. Percebe-se a vibração estridente dos instrumentos de sopro na vogal alta [i], que é repetida, na oral média [ɔ] e nas combinações de oclusivas e vibrantes (*gr* e *br*) de “grita vibrante dos cobres”, bem como na aliteração de [f], de [r], na recorrência do [i] de sibilantes em “furor infrene; irresistível”. Distingue-se o alarido das caixas no crepitar de oclusivas, predominantemente surdas, de “o *estrépito* das caixas troando à marca *dobrada* como um *eco de combates*”. Nota-se o som dos tambores,

entremeado no dos demais instrumentos, através das vogais nasais disseminadas pelo texto (*banda*, *vibrante*, *troando*, *combates*, *infrene*, *zabumba*). Todos recursos de natureza fônica, além de refletirem os sons dos instrumentos, colaboram, pela sua alta frequência, para enfatizar as relações semânticas entre a algazarra sonora da banda e a agitação barulhenta de lutas, estabelecidas pelos sintagmas *fuzilaria de vaquetas* e *eco de combates*. Por essas associações, reforçadas pela estrutura fônica, fica configurado o tom da marcha.

Levando o Ateneu para as ruas, a banda capta público, provoca admirações com furor de seu toque; enfim, alardeia a “rumorosa fama” do colégio, fazendo, por excelência, as vezes de um anúncio — motivo básico de sua superioridade.

A gradação do som-sentido vista na organização do texto comentado reflete a estruturação do colégio em estratos que se hierarquizam com base em valores aparentes. E a tal ponto se impõe a divisão em classes e a predominância de umas sobre as outras, que até entre os promovidos há subclasses hierarquizadas. A determinação de subgrupos apóia-se na diferença de grau maior ou menor de preenchimento do requisito fundamental, que é o da aparência gritante.

A seriação de preferidos é metafóricamente expressa no trecho transcrito a seguir, em que a banda, após ter sido destacada como predileta em relação a outros instrumentos, se decompõe em dois grupos, um subordinado ao outro.

“Ainda na banda graduava-se a predileção de Aristarco, segundo a importância de sonoridade dos timbres. O grave bombardão, o oficlíde, a trompa, o trombone, o próprio sax, destinados ao mister secundário de acompanhamento, recuando como lacaios, na encenação sonora, homens de armas servilmente bravos nas investidas brilhantes, ou tímidos

pajens, atrepanhando o abandono das caudas escapadas ao luxo régio das grandes notas do canto, — valiam menos ainda, na estima do diretor, que na marcação da partidura.

Predileto era o flautim, florete feito som, tênue, penetrante, perfuração de agulhas; predileta era a requinta, espécie de flautim rachado, agressiva como a vibração do dardo das serpentes, o fagote, aumentativo da requinta, único aparelho capaz de produzir artificialmente a fanhosidade colérica das sogras; o claro oboé, laringe metálica de um cantor de epopéias, heróico e belo; o pistão frenético e vivo, estandarte à mostra sobre a celeuma, harmonizante, centralizando a instrumentação como um regimento de cavaleiros. Predileto principalmente o tambor e o bombo tonante, primazia do estrondo, a trovoadas das peles tesas, que a tormenta sobraça nos arroubos de carnaval canalha dos seus dias e que sobraçava, no *Ateneu*, Rômulo, o graxo Rômulo, o nédio, o opulento, o caríssimo genro das esperanças caras”. (7, p. 146, 147)

No primeiro parágrafo, são arrolados instrumentos que integram o subgrupo dos subordinados, porque se limitam à parte de “marcação de partidura”. A relegação a segundo plano e a função de acompanhamento é veiculada pela comparação com “lacaio”, que evoca a imagem de um séquito que, por ser servil, é imprescindível para afirmar a proeminência dos acompanhados.

Tais lacaio têm por amos instrumentos de sopro de percussão, que produzem o “luxo régio das grandes notas do canto”, garantindo, por gritarem mais, o seu estatuto de nobreza. Manifestando o fragor provocado pelos preferidos, o segundo parágrafo se constrói com base num jogo de fonemas homólogo ao dos sememas.

Caracteriza a natureza dos instrumentos de sopro uma incidência de fricativas e sibilantes que, de acordo com a sua distribuição e combinação com outros fonemas, revela o timbre dos instrumentos referidos. O flautim, cujo som penetrante leva a relações sinestésicas com “florete” e “perfuração de agulhas”, é representado por aliterações alternadas de [f], indicando o sopro, e [p], sugerindo penetração (“predileto era o flautim, florete feito som, tênue, penetrante, perfuração de agulhas”). A requinta tem a agressividade do seu som comparada à do movimento da língua das cobras, o que vem marcado principalmente por fonemas sibilantes surdos e vibrantes simples, a par de fricativas ([f], [v] e [ʃ]) remetendo a sopro (“a requinta, espécie de flautim rachado, agressiva, como a vibração do dardo das serpentes). O tom incisivo do fagote, relacionado à “fanhosidade colérica das sogras”, é reproduzido nesse sintagma pelas vogais tônicas [a], [ɛ] e [ɔ], cuja limpidez de som vem nuançada de abafamento pelo emprego do [m] que nasala a vogal anterior, dando um toque de som roufenho. A sonoridade do oboé, anunciada como clara, é dada pelo predomínio de vogais tônicas abertas e médias, que traduzem bem o tom grandioso imposto pela comparação com a voz de “um cantor de epopéias, heróico e belo”. Finalmente, o som arrebatador do pistão é traduzido pelos adjetivos “frenético e vivo”, em que a combinação das constrictivas [f] e [r], a repetição do [v], mais o timbre dos fonemas vocálicos lembram veemência.

Nesta lista de seletos, sobressaem ainda mais o tambor e o bombo. A importância de seus sons, assinalada pela própria constituição fônica dos nomes que designam tais instrumentos, é reafirmada pela projeção dos fonemas constituintes desses nomes em outros vocábulos do contexto (“o tambor e o bombo tonante, primazia de estrondo, a trovoadas das peles tesas, que a tormenta sobraça nos arroubos de carnaval canalha dos seus

dias”). O entrecruzamento da substância fônica confirma as aproximações sêmicas que relacionam *tambor* e *bombo* a *trovoada* e *tormenta*, configurando a grandiosidade sonora que garante, a esses instrumentos de percussão, o lugar de primeiros dentre os prediletos.

Para completar a análise desse texto, importa salientar a menção feita a Rômulo. Este personagem corporifica a ambição pela fama ruidosa, na medida em que é apresentado como figura indissociável da do bombo. Nesse sentido, o trecho “o graxo Rômulo, o nédio, o opulento, o caríssimo genro das esperanças caras” admite uma leitura em que os adjetivos dizem da predileção de Aristarco pela aparência irradiadora de grandeza. Entretanto, a ambiguidade provada pelo valor polissêmico do adjetivo “caras”, e de seu superlativo “caríssimo”, leva a associações com grandes somas de dinheiro, que contaminam também a carga significativa dos adjetivos “nédio” e “opulento”. Nesse caso, o mesmo trecho pode ser lido numa outra direção interpretativa: Rômu-

lo personifica, na sua robustez, a opulência financeira cobiçada pelo diretor do Ateneu. Ambas as leituras não se excluem, mas se sobrepõem, dando, na sua ambivalência, os fundamentos da organização da sociedade governada por Aristarco — o dinheiro e ostentação.

Em síntese, o estudo dos dois últimos textos revelou que o processo semântico de gradação crescente, projetado na intensificação gradativa dos sons, articula-se homologamente ao processo de estratificação e hierarquização que caracteriza a estrutura do Ateneu. Está, evidentemente, implícita, nesse processo, uma oposição entre os pontos inicial e final da gradação, demarcadores da antítese *lacaio* ≠ *prediletos*, que resume a discriminação reinante no colégio.

Concluindo, podemos afirmar que a conexão fonossemântica, verificada nos textos comentados, realiza a função de representação do internato, suscitando indicações sobre os valores aí cultivados.

ABSTRACT: *The first part of this article deals with the phono-semantic relations, in which the relations between signified and signifier found in the referential, emotional and poetic messages are discussed. The second part deals with passages from O Ateneu, posing an analysis meant to show how on the phonic level of the message, the characteristics of the environment at the boarding school are manifested in this novel by Raul Pompéia.*

KEY-WORDS: *Phono-Stylistic; contiguity and similarity in the relations between signified and signifier; analysis of literary passages on the phonic level.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BÜHLER, K. — L'onomatopée et la fonction représentative du langage. In: CASSIRER, E. et alii — *Essais sur le langage*. Paris, Minuit, 1969, p. 111-132.
2. CÂMARA JR., J. M. — *Contribuição à estilística portuguesa*. 3.ed. rev. Rio de Janeiro, Ao livro Técnico, 1978.
3. CÂMARA JR., J.M. — *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. rev. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1967.
4. JAKOBSON, R. — *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix, EDUSP, 1969.
5. MALLARMÉ, S. — Crise de vers. In: _____, *Oeuvres complètes*. Paris, Gallimard, 1956. p. 360-8.
6. PETERFALVI, J. M. — *Introdução à psicolingüística*. São Paulo, Cultrix, EDUSP, 1973.
7. POMPÉIA, R. — *O Ateneu*. São Paulo, Câmara Brasileira do Livro, 1954.
8. SAPIR, E. — Estudo do simbolismo fonético. In: _____, *Lingüística como ciência*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1969.
9. SAUSSURE, F. de — *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix, 1970.
10. VALÉRY, P. - Poésie et pensée abstraite. In: _____, *Oeuvres*. Paris, Gallimard, 1957, v.I. p.1314-39.

EM BUSCA DO ESTILO

Rogério CHOCIAY*

RESUMO: O presente trabalho tenta encontrar, no meio das variadas e freqüentemente conflitantes noções fornecidas pelos tratados e manuais de estilística, um fundo comum que permita chegar a uma definição simples e operacional de estilo.

UNITERMO: Estilo; estilística; sistema; norma; padrão; lingüística; poética; retórica; estética.

I

Semelhançemente ao que acontece em muitas áreas das ciências da linguagem, o primeiro grande problema enfrentado pela Estilística é o delineamento preciso e suficiente de seu próprio objeto: o *estilo*. Sim, Estilística é o estudo do estilo, como Lexicologia é o estudo do léxico, isto se encontra com facilidade em qualquer manual escolar.

Definições como estas, todavia, não são a rigor definições, em virtude da tautologia que envolve sujeito e predicado, tautologia que só se pode dissipar como uma necessária segunda definição: a de *estilo*, no caso da Estilística; a de *léxico*, no caso da Lexicologia.

Eis a questão: o que vem a ser “estilo”?

O que acabamos de afirmar nada tem de gratuito. Existe um número significativo, perigoso até, de questões sem resposta no campo dos estudos estilísticos, e a mais importante e radical é sem dúvida a que fecha o parágrafo anterior. E, se tal pergunta ainda carece de resposta suficiente, não foi pela ausência de tentativas de respondê-la: desde que se empregou pela primeira vez o termo *estilo* com relação a um texto, até aos mais modernos tratados de Estilística, mil e uma definições foram dadas, quer ao sabor das convicções pessoais ou grupais, quer ao amparo de alguma teoria literária ou lingüística, quer sob o escudo mais nobre de algum ponto de vista estético. Eis, à guisa de amostra, sem preocupação de exaustividade, algumas tentativas de autores do passado e do presente, mais ou menos famosos, de definir “estilo”:

* Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas — Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — UNESP — 15.100 — São José do Rio Preto-SP.

“ESTILO” é o modo peculiar de dar cada escritor expressão a seus pensamentos”. (Eduardo Carlos Pereira, 13)

“Ces choses sont hors de l’homme, le style est l’homme même. (Buffon, 3)

“El estilo de un escritor no afecta, por lo general, a las cualidades esenciales y permanentes del lenguaje, sino a lo accidental, variable y característico *de sus formas*, esto es: a la manera de combinar y enlazar las frases, los giros, los períodos, las cláusulas; a la manera de colocar, de prodigar los adjetivos; a la manera de utilizar los arcaísmos, neologismos, barbarismos...” (Sainz de Robles, 15)

“Le style est l’aspect de l’énoncé qui résulte du choix des moyens d’expression déterminé par la nature et les intentions du sujet parlant ou écrivant.” (Pierre Guiraud, 10)

“Le style est quelque chose de plus que le langage”. (Jean Suberville, 17)

“Em verdade, o estilo é a definição de uma personalidade em termos lingüísticos”. (J. Mattoso Câmara Jr., 4)

“Qualité de l’énoncé, résultant du choix que fait des éléments constitutifs d’une langue donnée celui qui l’emploie dans une circonstance déterminée: style simple, négligé, recherché, artificiel, figuré, métaphorique, abstrait, etc.” (Jules Marouzeau, 11)

“Estilo é uma qualidade de linguagem, que comunica com precisão emoções ou pensamentos, peculiar ao autor”. (J. Middleton Murry, 12)

“Definiremos antes o *estilo* como a escolha que todo o texto deve fazer entre um certo número de disponibilidades contidas na língua.” (Ducrot & Todorov, 9)

“Estilo es todo lo que individualiza a un ente literario: a una obra, a una época, a una literatura”. (Dámaso Alonso, apud Carreter, 6)

“Le style, que l’époque classique définissait comme “un je ne sais quoi”, est la marque de l’individualité du sujet dans le discours: notion fondamentale, fortement idéologique, qu’il appartient à la stylistique d’épurer pour en faire un concept opératoire et la faire passer de l’intuition au savoir”. (Jean Dubois *et alii*, 8)

“É mais claro e mais econômico dizer que o estilo é o realce que impõe à atenção do leitor certos elementos da seqüência verbal, de maneira que este não pode omiti-los sem mutilar o texto e não pode decifrá-los sem achá-los significativos e característicos (o que ele racionaliza reconhecendo uma forma de arte, uma personalidade, uma intenção, etc.” (Michael Riffaterre, 14)

“On a dit que ‘le style c’est l’homme’, et cette vérité, que nous ne contestons pas, pourrait faire croire qu’en étudiant le style de Balzac, par exemple, on étudie la *stylistique individuelle* de Balzac; ce serait une grossière erreur. Il y a un fossé infranchissable entre l’emploi du langage par un individu dans les circonstances générales et communes imposées à tout un groupe linguistique, et l’emploi que’en fait un poète, un romancier, un orateur”. (Charles Bally, 1)

Haveria nestas — e nas centenas de outras tentativas análogas — um fundo comum, algo que nos escapa à atenção de leitura e freqüentemente nos confunde? É possível extrair desse conjunto uma noção firme e operacional de *estilo*?

Pelo menos como primeira impressão, a resposta às indagações acima é negativa. Não conseguimos ter certeza, a partir delas, se o estilo é um fenômeno da linguagem, da linguagem literária, da arte de modo geral, de todos esses campos simultaneamente ou de nenhum deles. O estilo começa sendo um “modo peculiar de dar expressão”, torna-se “maneira de

combinar”, muda para “aspecto do enunciado”, transforma-se em “definição de uma personalidade”, volta a ser “qualidade do enunciado”, variante para “qualidade de linguagem”, torna-se “escolha”, e novamente muda para “o que individualiza um ente literário” ou “marca de individualidade do sujeito”, até que se define como “realce”. No meio disso tudo, ainda consegue ser “o próprio homem”, ou também “algo mais que a linguagem”, ou, piormente, parodiando as idéias carmonianas, “um não sei quê, que nasce não sei onde, / vem não sei como, e dói não sei por quê” (Camões, 5). Parece não restar outra conclusão: o estilo é um mero fantasma a flutuar entre o estritamente lingüístico, o particularmente literário e o vagamente artístico.

Todos sabemos, no entanto, que não há ciência sem objeto e método. E não há método que faculta realizá-la a partir de um objeto dado como fluido e indefinível. Se a definição de estilo começa por declará-lo, explícita ou implicitamente, indefinível, que ciência se pode esperar de tal ponto de partida?

Afinal, ou o estilo existe, ou não existe. Se não existe, cessam nossas preocupações neste parágrafo. Se existe, e se pretendemos fazer dele objeto de estudo, devemos primeiramente defini-lo de modo preciso e, sobretudo, rigoroso, de sorte que essa definição seja um ponto de partida e embasamento, e não um mero palpite.

É de se crer que os estudos chamados de Estilística manobrem com definições desse porte, embora nem sempre perfeitamente explícitas. Todavia, se tal não acontece, se nem intuitivamente os estudiosos concordam com uma mesma noção basilar de estilo, a Estilística corre o risco de ser apenas um rótulo pomposo de estudos diversos e incongruentes, tão precários quanto pretensiosos.

II

Nosso natural otimismo não nos dei-

xa crer nas possibilidades funestas veiculadas nos últimos parágrafos acima. A bem da verdade, cremos que, mesmo em áreas distintas como as da Lingüística, da Poética e da Estética, haverá um conceito comum de estilo, posto que às vezes trabalhado intuitivamente pelos estudiosos. Por outro lado, como não lemos todos os trabalhos e tratados de Estilística, e provavelmente não fomos capazes de entender plenamente muitos dos que lemos, deve correr por nossa conta parte substancial das dúvidas que levantamos até aqui.

De qualquer modo, sustentando que deve haver uma noção comum de *estilo* nos estudos que conhecemos, tentaremos a partir deste instante chegar a ela e, com nossas próprias armas, tentar defini-la com eficácia, verificando ao mesmo tempo sua operacionalidade e abrangência.

Sem esquecer neste início que buscamos uma definição técnica, partimos do fato de que a palavra *estilo* é bastante usada, mesmo fora de nosso campo de estudo, no próprio domínio da linguagem coloquial. Fala-se no estilo de um jogador de futebol, como se fala no estilo de um nadador; fala-se num estilo de governo, como se fala num estilo de campanha eleitoral. Nestes e nos múltiplos empregos da palavra em nosso dia-a-dia, intuímos uma mesma noção basilar e constante. E nosso bom senso nos diz que tal noção é a mesma que se verifica nos empregos do termo que mais de perto nos interessam.

Deste modo, fala-se no estilo de Gonçalves Dias, bem diferente do de Castro Alves, e tenta-se discutir para verificar qual é o melhor poeta. Diz-se que há um estilo “caipira” de falar, como há um “gaúcho”, um “carioca” e um “nordestino”. Chega-se a admitir um estilo “brasileiro” da Língua Portuguesa, oposto ou contraposto a um estilo “lusitano”. Vaise ao extremo de falar nos estilos de diferentes línguas, como o francês, o inglês e o alemão (Charles Bally, 1950, p. 202, *apud* 4, p. 28). Isto para não falar num es-

tilo literário “romântico”, oposto a um “realista”, a um “neoclássico” e a um “simbolista”. Para não falar nos estilos arquitetônicos, pictóricos, escultóricos, musicais etc. etc. Em tudo há estilo!

Ora, de duas, uma: ou uma noção simples, uniforme e constante de “estilo” acompanha estes e numerosíssimos outros empregos do termo — e neste caso “estilo” constitui realmente um “objeto”; ou se trata de empregos tão equivocados quanto conflitantes, sendo impossível lograr uniformidade — e neste caso trata-se de vários objetos mascarados pelo emprego indevido e irresponsável de um mesmo vocábulo. Se esta segunda hipótese se confirmar, então todo o nosso afã deve ser no sentido de isolar, dentre todos esses objetos, aqueles que nos interessa, e somente depois disto iniciar verdadeiramente seu estudo.

Preferimos continuar acreditando na primeira alternativa, dando por aceito que uma noção constante acompanha todos aqueles empregos, e que isolando-a alcançaremos a definição operacional que estamos buscando.

III

Quando Antonio Manoel dos Santos Silva, no parágrafo final do primeiro capítulo de seu livro *Análise do Texto Literário* (16, p. 24), depois de ter historiado, comentado e apreciado criticamente cinco conceitos de Estilística, afirma que

“Qualquer estudo de Estilística, seja qual for o nível da linguagem a que se aplique, leva em consideração este fato fundamental: a realização diante de uma norma, a particularidade diante do que se põe como sistema.”

realmente atingiu, se não a noção completa e acabada, pelo menos o núcleo, a parte fundamental da noção de estilo com que explícita ou implicitamente trabalham todos os estudiosos de Estilística. É a partir

desse núcleo, entendendo o estilo com base na idéia da “realização individual de um padrão”, que pretendemos levar a efeito o presente trabalho, buscando identificar outras noções que se constelam com esse núcleo para elaborar uma definição clara e, sobretudo, suficiente de estilo: uma definição capaz de justificar e dar razão de ser a uma Estilística isenta de sobressaltos devidos a descuidos definitórios com o próprio objeto de que trata.

Partimos disto, portanto: sempre que falamos em *estilo*, falamos necessariamente na realização de um *padrão*, na realização *particular* de um padrão. Esta noção primitiva não é contraditada, segundo cremos, em nenhuma definição de estilo, independentemente da postura teórica do estudioso.

Todavia, verificamos de imediato que uma realização particular de um padrão não é ainda totalmente um estilo: isolada de outros fatores, uma realização de um padrão é apenas e simplesmente uma realização desse padrão. Para que exista estilo, ou, melhor, para que se perceba a existência de estilo, é preciso, também, levar em conta que uma realização particular confronta (e freqüentemente conflita) com *ene* outras realizações do mesmo padrão. E é aí que já podemos ter, em essência, um estilo: um estilo é o fator que simultaneamente diferencia uma realização

- a) do padrão seguido;
- b) de outras realizações do padrão.

Temos aí o estilo: ele é, em primeiro lugar, o que uma realização acrescenta de não necessariamente previsto pelo padrão primitivo; em segundo, e simultaneamente, é ele o que uma realização tem de distinto de outras realizações. Em economia de termos: um estilo é uma realização duplamente diferenciada.

A segunda diferencialidade, de fato, é que freqüentemente não aparece explícita nas definições ou tentativas de defini-

ção de estilo, mas nem por isso deixa de ser essencial: um estilo só é estilo ante *ene* outros estilos.

Passando desse nível de abstração ao problema da linguagem, podemos verificar que em cada ato lingüístico, em que o usuário realiza simultaneamente sistema e norma (Coseriu, 7), sempre há, por menor que seja, a presença da dupla diferencialidade, que os manuais de Estilística chamam “marca particular de usuário”, “modo próprio de trabalhar os enunciados”, e que é, em última análise, resultante de suas escolhas mais ou menos livres, conforme mais ou menos livres sejam os campos de escolha que a norma lingüística lhe permite. O usuário exercita, em suma, aquilo que se costuma denominar a “capacidade criadora”, para produzir um discurso, em menor ou maior grau, particular e inconfundível. Estudar um estilo, neste sentido, significa estudar *ene* textos de um usuário para, com base no conhecimento da norma seguida (= padrão de realizações), e tendo em vista a existência real ou virtual de *ene* textos de outros usuários, apontar-lhe a dupla diferencialidade.

Claríssimo que, entendido como duplamente diferencial, um estilo é também, do ponto de vista do índice das diferenças, duplamente relativo: pressupondo que a realização absoluta e indiferenciada do padrão é impossível (como é impossível imaginar que o discurso individual corresponda cem por cento à norma, i.e., identifique-se plenamente com ela), temos de aceitar que, entre outros aspectos capazes de caracterizar (e distinguir entre si) os estilos, está o do índice de afastamento do padrão, bem como o do índice de correspondência e diferença entre um estilo e outro(s). Sob esse ângulo, percebe-se facilmente que a gama dos estilos, no simples caso da linguagem falada, é extremamente ampla e variada, podendo-se pressupor muitíssimas escalas entre um pólo de mínima criatividade, minimamente marcado, muito próximo da

norma, e um pólo de máxima criatividade, altamente marcado.

Chamemos, por necessidade didática, a diferença entre o texto e seu padrão de “vertical”; correspondentemente, denominemos “horizontal” a diferença entre o texto e outro(s): o estilo, de fato, radica na intersecção desses dois planos. Não é nem toda a diferença com relação ao padrão, nem a simples diferença com relação a apenas uma outra realização, mas uma diferença que ocupa lugar numa gama de diferenças. Aí está toda a origem das dificuldades enfrentadas pela Estilística Literária, por exemplo, em sua tentativa de distinguir os estilos, já que essa distinção nada tem a ver com qualidade ou beleza, nem tampouco com o mero cálculo estatístico de desvios do padrão.

IV

Algo que esteve implícito nas considerações acima, mas que merece agora comentário é o da *verificação* do estilo, que podemos colocar em dois níveis: existencial e formal. Do ponto de vista puramente existencial, um estilo é sempre algo percebido, ou melhor dizendo “intuído”. Quando sustentamos a existência de um estilo “machadiano”, fazemo-lo em primeiro lugar como leitores, e porque intuimos uma “diferença” machadiana em relação a outros romancistas da época e em relação ao padrão da linguagem narrativa de que partiram. Todo estilo é, assim, antes de mais nada, uma dupla diferencialidade intuída. É com base no pressuposto de que essa intuição não é arbitrária, mas motivada, i.e., decorre de propriedades inerentes ao texto machadiano, que saímos do nível puramente existencial para o formal, começando já a realizar uma Estilística. A esta compete, deste modo, fornecer, no nível formal, a comprovação ou refutação de uma intuição de estilo.

Já que penetramos no domínio literário, é este também o momento de abordar um aspecto em que esbarramos no último

período da Parte III: o de que maior ou menor grau de estilo não significa maior ou menor grau de qualidade ou beleza. Isto porque o conceito de estilo não é, em sua puridade — e eis o momento de afirmá-lo — um conceito estético. E tanto não o é que podemos, e com absoluta propriedade, a esta altura evidente pelo que dissemos até aqui, empregar o termo *estilo* para qualquer ato humano que realize um padrão coletivo: há estilo no vestir, no comer, no jogar, no fumar, no saltar, no nadar, no correr, no dirigir, no cantar, no lutar, no gesticular... até mesmo no falar e no escrever!

A noção de estilo, insistamos, resulta da intuição de uma dupla diferencialidade. Se os conceitos de estilo aparecem, porém, tão freqüentemente relacionados com o estético, isso se deve simplesmente ao fato de que na arte, mais do que em qualquer outra atividade humana, a diferença de uma realização com respeito ao padrão que segue e às demais realizações é algo vital, essencial: a arte é o reino da diferença! Será também o reino do estilo, embora este não implique necessariamente arte. Sublinhemos essa implicação unilateral: arte implica necessariamente estilo; este não implica necessariamente aquela.

Tudo isto nos permite verificar que a tão disseminada idéia de Buffon — *le style est l'homme même* — verdadeiro lugar-comum dos manuais de Estilística, não de todo absurda, desde que adequadamente interpretada. O estilo, evidentemente (e não estamos pensando especificamente em estilo lingüístico ou literário ou artístico), não é o homem; o homem é o homem; o estilo é o estilo. Mas o estilo é o que o homem, enquanto individualidade, enquanto ser singular e massa subjetiva imprime nos seus atos “humanos”: o estilo é o que diferencia o homem “marca” do homem “padrão”; por isso que pode haver estilo em tudo o que homem faça. Uma maneira moderna de dizer a mesma coisa, aliás, é relacionar o estilo à

função *emotiva* da linguagem, no sentido de que tal função, também chamada *expressiva*, sendo responsável pelas marcas da subjetividade no discurso, implica também o estilo.

Fora do homem, como se pode concluir, se torna vazia a idéia de estilo.

V

A definição de estilo como dupla diferencialidade, segundo nos parece, ficou perfeitamente entendida nas linhas anteriores. Assim também as menções à intuição de estilo e ao fato de que em tal definição o caráter “humano” estará sempre implícito. Não é preciso, também, à vista do exposto, insistir no fato de que a noção fundamental de estilo parte da consideração de um indivíduo em face de um padrão.

A relação entre estilo e indivíduo, todavia, não é absolutamente necessária. Para perceber isso, basta considerar que existem atividades humanas de caráter grupal, em que diversos grupos agem com unidade e segundo um padrão comum de realizações. Em tal caso, a realização de cada grupo com referência ao padrão (vertical) e a outro ou outros grupos (horizontal) é também duplamente diferenciada: cada grupo terá, pois, o “seu” estilo. A noção basilar, deste modo, se mantém.

No caso particular da linguagem, quando se fala num estilo *culto*, oposto a um estilo *popular*, é a mesma dupla diferencialidade que está em jogo: o estilo *culto* (de falar, de escrever) é um diferencial com relação ao padrão (sistema) que realiza, como o é em relação ao estilo *popular*, e vice-versa. A mesma diferencialidade vertical e horizontal se aplica quando se fala, por exemplo, entre nós, num estilo “caipira”, num estilo “gaúcho” etc.: a *caipirice* ou a *gauchice* são diferenças específicas, confrontáveis e oponíveis, realizações de um mesmo padrão: a norma brasileira da Língua Portuguesa.

As reflexões do parágrafo anterior demonstram também que não se confundem, posto que estejam intimamente relacionados, os conceitos de *norma* e de *estilo*. Entendida a *norma* nos termos de Coseriu (7, p. 97), percebe-se que o diferencial de cada norma social, como realização do sistema, é o seu estilo; o diferencial de cada norma individual, como realização do sistema e da norma social (sistema + norma social = padrão para o indivíduo), é o estilo do indivíduo. Um estilo “gaúcho” de falar, portanto, é o fator diferencial de uma “norma gaúcha”. O mesmo raciocínio cabe para um estilo “caipira”, ou “carioca”, ou “nordestino” etc.

É perfeitamente justificável, como se nota, falar no estilo de uma região, uma comunidade, uma classe profissional ou social, como, de resto, de um indivíduo ante o padrão da região, da comunidade, da classe profissional ou social a que pertence. Apesar da relatividade que se vislumbra nessas diversas zonas de aplicação, a noção basilar de estilo é exatamente a mesma.

VI

Algo semelhante ocorre no caso particular da Literatura, embora esta traga mais alguns ingredientes complicadores. Nos estudos literários tanto é comum fazer referências ao estilo de um autor (um poeta, um prosador), com o estilo de uma época (Romantismo, Realismo, Modernismo) ou de uma corrente. O emprego do termo *estilo* com referência a uma época, de fato, constitui um conceito técnico da Teoria Literária, e a noção de diferencialidade horizontal que contém é evidente: os estilos epocais são vistos como maneiras específicas que o discurso literário assume em períodos diferentes ao longo do tempo. Neste sentido, o discurso neoclássico — prosaico ou poético — não se confunde com o romântico, que não se confunde com o realista, que não se con-

funde com o modernista: temos aí alguns elementos de uma gama de realizações, cada um deles (Neoclassicismo, Romantismo, etc.) portador de um *quid*, de uma “diferença” que lhe garante posição inconfundível entre os demais.

E a diferencialidade vertical? Aonde o padrão comum para os estilos de época? E, mais: como sustentar um padrão capaz de atravessar os séculos?

Realmente, essas questões, postas como estão, parecem levar a idéia de dupla diferencialidade ao fracasso, pelo menos no tocante aos estilos epocais: ou não são “estilos” *stricto sensu*, ou a definição até aqui esboçada não será capaz de alcançá-los.

Não é bem assim, todavia. O padrão, no caso da arte literária (como de todas as artes) realmente existe. E atravessa os tempos. Por outro lado, nada na definição que esboçamos tem relação com o tempo ou com a obrigatoriedade de um padrão temporal sincrônico. O padrão da arte literária (como de todas as artes), que permite a cada período ser diferente dos anteriores e posteriores, sem necessariamente negá-los, é um produto do que se denomina tecnicamente *tradição*. Se dizemos de um texto, de hoje ou de 1830, que é literário, é porque nele detectamos determinadas características que nos permitem assim considerá-lo como propriedade; e só podemos fazer isso por referência a um padrão que sirva para ambos os textos simultaneamente, independentemente de seu distanciamento epocal. Há, pois, um padrão “literário”, imune ao tempo, por assim dizer “acrônico”, de que os textos de diferentes épocas constituem diferentes modos de realização: diferentes estilos, portanto. As “poéticas” de todos os tempos são, entre outras coisas, tentativas repetidas de, sobre o corpo anacrônico da Tradição, encontrar e descrever o “padrão literário” para orientar os poetas. Aristóteles, por exemplo, em sua “Poética”, parece ter sido quem mais se aproxi-

mou do “padrão” da tragédia, pois mesmos textos trágicos atuais podem perfeitamente ser julgados segundo as lições do estagirita.

Mais fácil se torna aplicar a definição ao estilo de um escritor. Verticalmente, seu discurso aponta para um padrão de época, ou seja, o padrão de literariedade mais o estilo epocal (seu movimento, escola ou corrente). Horizontalmente, confronta com os discursos de outros que se guiam pelo mesmo padrão.

Um período literário, assim, como por exemplo o Romantismo, funciona, para os seus escritores, como uma “norma” de que as obras representam realizações concretas. Esta “norma”, por sua vez, não brota do nada, mas confronta com outras (diferentes períodos ou movimentos), apontando todas para um mesmo padrão “poético” ou literário”, de que são realizações grupais. Note-se, a esse respeito, e como conclusão a esta parte, que pode haver coocorrências ou concorrência de dois ou mais movimentos numa mesma época, pois o padrão geral não implica necessariamente uma sucessão das “escolas” ou “movimentos” ou “correntes” no tempo, mas uma gama de realizações reais ou virtuais.

VII

Neste ponto de nossas reflexões, mesmo a menção a estilos de línguas tão diversas (embora aparentadas) como o francês, o inglês e o alemão não nos parece algo tão espantoso e desazado como no início. De sorte que podemos incluir nesse rol até mesmo o *árabe* e o *tupiniquim* e continuar falando em *estilos* de língua, verificando ao mesmo tempo que afirmações subjetivas ou “poéticas” como “O francês é doce e suave, enquanto o inglês é áspero e duro!” talvez não sejam assim tão desprovidas de fundamento e brotem de intuições do indivíduo que fala ou conhece tais línguas, intuições embasadas na existência de um padrão comum a todas

as línguas, mesmo as mais diferentes ou menos aparentadas entre si.

Tal padrão, na verdade, existe, foi vislumbrado por lingüistas do passado e vai aos poucos, em nosso século, sendo delineado pela Lingüística Moderna: consiste ele no campo dos chamados “universais lingüísticos”, ou seja, naqueles elementos ou aspectos de substância (universais substantivos ou substanciais) ou de forma (universais formais), pelos quais todas as línguas se aparentam, não genealógica, mas ontologicamente (Borba, 2).

Deste modo, com relação a tal padrão de universais (diferencialidade vertical), cada língua constitui uma realização particular confrontável com outras, dentro de uma gama de línguas (diferencialidade horizontal). Falar em estilos de língua, por isso, nada tem de espantoso.

Esta verificação no domínio das línguas, por outro lado, nos permite repisar um aspecto até aqui pouco exteriorizado em nossa argumentação, posto que sua importância também seja essencial para a caracterização dum estilo: o da *constância* dos fatores estilísticos. Se um estilo, pela diferencialidade vertical, constituiu-se a partir da variação de um padrão (sendo *constantes* os elementos necessariamente previstos pelo padrão), já em termos da diferencialidade horizontal, como membro da gama, cada estilo se identifica como um conjunto de constantes que percorrem os textos de um indivíduo (constantes do indivíduo, em relação às de outros) ou grupo (constantes do grupo, em relação às de outros grupos). Deste modo, no caso da literatura, o estilo de Machado de Assis é o conjunto dos elementos constantes dos textos de Machado, responsáveis por nossa intuição de uma diferencialidade machadiana. O mesmo se aplica ao estilo epocal. Todos os poemas parnasianos são assim chamados por apresentar um conjunto de constantes que caracterizam o Parnasianismo na gama dos movimentos ou períodos ou correntes da Literatura.

A afirmação dessa constância intrínseca dos fatores estilísticos nos deixa de sobreaviso contra a idéia de uma Estilística avidamente interessada na particularidade de cada texto, com abstração de todos os demais. Tal sorte de estudo, ainda que válida sob outra rubrica, é a própria negação da idéia de estilo, levando fatalmente a Estilística a perder-se numa espécie de Tonel das Danaides.

VIII

Não nos furtamos, agora, de focalizar a noção que a antiga retórica tinha dos estilos, e que se manifestava em inúmeras tentativas de classificá-los segundo critérios centrados no que hoje denominamos “função conativa da linguagem”.

Se abrirmos a venerável *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira (13, p. 397-8), lá encontraremos, ainda, os estilos classificados, no tocante à *qualidade* em “simples, temperado e sublime”, e no tocante à *quantidade*, em “preciso, conciso, redundante e médio”. Tais classes de estilo têm uma longa história, tendo dominado durante muito tempo o ensino de linguagem e de retórica. Não custa dar a palavra ao gramático, para melhor entendermos a segunda classificação:

Preciso. É o estilo em que as palavras correspondem com exatidão às idéias. Chamam-lhe alguns *estilo ático*, por analogia com o estilo dos escritores da Ática, região da Grécia antiga.

Conciso. É o estilo apanhado, enigmático, sugestivo, em que uma palavra corresponde a mais de uma idéia. Chamam-lhe *estilo lacônico*, por analogia com o estilo dos habitantes da Lacônia, outra região da Grécia antiga.

Redundante. É o estilo palavroso, empolado, em que a uma idéia correspondem muitas palavras. Chamam-lhe *estilo asiático*, por analogia com os escritores da região asiática da Grécia antiga.

Médio. É o estilo que ocupa a posição média entre o *preciso* e o *redundante*, entre o *ático* e o *asiático*. Chamam-lhe *ródio*, por analogia com o estilo dos escritores da ilha de Rodas, pertencente à Grécia antiga.

Estas classes de estilo, que até bem pouco tempo atrás eram ensinadas na escola secundária e superior (e em que, diga-se de passagem, há aspectos válidos e aproveitáveis), revelam que os antigos gramáticos e retóricos, por diferentes caminhos (pois estavam mais preocupados com o aspecto persuasivo do discurso), não deixaram de manobrar intuitivamente com a noção de dupla diferencialidade, na medida em que, colocando as classes de estilo numa gama, viam-nas como “variedades”, vale dizer, realizações possíveis de um padrão — no exemplo citado um padrão “quantitativo” isto é, de “quantidade” de palavras postas a serviço da expressão das “idéias”.

Essa tradição retórica não ficou apenas nas classes supramencionadas. Desenvolveu-se, ao longo do tempo, um número razoável de tentativas de estabelecimento de outras, como as que Sainz de Robles resume (15, p. 464):

Naturalmente, el estilo puede ser dividido con relación a numerosos aspectos. Claro y oscuro. Original y común o vulgar. Natural y afectado. Puro, castizo o bárbaro. Preciso y vago. Suave y áspero. Ligero y pesado. Enérgico y débil. Conciso y prolijo. Noble y familiar. Fuerte y débil. Elegante y chabacano. Cortado y faragoso. Llano y florido. Compacto y desencajado.

Por trás de todas, como se observa, a noção de uma diferencialidade horizontal e uma diferencialidade vertical. Tentativas baldadas, é claro, mas cujos resultados não são totalmente descartáveis, podendo ser reaproveitados numa nova e mais ampla colocação.

IX

“Que é estilo?” perguntamos no início deste trabalho, pretendendo descobrir o que permite empregarmos tal palavra com relação aos mais variados tipos de ação ou atividade humana, inclusive a artística. As noções comuns encontradas ao longo de nossas reflexões nos permitem acreditar que temos elementos para uma definição simples, tão abrangente quanto possível e operacional: o estilo como fator duplamente diferencial; o estilo como diferencial constante do individual em relação ao grupal, ou do grupal em relação ao supragrupal; o estilo como diferença humana.

Isto posto, o problema se inverte: como esperar vê-la aplicada? Como explicar a diversidade ou, até mesmo a aparente contradição dos empregos do termo nos diferentes campos de atividade humana?

Parte desta pergunta já foi respondida ao longo de nosso trabalho. O restante pode ser encontrado naquilo que todo o tempo estivemos chamando de “padrão”. A variedade das aparências de estilo, bem como dos conceitos que se formam ante essas aparências está, de fato, na própria constituição dos padrões. E aqui um exemplo bastante simples, propositadamente fora dos campos que vimos focalizando (linguagem, literatura, arte): o da atividade da natação. Um instrutor de natação exercita seus atletas no sentido de aperfeiçoarem seu “estilo”; o termo aqui, se refere aparentemente a um tipo de nado (p. ex., *crawl*), mas na verdade aponta para um tipo de desempenho do nadador com referência a um padrão ideal de desempenho e a desempenhos particulares de outros nadadores. Se o objetivo do instrutor e do nadador for a *eficácia*, por exemplo, o padrão ideal será um padrão ideal de rendimento ou, mais especificamente, de resistência e velocidade: quanto mais “perfeito” o estilo do nadador, menor dificuldade de execução dos movimentos essenciais preconizados pelo pa-

drão e maior velocidade atingida. Ora, os movimentos não são puramente mecânicos (caso em que todos os nadadores teriam o mesmo estilo e o mesmo rendimento), mas dependerão muito da contribuição do indivíduo, da sua afinidade com a água e da sua capacidade de criar, em face do padrão e de suas potencialidades físicas, os movimentos e o ritmo mais adequados ao seu físico para o desempenho melhor do padrão. Um “bom” estilo aqui significa uma maneira mais eficiente e de melhor rendimento. No entanto, se o objetivo de ambos não for a competição, mas a beleza plástica dos movimentos do nadador, o padrão ideal sofre a modificação de um componente básico, modificando-se, nesse caso, o próprio conceito de estilo: nadar “bem” não será mais questão de economia, eficiência e rapidez, mas de relação plástico-dinâmica entre o homem e a água; melhorar o “estilo”, aqui, implica uma noção estética.

Não deve espantar, pois, que nos variados domínios da linguagem, da literatura e das artes possam coexistir concepções diversas de estilo: tudo depende dos ingredientes que constituem o padrão de realizações. Foi pensando exatamente nisso que dissemos, há pouco, que o conceito de estilo não é necessariamente estético: se-lo-á, particularmente, em determinada atividade, quando estético for um dos ingredientes do padrão adotado.

X

O conceito de estilo nasceu relacionado com a linguagem ou mais particularmente com determinadas propriedades verificadas nos textos escritos e atribuídas à capacidade criadora e ao apuro formal dos escritores. Tradicionalmente, assim a Estilística encaminhou-se como uma disciplina que transita entre o estritamente lingüístico e o particularmente literário, muitas vezes confundindo ambos os planos. Mas não apenas na literatura: a noção de estilo ingressou também e desenvolveu-se no campo das outras artes

e, conseqüentemente, da Estética. Já dissemos antes que a Arte é, por excelência, o reino da "diferença", por isso que é também o reino do estilo. Não é difícil concluir, deste modo, que toda arte, embora sem ter necessariamente o nome, tem com certeza a sua "estilística".

No caso que mais nos interessa e interessou durante o desenvolvimento desta exposição, a Estilística é uma disciplina algo indecisa entre

a) dividir-se em Estilística Lingüística e Estilística Literária, caso a diferença entre Língua e Literatura seja realmente, como acreditam muitos, intransponível;

b) tornar-se, aceitando que a linguagem e a linguagem literária apesar das peculiaridades, podem ser vistas como variedades de um mesmo fenômeno essencial, uma só e poderosa disciplina teórica, no momento oportuno diversificada em áreas de aplicação específica, como a da linguagem comum, a da linguagem jornalística, a da linguagem literária, etc.

De nossa parte, vendo a linguagem como veículo identificador, cremos mais na segunda hipótese, e assim consideramos a Estilística uma só disciplina, ambiciosa de abrangência, que começa de um ponto estritamente lingüístico e vai cres-

cendo e acolhendo, aos poucos, todas as possibilidades que, nos diversos campos de aplicação da linguagem, produzem gamas diferentes de realização. Assim concebida, é a Estilística aparentada com a Lingüística e outras disciplinas das Ciências da Linguagem, bem como com a Poética e a Retórica, sem no entanto jamais se confundir com nenhuma delas, em virtude de seu objeto particular.

Finalmente, considerando que a Estilística trabalha sobre a matéria da linguagem e se diversifica conforme se diversificam os campos de realização desta matéria, podemos reformular o ponto de partida e dizer que não é a Estilística estudo do estilo, mas dos estilos, ou seja, da dupla diferencialidade que opera em cada campo de realização da Linguagem. Vista deste modo, vislumbra-se para tal disciplina duas tarefas básicas (nem sempre explicitadas nos tratados): uma, eminentemente teórica, que consiste em, partindo de uma definição simples, abrangente e operacional de estilo, apontar e descrever as coordenadas a partir das quais, em linguagem, vários campos de estilo são possíveis; outra, prática, aplicada, diversificada segundo esses campos, que consiste em descrever e justificar formal e quantitativamente a nossa intuição de um estilo determinado.

CHOCIAY, R. — In search of style. *Alfa*, São Paulo, 27:65-76, 1983.

ABSTRACT: This is an attempt to find, among the most varied and frequently conflicting notions provided by treatises and manuals of Stylistics, a common basis that would allow a simple and operational definition of style.

KEY-WORDS: Style; stylistics; system; norm; pattern; Linguistics; Poetics; Rhetoric; Aesthetics.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BALLY, C. — *Traité de stylistique française*. Paris, Klincksieck, 1951. v.1, p. 19
2. BORBA, F. da S. — *Teoria sintática*. São Paulo, T.A. Queiroz Ed. 1979, p. 279-98.
3. BUFFON, G. L.L. de — *Pages choisies*. Paris, Larousse, 1934. p. 73.
4. CAMARA JR., J.M. — *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro, Simões, 1953. p.23.
5. CAMÕES, L. V. de — *Sonetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1913, p. 30.
6. CARRETER, F.L. — *Diccionario de términos filológicos*. Madrid, Gredos, 1968. p. 174.
7. COSERIU, E. — *Teoria del lenguaje y lingüística general*. Madrid, Gredos, 1967.
8. DUBOIS, J. et alii — *Dictionnaire de linguistique*. Paris, Larousse, 1973, p. 456.
9. DUCROT, O. & TODOROV, T. org. — *Dicionário das ciências da linguagem*. Trad. de Antonio José Massano et alii. Lisboa, D. Quixote, 1973. p. 359.
10. GUIRAUD, P. — *La stylistique*. Paris, P.U.F., 1954. p. 107.
11. MAROUZEAU, J. — *Lexique de la terminologie linguistique*. Paris, Paul Geuthner, 1933. p. 171.
12. MIDDLETON MURRY, J. — *O problema do estilo*. Trad. de Aurélio Gomes de Oliveira. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1968.
13. PEREIRA, E. C. — *Gramática expositiva — curso superior*. 99. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1956. p. 397-8.
14. RIFFATERRE, M. — *Estilística estrutural*. Trad. de Anne Arnichaud e Alvaro Lorenzini. São Paulo, Cultrix, 1973. p. 32.
15. SAINZ DE ROBLES, F. — *Ensayo de un diccionario de la literatura*. Madrid, Aguilar, 1965, t.1. p. 464.
16. SANTOS SILVA, A. M. dos — *Análise do texto literário — orientações estilísticas*. Curitiba, Edições Criar, 1981. p.24.
17. SUBERVILLE, J. — *Théorie de l'art et des genres littéraires*. Paris, Éditions de L'École, 1964. p. 107.

ASPECTOS DA SIGNIFICAÇÃO DA FRASE: CATEGORIZAÇÃO DO VERBO, RELAÇÕES E FUNÇÕES SEMÂNTICAS

Telmo Correia ARRAIS*

RESUMO: Na análise da significação da frase, há necessidade de distinguir dois níveis: o elocucional e o proposicional. Ambos devem ser considerados na representação semântica da frase, projetada como um conjunto de predicções dispostas em níveis estratificados. O estrato existencial e o do conteúdo objetivo têm relação estrutural mútua, constituindo o cerne da proposição. Nesta, os verbos apresentam certas categorias semânticas que propiciam relações apropriadas com os nomes a eles associados, determinando suas funções semânticas. Para a análise desse problema, busca-se integrar os sistemas de Fillmore, Chafe e Jackendoff num modelo único. A partir de traços básicos, analisa-se sua combinação com outros mais especificadores, que levam a relações abstratas com os argumentos; três funções são apreendidas em cada tipo de relação. Ressalta-se, por fim, o alcance explicativo de um sistema que considera relações e funções semânticas na descrição dos fatos da língua.

UNITERMOS: Elocução; proposição; representação semântica; estrato existencial; conteúdo objetivo; predicador; argumento; categorização semântica; relação semântica; função semântica.

1. INTRODUÇÃO

É ponto pacífico hoje, entre os lingüistas, que o significado completo de uma frase não pode ser dado apenas por um conjunto de regras de estrutura sintagmática e um léxico (ou, em outros termos, por uma seqüência de classes de palavras e os lexemas a elas correspondentes). Há outros elementos, como quantificadores, operadores lógicos, indicadores de modalidade, performativos, que dão contorno real à representação do significado da frase.

Faz-se necessário, pois, estabelecer preliminarmente uma distinção entre diferentes tipos de significado da frase. Há de se considerar que a relação semântica entre uma frase declarativa e a frase interro-

gativa ou imperativa correspondente é de tipo diferente da relação semântica existente entre duas frases declarativas, ou entre os itens lexicais que formam cada frase. Seria, basicamente, a separação entre significado de uma frase-proposição e significado de uma frase-elocução. Consideremos os exemplos:

- (1) a. Os rapazes vigiam o prédio.
b. Os rapazes vigiam o prédio?
c. Rapazes, vigiem o prédio!
- (2) a. Os rapazes querem dançar.
b. As moças recusam-se a dançar com os rapazes.
c. Os americanos bombardearam o Vietnã.

Com efeito, as relações semânticas das

* Departamento de Lingüística - Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação - UNESP - 14.800 - Araraquara - SP.

relações em (2). Vejamos: em (1) existe um conteúdo semântico comum às três frases, que podemos chamar de “conteúdo objetivo”, o qual aparece, como expressão elocucional, sob três diferentes perspectivas semânticas. Em (1a) esse conteúdo objetivo é expresso como constatação, na medida em que estabelece a verdade ou estado de uma situação cognitivamente apreendida; em (1b) o mesmo conteúdo objetivo não é expresso como constatação, mas indagado enquanto possibilidade de ser ou não plasmado no mundo real*; enfim, em (1c) esse mesmo conteúdo se exprime como ordem a ser cumprida, o qual, uma vez acatada a ordem, será plasmado no mundo real. Desse modo, pode-se dizer que a diferença semântica entre as três frases é devida aos especificadores da frase-elocução, sendo a mesma a relação semântica entre as unidades formadoras da frase-proposição.

Já nas frases em (2), é o oposto que se observa: se alguma semelhança há entre as três frases, ela diz respeito apenas ao fato de terem todas o mesmo especificador elocucional - declarativo -, correspondendo todas à constatação de um fato. Mas, embora (2a) e (2b) possam ambas ser expressas com respeito a um mesmo quadro referencial e tenham também alguns elementos lexicais em comum (*dançar e rapazes*), não se dá o mesmo tipo de relação entre os itens, denotando conteúdos objetivos diversos. Com respeito a (2c), então, pode-se dizer que nem mesmo deve caber no quadro referencial

das duas frases anteriores, já que não há qualquer índice semântico que a relacione a tal quadro. Daí a naturalidade com que podem ser coordenadas as frases (2a) e (2b), sendo estranha ou anômala a coordenação de (2c) com qualquer uma das anteriores:

- (3) a. Os rapazes querem dançar e/mas as moças recusam-se a dançar com os rapazes.
- b. ? Os rapazes querem dançar e/mas os americanos bombardearam o Vietnã.
- c. ? As moças recusam-se a dançar com os rapazes e/mas os americanos bombardearam o Vietnã.**

O que estamos tentando realçar é que as atitudes ou perspectivas sob as quais o falante dá forma ao conteúdo objetivo constituem elementos determinantes da significação da frase. Mas, além desses performativos, há outros elementos que também indicam certas atitudes ou suposições do falante diante do conteúdo objetivo e do(s) ouvinte(s). Daí poderem ser incluídos nessa mesma classe os elementos modais, relacionados à expressão da possibilidade, da probabilidade, da obrigação e da necessidade. Todos esses elementos devem ser considerados especificadores da frase-elocução, pois sua característica comum é exprimir as atitudes, perspectivas e suposições do falante diante do conteúdo objetivo a exprimir e/ou diante do(s) ouvinte(s).

Há, enfim, especificadores da frase-proposição em sua totalidade, cuja fun-

* Estamos conscientes da ambigüidade semântica de (1b): de fato, não temos na escrita condições de exprimir certas modulações que podem apontar, na língua falada, para este ou aquele elemento de incidência da indagação. Assim, (1b) pode corresponder a uma pergunta que se faz no sentido tanto de se querer saber se são os rapazes, e não os velhos por exemplo, que vigiam o prédio, como de se saber se o que os rapazes fazem é vigiar o prédio, ou ainda de se saber se, entre várias alternativas de atividade para os rapazes, pode-se pensar em vigiar o prédio como uma delas. Mas, qualquer que seja a interpretação dada, nenhuma invalida o fato de ser uma indagação quanto à possibilidade de um conteúdo objetivo ser plasmado no mundo real.

** Observe-se que, em função de situações pragmáticas particulares, poderemos relacionar a frase (2a) ou (2b) com a (2c), mas nesse caso será mais apropriado o processo da subordinação. Assim, poderemos ter:

(3) d. As moças recusam-se a dançar com os rapazes, porque os americanos bombardearam o Vietnã.

e. Já que os americanos bombardearam o Vietnã, os rapazes querem dançar.

Em (3d), a atitude das moças pode ser relacionada a uma forma de protesto pelo bombardeamento do Vietnã; já em (3e), o desejo de dançar dos rapazes pode relacionar-se a uma forma de comemoração pelo bombardeamento do Vietnã.

ção é precisamente relacionar o conteúdo objetivo a um tempo e espaço ou, mais particularmente, o processo a um determinado aspecto do completamento ou da duração. A diferença em relação aos anteriores é que são intrínsecos à proposição, não sendo determinados pela subjetividade do falante ou por qualquer elemento do contexto situacional.

2. ESTRATOS NA REPRESENTAÇÃO SEMÂNTICA

A importância que atribuímos a certos especificadores da frase-elocução deve encontrar correspondência na representação semântica da frase. Em outros termos: cabe integrar à representação semântica da frase os aspectos pertencentes à função comunicativa da linguagem. Tal atitude corresponde a integrar, na representação da frase, o sistema e o uso da língua, ou seja, a frase-proposição e a frase-elocução.

É de lembrar que a semântica gerativa inicialmente apenas se preocupava com a frase-proposição, mas, à medida que passou a dar importância ao uso da linguagem, à sua dimensão pragmática, passou a incorporar também esses elementos na representação semântica. John Ross (18) propõe a inclusão de uma cláusula performativa como um nível na representação semântica de cada frase: tal nível especifica o ato de fala envolvido e faz referência ao emissor e ao destinatário da mensagem. Ronald Langacker (13) inclui na representação semântica esse e outros tipos de informação presentes na frase. Para tanto, adota inicialmente dois postulados fundamentais da semântica gerativa: (i) a estrutura profunda é igualada ao nível da representação semântica; (ii) as relações de alcance semântico devem ser representadas na estrutura profunda como a relação entre um predicado e outro predicado encaixado nele. Cada nível de predicação corresponderá, para ele, a um estrato, já que as diversas proposições de

uma estrutura frásica diferem de função de um modo relativo a sua profundidade de encaixamento ou separação de estratos. Em suas palavras, “as representações semânticas são unidades organizadas e integradas nas quais as proposições componentes representam papéis funcionais específicos” (14, p. 328). Assim, enquanto uma simples proposição como Doente Mário apenas designa ou descreve uma situação concebida, uma frase como (4):

(4) Mário deve ser doente.

é uma predicação complexa que diz respeito à existência dessa situação. As várias proposições componentes acrescentadas àquela simples proposição descritiva para convertê-la numa predicação complexa, que constitui a frase, Langacker as agrupa em distintos estratos com função constante. Em seu diagrama, abaixo do estrato performativo vem o estrato do tempo-aspecto-modo, seguido do estrato existencial e, por fim, o estrato do conteúdo objetivo. Cada estrato tem uma função determinada, sendo a do ‘conteúdo objetivo’ a de designar uma situação concebida. Mas a frase como um todo é uma predicação complexa que diz respeito à existência dessa situação: daí o estrato ‘existencial’, cuja função é a de predicar a existência do conteúdo objetivo. Entretanto, a frase (4) não assevera a simples existência da situação designada, antes a possibilidade dessa existência, com a simultânea indicação do tempo e aspecto da predicação. Por fim, vem o estrato performativo, que especifica o ato de fala que comanda a predicação complexa.

3. ARTICULAÇÃO DO ESTRATO EXISTENCIAL COM O CONTEÚDO OBJETIVO

Pode-se postular, em princípio, que cada frase contém, pelo menos, um predicador existencial em sua representação semântica, o qual constitui o estrato existencial referido. Isso não quer dizer que

toda frase apresente o predicador SER em sua estrutura profunda, como poderia levar a crer o emprego do termo “existencial”. A existência pode ser descrita em termos estáticos ou em termos dinâmicos. Em outras palavras: as situações existenciais podem ser concebidas como estados, processos ou ações. Daí poderem ser definidas as frases, no estrato existencial, com o estativo SER, com o processual ACONTECER ou com o ativo FAZER. Basicamente, uma frase pode ser especificada como de estado ou de não-estado, este último tipo devendo ser especificado como processo, ação e ação-processo (cf. 4, p. 98-101). As frases abaixo permitem perceber essas distinções:

- (5) A roupa está seca.
- (6) A roupa secou.
- (7) O marido trabalha muito.
- (8) O sol secou a roupa.

Enquanto a frase (5) descreve o estado de roupa, focalizando uma propriedade accidental, ela ignora possíveis mudanças nessa propriedade: é uma frase de estado, portanto. Já a (6) focaliza uma mudança de situação no tempo, por isso é frase de processo. Em (7) e (8) reconhece-se a presença de um agente e um causador, respectivamente; são elementos que caracterizam as frases de ação. Mas, enquanto (7) aponta apenas para um executor da ação, (8) assinala um propulsor que causa uma mudança na condição ou estado de outro elemento. Daí comportar o estrato existencial desta última dois predicadores: o FAZER ativo e o ACONTECER processual.

Em três dessas quatro frases, servimo-nos propositadamente de uma mesma base léxica SEC - (adjetiva e verbal), para assinalar a margem de variação em que uma mesma situação é representada: a frase (6) representa, em termos processuais, a mesma situação representada por (5) em termos estáticos; a frase (8) focaliza essa mesma situação como o resultado provocado por um causador. Esses

exemplos podem dar a impressão de que a categorização existencial de situações em estados, processos e ações é arbitrária, mas não é esse exatamente o caso. Essas três categorias têm conteúdo semântico intrínseco. Daí uma dada situação poder ser construída como uma instância de uma categoria particular só quando for compatível com esse conteúdo semântico. Se considerarmos, por exemplo, as frases (9) e (10):

- (9) Os tubarões são peixes.
- (10) A mãe repreendeu o filho.

observamos que não há como construir lingüisticamente (9) como uma ação ou (10) como um estado. Assim, para a grande maioria de situações, há uma categorização lingüística pré-determinada, ou pelo menos parcialmente delimitada.

Casos há, entretanto, como evidenciaram os exemplos (5), (6) e (8), em que a categorização de uma situação particular é determinada pelos recursos lexicais e sintáticos da língua e/ou por uma escolha arbitrária por parte do falante. Há pouca diferença semântica entre as frases (5) e (6), além do fato de uma representar a situação como um estado e a outra como um processo. Além disso, há casos em que um mesmo predicador pode representar um processo num contexto e uma ação em outro; por exemplo, *ir* e *ver* designam um processo não-ativo em (11) e uma ação em (12), enquanto (13) é ambíguo entre os dois sentidos:

- (11) a. As latas vazias foram para o lixo.
b. Pedro viu um súbito clarão.
- (12) a. Os rapazes foram para a festa.
b. Pedro viu uma peça de teatro.
- (13) a. Pedro foi para o hospital.
b. Pedro viu uma agência de empregos.

Certamente só o contexto mais amplo permitirá decidir quanto à categorização das frases em (13), enquanto para as frases em (11) e (12) o simples teste interrogativo com ‘acontecer’ e ‘fazer’ é suficiente para estabelecer as categorias existenciais. A

língua tem seus próprios procedimentos de derivação que permitem ao falante, em grande número de casos, optar por uma dessas categorias na formulação da frase, dependendo certamente da situação concebida.

O estrato existencial e o do conteúdo objetivo têm relação estrutural mútua, constituindo o cerne do que atrás chamamos de frase-proposição. Núcleos proposicionais como DOENTE MÁRIO ou VIR ELE não asseveram nada, apenas descrevem ou designam uma situação, ao passo que elocuições como *Mário deve ser doente* ou *Não é possível que eles não venham* são usadas para fazer asserções. A função do conteúdo objetivo é puramente descritiva ou designativa.

Mas as frases não são usadas meramente para designar situações; elas predicam algo sobre a existência das situações denotadas por seu conteúdo objetivo. Assim, a noção de existência - asseverada, ordenada ou questionada - está sempre envolvida na expressão de qualquer frase. Em termos funcionais, o estrato existencial predica a existência da situação apenas designada no estrato de conteúdo objetivo.

Algo mais, entretanto, deve ser explorado na análise do conteúdo objetivo. Com efeito, a observação de proposições como DOENTE MÁRIO ou VIR ELE pode induzir-nos a ver a proposição apenas como uma estrutura consistindo de predicador e argumento, cabendo ao primeiro designar um estado, processo ou ação, ao segundo designar a entidade (ou entidades) em relação à qual se tem a predicação. Suponhamos, entretanto, as frases:

- (14) O marido agrediu a mulher.
- (15) A mulher agrediu o marido.

Certamente, o conteúdo objetivo destas duas frases não corresponde apenas a informar os lexemas que o constituem, pois nesse caso ele não acusaria nenhuma diferença semântica entre as duas frases. Co-

mo se trata de frases com dois argumentos, a ordem deles na representação semântica deve contribuir para o entendimento de quem é o agressor (agente) e quem é o agredido (paciente). Dessa forma, estabelece-se que, no estrato do conteúdo objetivo, logo após o primeiro elemento, que é o predicador, deve vir o argumento sujeito, seguido imediatamente do argumento objeto direto (depois o objeto indireto, se houver três argumentos). Assim, AGREDIR MARIDO MULHER corresponde a um conteúdo objetivo diverso de AGREDIR MULHER MARIDO.

O que queremos ressaltar é que o conteúdo objetivo não se reduz aos lexemas básicos constitutivos da proposição, mas refere-se também à relação funcional em que se encontram tais lexemas. Em outros termos: a organização do conteúdo objetivo é simultaneamente semântica e sintática. Daí ser este estrato da representação semântica o que mais se aproxima da estrutura sintática da frase. Ray Jackendoff (11, p. 14-15) reconhece que “o aspecto de representação semântica que está mais estreitamente ligado à estrutura sintática é a *estrutura funcional* de uma leitura semântica. Podemos pensar os verbos como funções semânticas de uma ou mais variáveis, cabendo aos sintagmas nominais sintaticamente associados fornecer valores semânticos para as variáveis. Admitindo isto, cada verbo na estrutura profunda de uma frase presumivelmente corresponde a uma função na representação semântica”. Três aspectos desse trecho podem ser separados, embora apresentem estreita correspondência: (i) nomes (“sintagmas nominais”) e verbos são as duas classes de lexemas que devem ser tomadas como básicas na estrutura do conteúdo objetivo; (ii) os nomes estabelecem relações funcionais com os verbos; (iii) é possível atribuir valores semânticos aos nomes, determinados pelas funções semânticas dos verbos a que se associam.

Em busca de um maior rigor na análise que seguirá, propomos uma formulação mais precisa: os verbos se apresentam em determinadas categorias semânticas, que propiciam certas relações características com os nomes a que se associam; as categorias e relações verbais é que determinam, por sua vez, as funções semânticas dos argumentos. Ora, as diferentes categorizações existenciais expressas na frase, como vimos, estão estreitamente vinculadas à natureza do predicador, mas muitas vezes são determinadas pelo próprio contexto ou pelas características léxico-semânticas dos argumentos envolvidos. A esse respeito, foram ilustrativos os exemplos (11)-(13). Há, assim, um duplo movimento de determinação que devemos assinalar: de um lado, uma caracterização existencial ou funcional do predicador determina certos tipos de relações semânticas entre ele e os argumentos no estrato de conteúdo objetivo; por outro lado, a natureza semântica particular dos argumentos, nesse estrato, acarreta uma categorização específica no nível do estrato existencial. Fica claro, pois, que existe uma estreita relação semântica entre esses dois níveis, preponderando a relação de determinação do estrato existencial sobre as funções sintático-semânticas dos argumentos no estrato do conteúdo objetivo.

O primeiro problema a investigar é se as relações sintáticas tradicionalmente estabelecidas entre verbo e nomes (sujeito, objeto direto, etc.) correspondem a relações semânticas ou servem para explicar certos fatos semânticos de estrutura profunda. Consideremos, para tanto, os seguintes exemplos:

- (16) a. A porta abriu.
b. O zelador abriu a porta.
c. O zelador abriu a porta com esta chave.

- d. Esta chave abriu a porta.
e. A porta abriu com esta chave.
(17) a. João vendeu um barco a Pedro.
b. Pedro comprou um barco a João.

As relações sintáticas entre os termos das frases em (16) e (17) determinam funções como sujeito, objeto direto, etc., que não exprimem, entretanto, certos fatos semânticos relevantes. Em todas as frases de (16), a *porta* apresenta a mesma relação semântica com *abrir*, embora se manifeste como sujeito em (16a) e (16e) como objeto direto em (16b-d). As frases de (16c-e) apresentam ainda outra relação comum semanticamente relevante entre *chave* e *abrir*, apesar do fato de *chave* se manifestar como Sujeito em (16d) e como Adverbial de instrumento em (16c) e (16e). Já nas frases em (17), uma mesma relação semântica de cedente-receptor se estabelece entre *João* e *Pedro*; mas, se *João* é o Sujeito e *Pedro* o Objeto indireto em (17a), esses mesmos termos aparecem com as funções invertidas em (17b).*

Focalizando apenas fatos sintáticos de superfície, não seria possível dar conta de todos os fatos semânticos. Assim, há de se pensar em relações e funções mais profundas, que ponham em evidência o caráter semântico das dependências sintáticas.

4. INTEGRAÇÃO DOS PRINCIPAIS MODELOS

Na tentativa de explicar fatos sintático-semânticos dessa natureza, vários modelos têm sido propostos, como o sistema de casos de Fillmore (6, 7) ou o de Anderson (1), as unidades selecionais de Chafe (4) e as relações temáticas de Gruber (9, 10) e Jackendoff (11, 12). A adoção exclusiva de qualquer um desses sistemas resultaria numa ou noutra inadequa-

* O mesmo tipo de crítica às relações gramaticais encontra-se nos trabalhos de Fillmore (8, p. 362-3) e Jackendoff (11, p. 25-6). Fillmore, entretanto, preocupado em demonstrar a inadequação do modelo sintático dos *Aspectos*, estende sua crítica a toda informação categorial e funcional prevista no componente de base desse modelo.

ção relativamente ao modelo mais amplo de representação semântica que adotamos. Daí termos procurado superar os pontos conflitantes entre esses três sistemas, adaptando conjuntamente seus fundamentos, princípios e noções aos propósitos do presente modelo.

Sem dúvida, com uma classe relativamente pequena de relações casuais, por exemplo, podem ser expressas importantes generalizações semânticas e sintáticas sobre fatos do tipo observado nas frases de (16) e (17). Mas a caracterização dos casos profundos em termos de traços semânticos lexicais e relacionais, bem como a adoção de um sistema com um maior ou menor número de casos, traz inúmeras implicações teóricas, metodologicamente difíceis de contornar. Inconveniências maiores consistem na duplicação de símbolos categoriais e rótulos casuais na representação da estrutura profunda. E que dizer do tratamento a ser dado aos marcadores casuais, elementos de estrutura profunda ou de superfície? Princípios como o da associação de cada nome com o verbo numa única relação casual particular e o da ocorrência de um só nome representativo de uma dada relação casual na mesma frase* mostraram-se superados em nossa análise. Certamente, a revisão de alguns princípios da teoria dos casos, complementada por noções derivadas de outros sistemas, pode torná-la fecunda na aplicação à presente análise.

O sistema de relações de Gruber (9, 10), adotado também em dois importantes trabalhos por Jackendoff (11, 12), onde foram chamadas de “relações temáticas”, está próximo do sistema de casos de Fillmore, mas difere dele em alguns pontos importantes. A noção semântica fundamental no sistema de Gruber é a de *Tema* da frase, razão por que Jackendoff (11, p. 29) a ele se refere como sistema de *relações temáticas*. Postula-se que, em to-

da frase, há sempre um nome funcionando como Tema, mas não se encontram, em Gruber ou Jackendoff, critérios explícitos para determinar que tipo de relação específica caracteriza o Tema em cada frase. Ambos apenas indicam que nomes, em relações específicas com este ou aquele verbo, devem ser tomados como Tema da Frase. Nos resultados de suas análises, encontramos enorme aproximação com os casos Objetivo e Factivo de Fillmore ou com o Paciente e Complemento de Chafe. Se o sistema de relações temáticas se revela eficaz e funcional na análise da estrutura semântica de frases com verbos de estado e de movimento, de frases locativas, possessivas e causativas, mostra-se, entretanto, precário e insuficiente na análise de frases com verbos experienciais, que incluem os tradicionalmente chamados verbos de “entendimento, percepção, sentimento, memória e vontade”. Como consequência, a adoção exclusiva do sistema de relações temáticas — que além do Tema abrange *Localização, Origem, Meta, Acompanhamento e Agente* — não permitiria, por exemplo, uma descrição global dos esquemas semânticos subjacentes às frases da língua.

Como ponte entre esses dois sistemas, lançamos mão do sistema de unidades seletivas de Chafe. Segundo ele, unidades seletivas como Paciente, Agente, Beneficiário, Experienciador dependem da presença de traços relacionais no verbo, como Estado, Processo e Ação. Assim, os traços relacionais dos verbos é que são básicos para a organização semântica da frase.

Neste ponto, queremos chamar a atenção para a centralidade do verbo na estrutura profunda da frase-proposição, na medida em que é ele que determina o arranjo funcional dos argumentos. Não podemos dizer, entretanto, que haja intei-

* Nomes representando o mesmo caso devem estar coordenados. (Cf. 7, p. 21-2).

ra concordância entre os lingüistas quanto a esse ponto. Segundo Fillmore (7, p. 21 e segs.), por exemplo, a frase consiste de um verbo e um ou mais SNs; mas, embora cada um deles esteja associado ao verbo numa relação casual particular, são os nomes que selecionam o verbo, e não o contrário. Daí ter explicitamente assinalado que “os verbos são selecionados de acordo com os contornos casuais que a frase proporciona” (7, p. 26), o que vem a receber o nome de ‘estrutura casual’ (‘case frame’) da frase. Por outro lado, as entradas lexicais dos verbos são providas de ‘traços de armação’ que indicam o conjunto de estruturas casuais em que dados verbos podem ser inseridos; além do mais, tais traços impõem aos verbos uma classificação na língua, bastante complexa em virtude da variedade de arranjos na proposição e da possibilidade de muitos verbos ocorrerem em mais de um contorno casual (Cf. 7, p. 27). Não vemos, pois, clara coerência na posição de Fillmore, já que a possibilidade de mais de um contorno para muitos verbos só pode ser determinada pelas propriedades sintáticas e semânticas desses verbos, o que leva a considerá-los como elementos centrais na estruturação funcional da frase.

Já Chafe, ao contrário, esboça uma estrutura semântica da frase em que “a configuração típica é a de um verbo central acompanhado de um ou mais nomes, sendo que cada um deles estabelece alguma relação semântica particular com o verbo.” (4, p. 144). Entre as evidências que o autor arrola para postular a centralidade do verbo, destacam-se: a) o verbo está sempre presente, pelo menos em estrutura profunda, nas frases de qualquer língua; b) embora seja tipicamente acompanhado de um ou mais nomes, há, em várias línguas, frases em que apenas o verbo está presente*; c) o verbo determina

que classes de nomes o acompanham, qual é a sua relação com esses nomes e como eles são semanticamente especificados (Cf. 4, p. 96-7).

Embora concordemos em princípio com a posição de Chafe no tocante à centralidade do verbo e com as evidências apontadas, discordamos dele no sentido de configurarmos as relações de estrutura profunda entre verbo e nomes como de natureza sintático-semântica: *semântica*, na medida em que as relações entre os argumentos determinadas pelo verbo levam a noções tais como ‘agente’, ‘experenciador’, ‘locativo’, etc.; *sintática*, na medida em que as combinações possíveis com este ou aquele número e tipo de argumentos, neste ou naquele arranjo, definem os “tipos de proposições”.

Em cada um dos modelos assinalados, podemos ver realçado um determinado aspecto da estrutura semântica da frase. Na visão de Chafe, unidades semânticas como Estado, Processo, Ação (traços relacionais), presentes no verbo, é que determinam as categorias semânticas dos nomes que os acompanham. Gruber e Jackendoff dão relevo a relações semânticas mais profundas (relações temáticas), que pressupõem uma certa estrutura pré-lexical anterior ao nível da palavra e comum a todas as línguas (Cf. 11, p. 1), composta de traços paracasuais bem abstratos — origem, meta etc. — que se materializam de diferentes modos em diversos tipos de frases. Enfim, na obra de Fillmore (e, com o particular viés localista, também na de Anderson), noções casuais — Agente, Experenciador, Instrumento, Objetivo, Locativo etc. — caracterizam os papéis representados pelos nomes em função dos predicadores com que se associam, o que corresponde a realçar as ‘funções semânticas’ dos nomes.

* Chafe reconhece que há na língua também expressões semanticamente sem verbo, do tipo *oh! arre!*, mas devem ser vistas como reliquias de um tipo de comunicação pré-humano, em que a simbolização direta de mensagens unitárias era a regra. Por outro lado, o verbo pode estar ausente na estrutura de superfície. (Cf. 4, p. 96-7).

5. DIMENSÕES NA ESTRUTURAÇÃO SEMÂNTICA DA PROPOSIÇÃO

De nossa parte, vemos a estrutura semântica da proposição articulada em três dimensões que se interpenetram e complementam. Uma dimensão corresponde à caracterização semântica geral do verbo, a qual se estende à frase como um todo, e em razão da qual é previsível a natureza das relações entre argumento(s) e verbo. Tal caracterização pode ser estabelecida em concordância com a análise de Chafe dos traços semânticos do verbo. Se

estado, processo e ação constituem os traços básicos, há verbos, entretanto, que compreendem uma combinação de dois desses traços (*ação-processo*) e os que admitem outras especificações além dessas. Daí os tipos verbais que combinam um desses traços com um segundo traço (Cf. 4, p. 144 e segs.): verbos *experienciais de estado* e *experienciais de processo*; verbos *benefactivos de estado*, *benefactivos de processo* e *benefactivos de ação-processo*; verbos *locativos de estado*, *locativos de processo*, *locativos de ação* e *locativos de ação-processo*.* Os exemplos abaixo ilustram os diferentes tipos semânticos:

- (18) a. A roupa está seca.
b. A mulher morreu.
c. O marido trabalha muito.
d. A empregada quebrou a louça.
(19) a. Pedro gosta de melancia.
b. Pedro entendeu a lição.
(20) a. Paulo tem um carro.
b. Paulo ganhou um prêmio.
c. Maria enviou uma carta a Oto.
(21) a. A mulher está em casa.
b. Um corpo flutuava no rio.
c. Os rapazes correram para casa.
d. O guri levou o sino para casa.

Estado
Processo
Ação
Ação-Processo
Experiencial de estado
Experiencial de processo
Benefactivo de estado
Benefactivo de processo
Benefactivo de ação-processo
Locativo de estado
Locativo de processo
Locativo de ação
Locativo de ação-processo

Em razão desses traços semânticos, determinadas relações bem abstratas se estendem aos argumentos governados pelo verbo. Tais relações compreendem, em nossa concepção, três grandes espécies: relações de *afetamento*, de *causa* e de *localização*. Cada uma dessas relações, por sua vez, apresenta diferentes traços caracterizadores de relações mais específicas e dependentes do traço semântico particular do verbo (*ação, processo* etc.). Assim, a relação de afetamento com um verbo de estado se projeta no argumento cuja condição se descreve (cf. a relação entre *roupa* e *estar seco* na frase 18a); com um

verbo de ação ou de ação-processo se estende ao argumento que sofre o efeito da ação verbal (cf. a relação entre *louça* e *quebrar* na frase 18d); com um verbo experiencial se projeta sobre o argumento que suporta o estado ou processo descrito pelo verbo (cf. a relação entre *Pedro* e *gostar* em 19a e entre *Pédro* e *entender* em 19b). A relação de localização, por sua vez, se expressa por verbos de estado, apenas estabelece a posição espacial (ou temporal) dos seres ou objetos (cf. a relação entre *estar, em casa* e *mulher* na frase 21a), mas se projetada por verbos de processo, de ação ou de ação-processo pode,

* Chafe considera que o segundo traço se combina somente com determinados tipos de verbos (Cf. 4, p. 144 e segs.), mas na verdade ele pode estender-se a qualquer tipo básico (pelo menos em português), como teremos oportunidade de ver neste trabalho.

além disso, assinalar a origem, meta ou extensão do conteúdo expresso pelo verbo (cf. as relações entre *flutuar* e *no rio* em 21b, *correr* e *para casa* em 21c e *levar* e *para casa* em 21d). Enfim, a relação de causa, que apresenta complexidade maior. Primeiramente, porque essa relação pode ser estabelecida pelo verbo em duas direções — na direção do elemento causador e na do elemento causado (efeito). Os chamados 'verbos de criação' (*fazer*, *construir*, *compor* etc.) são exemplos desse tipo. Em segundo lugar, porque a presença ou não do traço 'controle' na relação causal abre quatro possibilidades: i) causa sem controle; ii) causa com controlador; iii) causa com controlado; iv) causa com controlador e controlado. As diversas relações de causa, comumente expressas com verbos que tenham o traço Ação, combinado ou não com outro traço, estão ilustradas nos exemplos que se-guem:

- (22) a. A tempestade destruiu a planta-
ção.
b. O técnico ajustou o aparelho.
c. Esta chave abriu a porta.
d. O garoto abriu a porta com esta
chave.

Não se pense, entretanto, que um verbo expresse um único tipo de relação, o que de fato só se verificará se ele selecionar um único argumento. Em princípio, as relações do verbo são múltiplas e variadas, dependendo do número de argumen-tos que seleciona. Mas há, a partir dos traços semânticos gerais do verbo, um certo grau de previsibilidade dessas rela-ções. Por exemplo, nas quatro frases aci-ma, a caracterização de todos esses verbos como de *ação-processo* leva a estabelecer neles dois tipos de relações: uma de causa (relação com o primeiro argumento) e ou-tra de afetamento (relação com o segundo argumento). Certamente, se o verbo for *locativo de ação-processo*, além desses dois tipos de relação, haverá também a de localização.

Por outro lado, um verbo pode apre-sentar uma mesma espécie de relação ge-ral com dois diferentes argumentos, mas com um deles a relação será mais comple-xa, na medida em que projetará uma ou-tra relação secundária abstrata. É o que se observa na frase (20b), em que *ganhar* es-tabelece uma relação de afetamento com os argumentos *Paulo* e *prêmio*. Mas a re-lação de *ganhar* e *Paulo* é também de lo-calização, especificada pelo traço 'meta'; em termos abstratos, o que informa essa frase é que algo (*um prêmio*) foi afetado num processo de transferência para al-guém (*Paulo*). Assim, Paulo é afetado pe-la posse de um prêmio que sofreu transfe-rência. Se ambos são, pois, afetados pelo processo verbal, o que os diferencia é que o verbo tem com o primeiro argumento também uma relação de meta.

Essa dimensão semântica das rela-ções vai constituir-se em elemento funda-mental para determinar a terceira dimen-são, a das funções semânticas dos argu-mentos. Poder-se-ia pensar que cada rela-ção específica determina uma função se-mântica (= caso) particular. Mas a ques-tão não é tão simples assim, pois se o fos-se não teríamos mesmo por que distinguir entre relações e funções. Estas, na verda-de, são também especificadas em razão da caracterização semântica geral do verbo; além disso, são às vezes produto de rela-ções complexas, daí a necessidade de se-rem tratadas numa dimensão à parte.

6. FUNÇÕES NAS RELAÇÕES DE AFETAMENTO

Conforme a caracterização semânti-ca dos verbos, as relações de afetamento determinam três diferentes funções: Objeto, Experienciador e Beneficiário. Co-mumente, entretanto, nessas três funções está também especificada uma relação de localização — origem, meta ou extensão. Com a função de Objeto, pode estar es-pecificada ainda uma relação de causa — precisamente a especificação de efeito —,

o que é comum com os verbos de criação.* É também considerada na função semântica de Objetivo a frase encaixada que identifica o conteúdo de um evento psicológico (cf. 6, p. 42), traduzido em verbos de julgamento, de opinião etc. Os termos grifados nas frases abaixo ilustram as ocorrências da função de Objetivo:

- (23) a. O *livro* era bem velho.
b. A cozinheira pôs a *panela* no fogo.
c. Pedro não tem *fé*.
d. A moça gostará do *namorado*.
e. A professora pensa *que eu estou mentindo*.

Tais exemplos põem em evidência alguns aspectos importantes com respeito à função do Objetivo: primeiramente, ela pode ocorrer com qualquer tipo de verbo; em segundo lugar, ela pode ocupar diferentes posições ou funções sintáticas na superfície; em terceiro lugar, é exercida por nomes marcados pelos traços animado ou inanimado, concreto ou abstrato. Tais aspectos levam a considerá-la a mais neutra semanticamente (cf. 7, p. 25).

As funções de Experienciador e Beneficiário certamente estão associadas a verbos experienciais e benefactivos, respectivamente, que por sua vez podem ser de estado, de processo e de ação-processo. Embora essas duas funções já tenham sido consideradas de um único caso**, há certas diferenças na estrutura semântica que são explicadas admitindo-se que Experienciador e Beneficiário não são de mesma função. Enquanto o Experienciador refere-se à função do argumento afe-

tado por um estado ou processo mental ou psicológico, o Beneficiário refere-se à função do argumento afetado pela posse — alienável ou inalienável, transitória ou não — denotada por verbos típicos. São, pois, funções relacionadas a verbos de natureza semântica diferente. Enquanto certa disposição ou atitude mental está sempre presente no argumento Experienciador, o argumento Beneficiário apresenta uma relação eminentemente passiva para com o estado, processo ou ação descritivos da posse. Os exemplos em (24) e (25) permitem observar essas diferenças, ao mesmo tempo em que mostram as variadas posições sintáticas do Experienciador e Beneficiário:

- (24) a. A *menina* está triste.
b. O *rapaz* se assusta facilmente.
c. Aquela ameaça aterrorizava a *família*.
d. Mostrei a *Pedro* meus quadros.
(25) a. *Paulo* não tem vintém.
b. O *irmão* perdeu a fortuna.
c. O motorista subornou o *policia*.
d. Deram ao *vencedor* o prêmio merecido.

7. FUNÇÕES NAS RELAÇÕES DE CAUSA

As relações de causa, características de qualquer verbo que tenha o traço 'Ação', combinado ou não com outro traço, determina também três diferentes funções muito próximas: Agente, Causativo e Instrumento. A característica básica do argumento Agente é a de especificar alguém

* Tem havido muita discrepância, entre os autores, quanto à configuração, especial ou não, dada à função desta relação particular. Fillmore (7, p. 25), num primeiro momento, trata-a como (caso) Factitivo, abandonando mais tarde a distinção com o seu (caso) Objetivo. Chafe (4, p. 156) trata-a como Complemento, distinguindo-o de Paciente. Preferimos configurá-la na função geral de Objetivo, embora reconheçamos traços relacionais particulares que acarretam, às vezes, comportamento sintático especial. Cf. as frases:

a. Ele destruiu a mesa.
b. O que ele fez com a mesa foi destruí-la.

Mas: c. Ele compôs este Poema.

d. *O que ele fez com este poema foi compô-lo.

** Fillmore (7, p. 24 e segs.), com a etiqueta 'Dativo', denominava "o caso do ser animado afetado pelo estado ou ação identificados pelo verbo", abrangendo tanto os nomes pacientes de um estado mental ou evento psicológico, como os atingidos pela posse de algo, enquanto beneficiários de uma ação, processo ou estado.

que executa a ação, sobre a qual exerce controle. Há mesmo autores que caracterizam o Agente como nome tipicamente marcado pelos traços /animado/ e /volição/*, enquanto para outros o Agente pode ser também representado por 'Força da natureza', os chamados 'agentes naturais' (mero Instrumento para os primeiros)**. A controvérsia envolve exemplos como os de (26) e (27):

(26) A empregada abriu a porta.

(27) O vento abriu a porta.

Com efeito, se há algum traço comum aos dois diferentes nomes na posição de sujeito, nas frases acima, é o traço /potente/, passando a um segundo plano traços como /animado/, /contável/ etc. Entretanto, não vimos dando nenhuma importância, no estabelecimento das relações, aos traços lexicais dos nomes, e não o faremos agora. No estabelecimento das funções semânticas dos nomes, têm sido considerados tão-somente os traços relacionais. Estes podem ser pensados como elementos interligados de forma hierárquica, como explica Nilsen (17, p. 28): "se alguém sabe que a relação entre um sujeito e um verbo é uma relação de controle, ele sabe além disso que esta relação é também 'causal' e que o sujeito é a 'origem' da ação." Daí ter sugerido a seguinte hierarquia de traços nos nomes em relação ao verbo: (i) controle; (ii) causa; (iii) origem.*** Na frase (26) acima, *empregada* tem o traço /controlador/, e também, conseqüentemente, o traço /causa/ e /ori-

gem/; já na frase (27), *vento* tem basicamente o traço /causa/ e, conseqüentemente, também o traço /origem/. A diferença semântica entre as frases (26) e (27), portanto, diz respeito tão-somente à presença do traço 'controlador' da ação em (26), que o nome sujeito em (27) não apresenta. Assim, enquanto o nome *empregada* em (26) tem a função de Agente, *vento* em (27) tem a função de Causativo.

Outra função de natureza causal é a de Instrumento. Os nomes com esta relação não se associam diretamente ao verbo e sim ao Agente, o que quer dizer que pressupõem sempre a existência do Agente, ao menos na estrutura profunda da frase. Consideremos as frases abaixo:

(28) A empregada abriu a porta com esta chave.

(29) *O vento abriu a porta com esta chave.

(30) A porta abriu com esta chave.

(31) Esta chave abriu a porta.

Tais frases mostram que o Instrumento (*chave*) é um objeto que representa um papel na efetivação de um processo, mas não é o instigador ou a força motivadora do processo. Na medida em que é algo 'controlado' por um agente — claramente expresso em (28) e subentendido em (30) e (31) —, pode-se considerá-lo subsidiário do Agente. Mas a anomalia da frase (29) serve-nos para acentuar melhor a necessidade de se estabelecer uma diferença entre Agente e Causativo****. Para maiores

* Enquanto Fillmore (7, p. 24) considera o agentivo o nome tipicamente animado instigador da ação identificada pelo verbo, Jackendoff (11, p. 32) assim define o agente: "O SN Agente é identificado por uma interpretação semântica que atribui ao SN desejo ou volição para com a ação expressa pela frase. Daí apenas SNs animados poderem funcionar como Agentes".

** Cf. a bem desenvolvida discussão de Cruse (5) sobre a noção de agentividade e a discussão das dificuldades de análise das noções casuais de Agente e Instrumento em Fillmore (6, p. 43-5).

*** Esta hierarquia de traços de Nilsen, ponto de partida para o estabelecimento de seu sistema de casos, apresenta na realidade uma bifurcação: Controlador/Controlado; Causa/Efeito; Origem/Meta. Embora se tenha mostrado eficaz na análise das frases de verbos dinâmicos em geral, a tentativa que fizemos de estendê-la a frases de verbos estativos trouxe-nos inúmeros embaraços, mesmo depois de acrescentarmos um traço neutralizador a cada oposição (respectivamente, 'Afetado', 'Condição' e 'Extensão').

**** Comumente essa distinção não é levada em conta entre os gramáticos que lidam com casos profundos ou sistemas semelhantes. Encontramos tal distinção em McCoy (16) e López Garcia (15), que segue de perto o modelo de McCoy. Entretanto, não usam dos mesmos argumentos ou justificativas que vimos desenvolvendo.

considerações, observem-se as frases de (32) a (36):

- (32) A porta abriu por causa da empregada.
- (33) A porta abriu por causa do vento.
- (34) O vento fez João fechar a porta.
- (35) João fechou a porta por causa do vento.
- (36) ? O vento fechou a porta por causa de João.

Enquanto (33) pode ser considerada uma paráfrase de (27), não se pode dizer que (32) seja uma paráfrase de (26). De fato, dizer que “A porta abriu por causa da empregada” não significa que a empregada tenha tido parte ativa, como instigadora e controladora da ação, em abrir a porta; antes deve pressupor qualquer descuido da parte dela, não a tendo fechado direito, por exemplo. De forma que a empregada está causalmente envolvida em (32), mas não agentivamente. Já (33) e (27) são paráfrases sinonímicas porque em ambas o vento é tão-somente a causa do processo. (34) é uma típica frase causativa em português: *o vento* é o nome Causativo do evento e *João* é o Agente da ação. Daí (35) poder ser considerada uma paráfrase sinonímica de (34), mas não (36). Esta última só pode ser semanticamente aceitável se a expressão *por causa de João* for interpretada como ‘causa remota’ e não como um Agente, equivalendo a algo como:

- (37) O vento fechou a porta porque João a deixara meio aberta.

8. FUNÇÕES NAS RELAÇÕES DE LOCALIZAÇÃO

As relações de localização determinam também três diferentes funções: Locativo-extensão (ou simplesmente Locativo), Locativo-origem e Locativo-meta. O Locativo é definido como a função de um nome que exprime lugar, associado a verbos de posição. Os termos grifados nos exemplos abaixo ilustram essa função:

- (38) a. As laranjas estão *naquela caixa*.
- b. A bola ficou *no campo*.
- c. Pedro está preso *em seu quarto*.
- d. Meu filho mantém os livros *na estante*.

O Locativo-origem e o Locativo-meta estão comumente associados a verbos de movimento ou direcionais, sendo normal a relação simultânea com essas duas funções numa mesma estrutura frásica. Os termos grifados nas frases de (39) ilustram a função Locativo-origem e nas frases de (40) a função Locativo-meta, enquanto em (41) as frases são construídas com as duas funções:

- (39) a. O pai já chegou *do trabalho*.
- b. Pedro ainda não saiu *de casa*.
- c. O empregado trouxe o leite *da fazenda*.
- (40) a. A viúva foi *ao cemitério*.
- b. Pedro já saiu *para o trabalho*.
- c. O garoto atirou a bola *no telhado*.
- (41) a. A bola rolou *do zagueiro para o atacante*.
- b. Pedro saiu *de casa para o trabalho*.
- c. Já levaram o leite *da fazenda para casa*.

Mas a característica fundamental dessas funções é que, além de básicas nas estruturas frásicas de verbos locativos em geral (quer de posição, quer de movimento), aparecem comumente como funções secundárias de outros verbos. É que, de fato, as relações de localização estão subjacentes a qualquer estado, bem como a processo ou ação que envolva mudança ou transferência. Podemos então falar de Locativos possessivos e Locativos abstratos, como ilustram as frases abaixo:

- (42) a. *Aquela caixa* contém laranjas.
- b. *Pedro* tem muitos livros.
- c. *Pepita* sabe a resposta certa.
- d. *Paulo* herdou uma fortuna *do tio*.
- e. *O professor* ensinou um teorema *aos alunos*.

- f. O garoto passou *de corintiano para palmeirense*.
- g. O aluno empurrou a cadeira.
- h. A editora doou alguns livros.

Os termos grifados em (42a-b) assinalam a função de Locativo de posse, enquanto (42c) indica um Locativo (secundário) mais abstrato.* Já em (42d) se observa uma transferência de posse, de forma que *tio* pode ser considerado na função de Locativo-origem e *Paulo* na de Locativo-meta. Essas mesmas funções aparecem secundariamente, como resultado de relações mais abstratas, nos argumentos grifados de (42e-f). Enfim, em (42g) podem subentender-se funções de Locativo-origem e Locativo-meta (*de um lugar para o outro*), enquanto (42h) pressupõe uma função secundária de Locativo-meta (*para alguém*) na transferência de posse.

9. IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES E FUNÇÕES SEMÂNTICAS

É oportuno apontar, nesta altura, o alcance explicativo de um sistema que considera relações e funções semânticas na descrição dos fatos da língua. A caracterização funcional dos argumentos, em razão do tipo de verbo e das múltiplas relações que com ele contraem, permite captar um número maior de generalizações na descrição de fatos independentes ou inter-relacionados da língua. Como ilustração, tomemos as frases (43) e (44), com os verbos *vender* e *comprar*:

(43) João vendeu uma lancha a Pedro.

(44) Pedro comprou uma lancha a João.

Uma gramática de casos X descreveria ca-

da uma dessas frases em função da 'estrutura casual' para cada verbo; como a *vender* corresponde a construção com Agente/Objetivo/Dativo e a *comprar* corresponde a mesma construção**, daí, se assinalaria alguma relação de tipo sinonímico. Mas como explicar essa sinonímia se os papéis representados por cada nome — exceto o Objetivo — são o reverso de uma frase para outra?***

Em um sistema de relações mais abstratas, como o que vimos desenvolvendo, primeiramente reconhecemos a similaridade do processo nessas duas frases: uma lancha está passando da posse de João para a posse de Pedro. Isso pode ser expresso dizendo-se que *uma lancha* é Objetivo, *João* é Origem e *Pedro* é Meta em ambas as frases. Mas elas diferem com respeito a quem se menciona como 'tomador da iniciativa' — *João* em (43) e *Pedro* em (44). Estes fatos podem ser captados especificando-se que, com *vender* e *comprar*, o sujeito é Agente, mas com *vender* ele é também Origem, enquanto com *comprar* ele é também Meta. Não há nenhuma formalização adequada na gramática de casos para exprimir a reciprocidade de Origem-Meta e o estatuto de sujeito Agente em frases desse tipo.

Outra vantagem neste sistema diz respeito à possibilidade de um tratamento semântico adequado de certos tipos de frase em que também se exprime o que podemos chamar de *ação secundária* (cf. 11, p. 35-6). Observe-se o exemplo (45):

(45) Esaú trocou sua primogenitura com Jacó por uma sopa de legumes.****

* A relação de localização abstrata de posse em (42c), por exemplo, pode ser observada pela correspondência com as frases abaixo:

- c1. Pepita tem a resposta certa.
- c2. A resposta certa está com Pepita.
- c3. Em Pepita se encontra a resposta certa.

** Cf. por exemplo McCoy (16, p.228 e 230), que atribui a esses verbos exatamente esses casos como básicos.

*** João é classificado como Agente em (43) e como Dativo (?) em (44); Pedro é classificado como Dativo em (43) e como Agente em (44). Não se compreende bem a classificação de João como Dativo em (44).

**** Estamos dando em português a frase correspondente ao inglês "Esau traded his birthright to Jacob for a mess of pottage", a partir da qual Jackendoff (11, p. 35-6) desenvolve sua análise da ação secundária.

Esta frase descreve duas ações relacionadas. A primeira é a transferência da primogenitura de Esaú para Jacó: *primogenitura* é Objetivo, *Esaú* é Origem e *Jacó* é Meta. Mas, na ação secundária, a transferência é da sopa de legumes de Jacó para Esaú: nesta, *sopa de legumes* é o Objetivo secundário, *Esaú* é Meta secundária e *Jacó* é Origem secundária. Nomes precedidos de *por* indicando Objetivo secundário aparecem com outros verbos, como mostram os exemplos com *vender* e *comprar* abaixo; mas as frases com *pagar* e *arrecadar* mostram outro aspecto mais:

- (46) João vendeu uma lancha a Pedro por dois milhões.
- (47) Pedro comprou uma lancha de João por dois milhões.
- (48) Pedro pagou dois milhões a João por uma lancha.

- (49) João arrecadou dois milhões com a venda de uma lancha.

Essas frases descrevem algum tipo de transação. Elas diferem quanto a revelar qual transferência é primária e qual é secundária, bem como quanto à identidade do Agente. Com *vender* e *comprar* a transferência de *lancha* é primária e a do dinheiro secundária; com *pagar* a transferência do dinheiro é que é primária, o mesmo sucedendo com o verbo *arrecadar*. Estes dois últimos verbos se caracterizam, pois, por terem como Objetivo primário um tipo de nome que é Objetivo secundário com outros verbos correlatos.

Uma descrição semântica das frases da língua, portanto, deve levar em conta as ações secundárias expressas em certos enunciados, já que formam parte de seu significado, além de serem elementos de diferenciação semântica entre alguns verbos.

ABSTRACT: *Two levels should be distinguished in the analysis of the meaning of the sentence: that of the utterance and that of the proposition. Both must be considered in the semantic representation of the sentence, which is mapped as a set of predications displayed in stratified levels. The existential stratum and that of the objective content present a mutual structural relation and constitute the proposition kernel. In the proposition, the verbs present certain semantic categories that yield appropriate relations to the nouns associated with them, determining the semantic functions of the arguments. For the analysis of this complex problem, the systems of Fillmore, Chafe and Jackendoff have been integrated in just one model. Basic features are taken as the starting point and are combined with other more specifying features, which lead to quite abstract relations with the arguments; three functions of each type of relation are then studied. Finally, it is emphasized the explanatory scope of a system that takes into account the semantic relations and functions in the description of the language facts.*

KEY-WORDS: *Utterance; proposition; semantic representation; existential stratum; objective content; predicator; argument; semantic categorization; semantic relation; semantic function.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDERSON, J. — *The grammar of case: towards a localistic theory*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1971.
2. ARRAIS, T. C. — *As estruturas sintático-semânticas dos verbos de movimento em português*. São Paulo, FFLCH-USP, 1974. (Tese-Doutoramento).
3. ARRAIS, T. C. — *Estruturas sintático-semânticas da frase portuguesa*. Araraquara, ILCSE-UNESP, 1982. (Tese-Livre-Docência).
4. CHAFE, W. — *Meaning and the structure of language*. Chicago, Univ. Chicago Press, 1970.
5. CRUSE, D.A. — Some thoughts on agentivity. *Journal of Linguistics*, 9: 11-23, 1973.
6. FILLMORE, C. — Some problems for case grammar. *Monograph Series on Language and Linguistics*, n. 24, 1971.
7. FILLMORE, C. — The case for case. In: BACH, E. & HARMS, R., eds., — *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968. p. 1-88.
8. FILLMORE, C. — Toward a modern theory of case. In: REIBEL, D. & SCHANE S., eds. — *Modern studies in English: readings in transformational grammar*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1969. p. 361-75.
9. GRUBER, J. — Functions of the lexicon in formal descriptive grammars (1967). In: *Lexical structures in syntax and semantics*. Amsterdam, North-Holland Publ., 1976, p. 211-367.
10. GRUBER, J. — Studies in lexical relations (1965). In: *Lexical structures in syntax and semantics*. Amsterdam, North-Holland Publ., 1976. p. 1-210.
11. JACKENDOFF, R. — *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge, MIT Press, 1972.
12. JACKENDOFF, R. — Toward a cognitively viable semantics. In: RAMEH C., ed. — *Semantics: theory and application*. Washington, Georgetown Univ. Press, 1976. p. 59-80.
13. LANGACKER, R. — Functional stratigraphy. In: GROSSMAN, R. et alii, eds. — *Papers from the parasession on functionalism*. Chicago, Chicago Linguistic Society, Apr., 1975, p. 351-97.
14. LANGACKER, R. — Semantic representations and the linguistic relativity hypothesis. *Foundations of Language: International Journal of Language and Philosophy*, 14: 307-57, 1976.
15. LÓPEZ GARCIA, A. — *Elementos de semántica dinámica. Semántica española*. Zaragoza, Pórtico, 1977.
16. McCOY, A.M.B.C. — *A case grammar classification of spanish verbs*. Michigan, S.L. Univ., 1969.
17. NILSEN, D. L. F. — *Toward a specificatin of deep cases*. The Hague-Paris, Mouton, 1972.
18. ROSS, J. — On declarative sentences. In: JACOBS & ROSENBAUM, eds. *Readings in English transformational grammar*. Waltham, Mass., Ginn & Co., 1970. p. 222-72.

ÍNDICE DE ASSUNTOS V. 27

Atlas prévio dos falares baianos
iotização do /-lh-/, p. 47

Carlos Drummond de Andrade
Caso de canário
estrutura do verbo, p. 23

Categorização do verbo
significação da frase, p. 77

Dialetologia
iotização do /-lh-/
Atlas prévio dos falares baianos, p. 47
vocabulário da mandioca
Município de Cândido Mota, SP, p. 31

Estilística, p. 65

Estilística fônica
O Ateneu
Raul Pompéia, p. 53

Estrutura do signo
forma
sentido, p. 9

Estrutura do verbo
Caso de canário
Carlos Drummond de Andrade, p. 23

Funções semânticas
significação do verbo, p. 77

Gerativismo
efeitos negativos, p. 1

Iotização do /-lh-/
Atlas prévio dos falares baianos, p. 47

Linguística
visão funcionalista, p. 1

Raul Pompéia
O Ateneu
estilística fônica, p. 53

Relações semânticas
significação da frase, p. 77

Significação da frase
categorização do verbo
funções semânticas
relações semânticas, p. 77

Terminologia política
período pré-eleitoral, p. 39

Vocabulário da mandioca
Município de Cândido Mota, SP, p. 31

SUBJECT INDEX V. 27

Atlas prévio dos falares baianos
dialectology, p. 47

Carlos Drummond de Andrade
Caso de canário
verb structure, p. 23

Dialectology
Atlas prévio dos falares baianos, p. 47
manioc vocabulary
Cândido Mota
São Paulo State, p. 31

Gerativism
negative effects, p. 1

Linguistics
functionalism view, p. 1

Manioc vocabulary
Cândido Mota
São Paulo State, p. 31

Meaning of the sentence
semantic function
semantic relation
verb categorization, p. 77

Phono-stylistic
O Ateneu
Raul Pompéia, p. 53

Politics terminology
pre-election period, p. 39

Raul Pompéia
O Ateneu
phono-stylistic, p. 53

Semantic function
meaning of the sentence, p. 77

Semantic relation
meaning of the sentence, p. 77

Sign structure
form
purport, p. 9

Stylistic, p. 65

Verb categorization
meaning of the sentence, p. 77

Verb structure
Caso de canário
Carlos Drummond de Andrade, p. 23

ÍNDICE DE AUTOR
AUTHOR INDEX
V. 27

ALMEIDA, J.	p. 23
ALVES, I.M.	p. 39
ARRAIS, T.C.	p. 77
BEIVIDAS, W.	p. 9
CARUSO, P.	p. 47
CHOCIAY, R.	p. 65
FONSECA, M.A.N.P.	p. 31
HOYOS-ANDRADE, R.E.	p. 1
JUBRAN, C.C.A.S.	p. 53

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINALS

ALFA publicação da UNESP tem por finalidade divulgar trabalhos inéditos, comunicações e resenhas sobre lingüística redigidos em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, italiano, inglês ou alemão) elaborados por docentes da Universidade ou por outros especialistas. Só serão resenhados livros que tenham sido publicados nos dois últimos anos, em se tratando de obras nacionais e quatro anos para as publicações estrangeiras, cabendo à Comissão de Redação a seleção dos trabalhos para publicação.

Os trabalhos deverão ser encaminhados diretamente ao Diretor da publicação em três vias, em uma só face, espaço duplo e em folha de papel tamanho ofício, evitando cortar as palavras no final da linha, mesmo que a margem fique irregular. Deverão obedecer a seguinte seqüência: Título, subtítulo (quando necessário); Autor(es) por extenso e apenas o sobrenome em maiúsculo; Filiação científica em nota de rodapé, indicada por asterisco; Texto.

Citação no texto — Os autores referenciados serão indicados pelo número da referência. Acrescenta-se o número da página, em caso de citação textual ou quando o autor julgar necessário. Caso a clareza do texto o exigir, o articulista poderá mencionar, entre parêntesis, também o sobrenome do autor. Ex.: (ANDRADE, 5, p. 8).

Tabelas — Serão numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo seu título.

Ilustrações — (fotografias, gráficos, desenhos, mapas, etc.) serão designados no texto como “figuras” (fig.) e numerados sequencialmente com algarismos arábicos.

Desenhos e gráficos — Deverão permitir perfeita reprodução em clichês com redução de 6,5cm. Os desenhos serão feitos em papel vegetal e tinta nanquim. Deverá ser indicada no texto a localização das ilustrações. Quando as ilustrações excederem a quatro a Comissão de Redação reserva-se o direito de solicitar a redução de seu número.

Observações, aditamentos e pormenores do texto poderão aparecer em notas de rodapé, indicados por asterisco.

MATERIAL DE REFERÊNCIA

Resumos: Constará do resumo: citação bibliográfica, resumos em português antecedendo o texto e outro em inglês no final do trabalho, antes da referência bibliográfica. Não deverão exceder a 100 palavras. Para o resumo em inglês deverá ser adotada a palavra ABSTRACT.

Unitermos — Palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo. Os três principais unitermos serão escritos em primeiro lugar. Para o termo em inglês deverá ser adotada a palavra KEY-WORDS.

Quando o artigo for em língua estrangeira o resumo final do trabalho deverá ser em português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS — Devem ser pela ordem alfabética do sobrenome do autor, numeradas consecutivamente e apresentadas de acordo com os exemplos abaixo:

Artigos: MÉNARD, N. — Richese lexicale et mots rares. *Les Français moderne*, Paris 46(1):33-43, 1978.

Livros: CARDOSO, E. — *Guia de conversação português-inglês*. 2.ed. Lisboa, Betrand, 1971.

FRANÇOIS, D. — A noção de norma em lingüística. In: MARTINET, J. et alii. — *Da teoria lingüística ao ensino da língua*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979. p. 87-97.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos bem como a exatidão das referências bibliográficas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

SEPARATAS — Serão distribuídas 25 (vinte e cinco) separatas ao primeiro autor do trabalho.

Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores para as necessárias adaptações que serão indicadas em carta pessoal.